

# Das Kinder- und Jugendhilfesystem in Portugal

*Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal*

## **Masterarbeit**

zur Erlangung des akademischen Grades  
Master of Arts

An der Karl-Franzens-Universität Graz

vorgelegt von

Joyce Perlitz, Bakk.<sup>a</sup> phil

am Institut für Erziehungs- und Bildungswissenschaft

Begutachter Univ.-Prof. Dr. phil. Arno Heimgartner

Graz, 2021

## Zusammenfassung

Die vorliegende Masterarbeit „*Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal*“ behandelt im deutschsprachigen Raum zum ersten Mal den Aufbau des Kinder- und Jugendhilfesystems in Portugal nach aktuellem Stand. Mein neunzehnjähriger Aufenthalt und die dabei erworbenen Sprachkenntnisse erlaubten, mich mit Fachliteratur und wissenschaftlichen Arbeiten, welche ausschließlich auf Portugiesisch erschienen sind, dem Thema anzunehmen.

Den Forschungsstand ergänzen fünf durch Leitfäden gestützte Expertinnen- und Experteninterviews, womit ein Überblick über Akteurinnen und Akteure des portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystems abgerundet wird. Die Arbeitserfahrungen der Expertinnen und Experten heben in kritischer Betrachtung die Stärken und Schwächen des Systems hervor.

Ersichtlich wird, wie beteiligte Instanzen handeln, zusammenarbeiten und mit welchen Herausforderungen sie konfrontiert werden. Für den sozialen Bereich fehlen im Land vor allem finanzielle Ressourcen. Die daraus entstehenden Einschränkungen beeinträchtigen dessen Kinder- und Jugendhilfesystem deutlich.

## Abstract

This master thesis „*Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal*” deals with the structure of the child and youth welfare system in Portugal for the first time in the German-speaking world and according to the current status. Thanks to 19 years of experience in the country and my acquired language skills it was possible to deal with scientific research and other works, which are available exclusively in Portuguese, for the argument.

The empirical findings are based on five qualitative, semi-structured interviews with experts. The aim of the survey is to complete the overview of the actors in the Portuguese child and youth welfare system. The experts‘ long-lasting work experience made it possible to take a critical look at the system, highlighting its strengths and weaknesses.

The results illustrate how participating entities work and act with each other and challenges they face. Above all, there is a lack of financial resources in the country for the social sector and, as a result, there are limitations that have a clear impact on the Portuguese child and youth welfare system.

## Resumo

Esta tese de mestrado “*Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal*” apresenta, pela primeira vez no mundo germanófono e de acordo com o estatuto atual, a estrutura do sistema de proteção de crianças e jovens em Portugal. Através dos meus muitos anos de experiência no estrangeiro, num total de 19 anos, e dos meus conhecimentos linguísticos adquiridos, foi-me possível tratar do assunto. A investigação científica e outros trabalhos, que estão disponíveis exclusivamente em português, ajudaram-me no argumento.

As conclusões empíricas baseiam-se em cinco entrevistas qualitativas e semiestruturadas com peritos. O objetivo do inquérito é fornecer uma visão geral dos atores do sistema português de proteção da infância e da juventude. Os muitos anos de experiência de trabalho dos peritos tornaram possível uma análise crítica do sistema, salientando as suas forças e fraquezas.

Os resultados ilustram como as diferentes entidades trabalham e agem umas com as outras e os desafios que enfrentam. Torna-se claro, que acima de tudo, existe uma falta de recursos financeiros no país para o sector social e que, como resultado, existem algumas limitações que têm um claro impacto no sistema português de assistência social a crianças e jovens.

# Inhaltsverzeichnis

Zusammenfassung

Abstract

Resumo

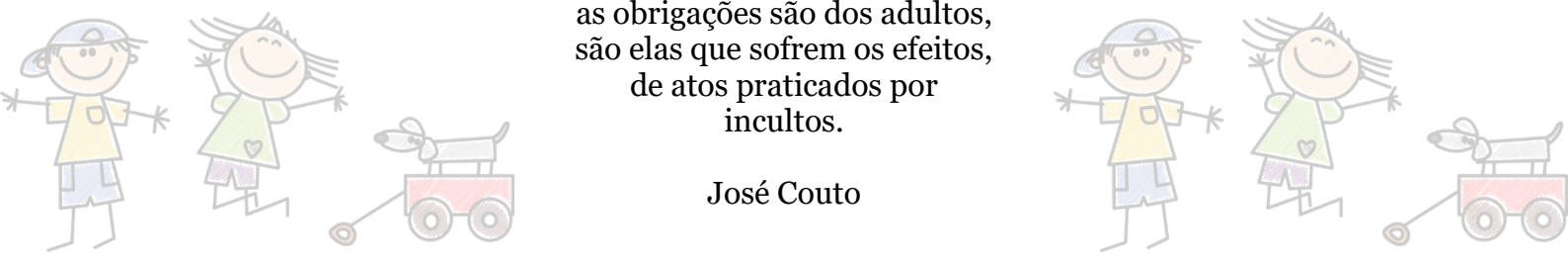
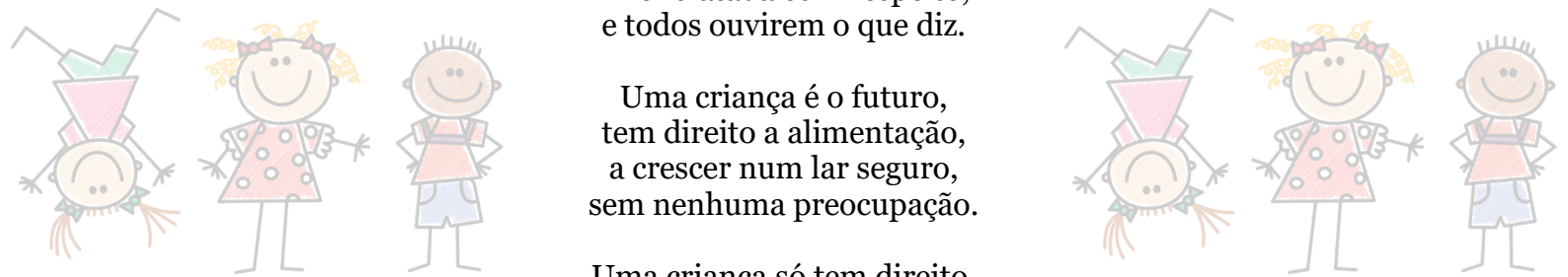
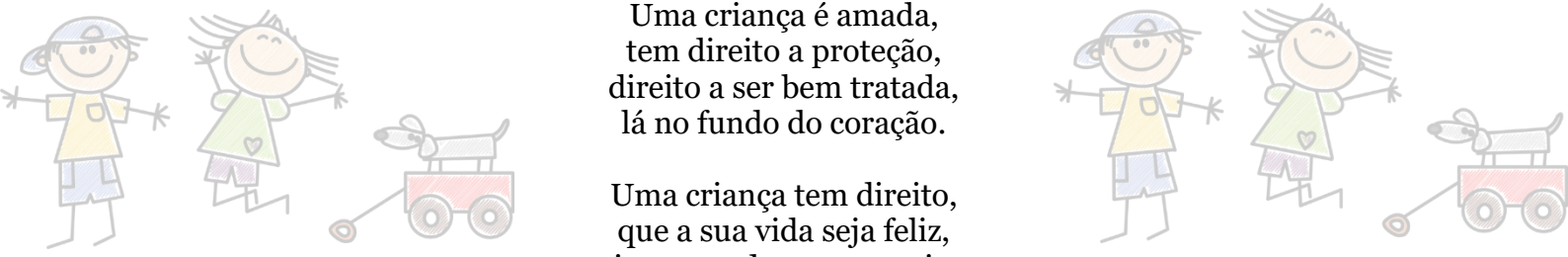
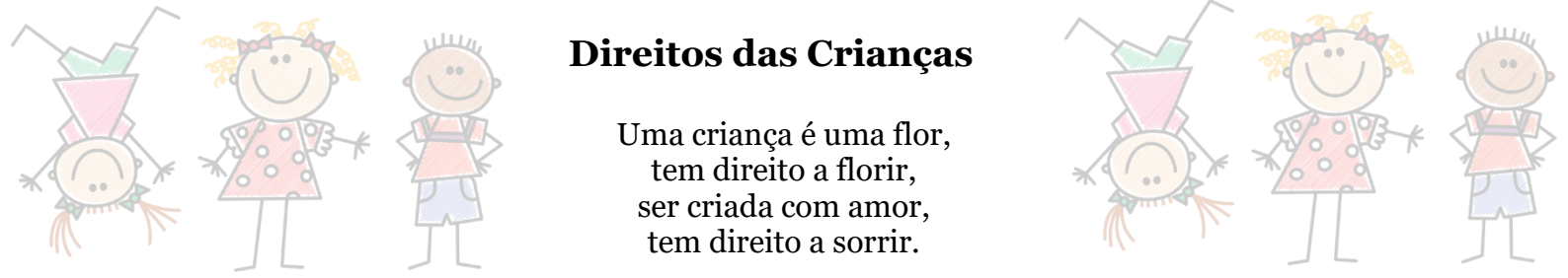
Abkürzungen

## **Theoretischer Teil**

1	Einleitung	1
2	Rechtliche Rahmenbedingungen	3
2.1	Internationale Ebene	3
2.2	Nationale Ebene	5
2.2.1	<i>Lei de Proteção à Infância (LPI)</i>	6
2.2.2	<i>Organização Tutelar de Menores (Lei n.º 44288)</i>	8
2.2.3	<i>Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99)</i>	10
2.2.4	<i>Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99)</i>	11
3	Kinder und Jugendliche in Gefahr	13
4	Segurança Social	15
5	<i>Comissões de Proteção de Crianças e Jovens</i>	16
5.1	<i>Erweiterte Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</i>	18
5.2	<i>Eingeschränkte Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</i>	19
6	Ablauf der Gefahrenmeldung	20
6.1	<i>Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude</i>	22
6.2	<i>Intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens</i>	23
6.3	<i>Intervenção dos Tribunais</i>	25
7	Leistungen der <i>Comissões de Proteção de Crianças e Jovens</i>	27
7.1	<i>Medidas no meio natural de vida</i>	31
7.1.1	<i>Apoio junto dos pais</i>	31
7.1.2	<i>Apoio junto de outro familiar</i>	32

7.1.3	<i>Confiança a pessoa idónea</i>	33
7.1.4	<i>Apoio para autonomia de vida</i>	33
7.1.5	<i>Educação parental</i>	35
7.2	<i>Medidas de Colocação</i>	38
7.2.1	<i>Acolhimento Familiar</i>	38
7.2.2	<i>Acolhimento Residencial Generalista</i>	42
7.2.3	<i>Apartamentos de Autnomização</i>	49
7.3	Adoption	50
7.4	Weitere Hilfen	52
<b>Methodenteil</b>		
8	Forschungsfrage und Ziel	55
8.1	Stichprobenauswahl	56
8.2	Erhebungsinstrument	58
8.2.1	Leitfadeninterview	58
8.2.2	Expertinnen- und Experteninterview	59
8.3	Transkription	60
8.4	Auswertungsverfahren	62
8.4.1	Computergestützte qualitative Inhaltsanalyse mittels MAXQDA	62
8.4.2	Das Kategoriensystem	63
<b>Auswertung und Analyse</b>		
9	<i>Segurança Social</i>	64
10	<i>Pirâmide de Subsidiariedade</i>	67
11	<i>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</i>	72
11.1	Ziele	73
11.2	Prozesse innerhalb einer CPCJ	75
11.2.1	<i>Apoio junto dos pais</i>	75
11.2.2	<i>Acolhimento Residêncial</i>	76
11.2.3	Acolhimento Familiar	78

11.2.4	<i>Adoção</i>	79
12	Einrichtungen	82
12.1	<i>Mundos de Vida</i>	82
12.1.1	Geschichtlicher Abriss	84
12.1.2	Aufbau im Bereich <i>Acolhimento Familiar</i>	85
12.1.3	Pflegefamilien	86
12.1.4	Kooperationen	86
12.2	<i>Aldeias de Criança SOS</i>	87
12.2.1	Aufbau und Ablauf der <i>Aldeias de Crianças SOS</i>	89
12.2.2	Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter	91
12.2.3	Kooperationen	94
13	Kritische Auseinandersetzung der Expertinnen und Experten	96
13.1	Kritik an der Maßnahme <i>Acolhimento Familiar</i>	96
13.2	Kritik an der Maßnahme <i>Acolhimento Residencial</i>	100
13.3	Kritik an der Maßnahme <i>Adoção</i>	103
14	Positive Bewertungen des Kinder- und Jugendhilfesystems	105
15	Zukunftswünsche	107
16	Fazit und Ausblick	110
17	Literaturverzeichnis	114
18	Abbildungsverzeichnis	121
19	Anhang	122



## **Direitos das Crianças**

Uma criança é uma flor,  
tem direito a florir,  
ser criada com amor,  
tem direito a sorrir.

Uma criança é amada,  
tem direito a proteção,  
direito a ser bem tratada,  
lá no fundo do coração.

Uma criança tem direito,  
que a sua vida seja feliz,  
viver tratada com respeito,  
e todos ouvirem o que diz.

Uma criança é o futuro,  
tem direito a alimentação,  
a crescer num lar seguro,  
sem nenhuma preocupação.

Uma criança só tem direito,  
as obrigações são dos adultos,  
são elas que sofrem os efeitos,  
de atos praticados por  
incultos.

José Couto



## Abkürzungen

<i>CAFAP</i>	<i>Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental</i>
<i>CNPDPDJ</i>	<i>Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens</i>
<i>CPCJ</i>	<i>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</i>
<i>CPM</i>	<i>Comissão de Proteção de Menores</i>
<i>LPCJP</i>	<i>Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo</i>
<i>LPI</i>	<i>Lei de Proteção à Infância</i>
<i>LTE</i>	<i>Lei Tutelar Educativa</i>
<i>OTM</i>	<i>Organização Tutelar de Menores</i>
<i>Plano DOM</i>	<i>Desafio, Oportunidade e Mudança</i>
<i>PPCA</i>	<i>Program for Preparing Children for Adoption</i>
<i>Programa SERE +</i>	<i>Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, Mais</i>

# Theoretischer Teil

## 1 Einleitung

Die vorliegende Arbeit befasst sich mit dem portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystem. Da zu dem Thema bisher kaum bis keine Literatur im deutschsprachigen Raum existiert, wird ein Überblick über handelnde Instanzen, Akteurinnen und Akteure sowie bestehende Einrichtungen und Organisationen gegeben. Da interessanterweise auch keine erreichbare portugiesische Arbeit einen Gesamtüberblick verschafft, erlangt das Gesetzesbuch – *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* –, welches das System regelt und beschreibt, eine herausragende Bedeutung. Mein Anliegen ist zu untersuchen, welche Leistungen im Kinder- und Jugendhilfesystem bestehen, wann das Gesetz für gefährdete Familien greift und wie betroffene Kinder und Jugendliche betreut werden. Da Portugal zu den Ländern gehört, in denen eine Unterbringung von Minderjährigen in Pflegefamilien kaum gelebt wird, möchte ich außerdem kulturelle und geschichtliche Ursachen dafür beleuchten.

Die Arbeit gliedert sich in einen theoretischen und einen empirischen Teil. In ersterem sollen systembezogene Grundbegriffe beschrieben und erklärt werden. Bevor auf handelnde Akteurinnen und Akteure eingegangen wird, soll die Entstehungsgeschichte von Rechten für Kinder und Jugendliche auf internationaler und nationaler Ebene beleuchtet werden, sowie Gesetze, die sich dadurch in Portugal etabliert haben. Das erste und bis heute wichtigste Gesetz, welches das Kinder- und Jugendhilfesystem regelt, ist das Gesetz *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*, welches 1999 beschlossen wurde. Im folgenden Kapitel wird beschrieben, wann genanntes Gesetz greift. Da dieses erst angewendet wird, wenn Kinder und Jugendliche bereits in Gefahr sind, sollen mögliche Gefahrensituationen definiert werden. Daran schließt ein kurzer Überblick über die am Kinder- und Jugendhilfesystem beteiligten Instanzen an. Zu diesen gehört

die *Segurança Social*, welche für dessen Aufbau und Finanzierung zuständig ist. Das fünfte Kapitel beschäftigt sich mit den *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. Diese ähneln funktional den österreichischen Jugendämtern und sind für die Anwendung von Hilfen für die Kinder und Jugendlichen zuständig. Da die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* sowohl in erweiterter als auch eingeschränkter Form arbeiten, soll auf deren Struktur und Arbeitsweisen eingegangen werden. Anschließend zeigt ein Überblick, welche Instanzen aktiv werden, wenn eine Gefahrenmeldung bei einer *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* eingeht. Für diesen Überblick wird die *Pirâmide de Subsidiariedade* herangezogen, mit welcher die handelnden Akteurinnen und Akteure betrachtet werden können. Das siebte Kapitel behandelt die Leistungen des portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystems. Diese lassen sich in unterschiedliche Bereiche einteilen. Es bestehen Maßnahmen, welche in der natürlichen Lebenswelt der Minderjährigen eingesetzt werden können, und Maßnahmen, welche mit einer Unterbringung in einer stationären Einrichtung oder in einer Pflegefamilie einhergehen. Das Kapitel 8 geht auf jede einzelne Leistung ein und beschreibt, welche Bedingungen an diese geknüpft sind.

Im zweiten Teil der Arbeit wird das Kinder- und Jugendsystem empirisch untersucht., wobei Kapitel acht das Forschungsdesign erläutert. Zu diesem zählt nicht nur die Beschreibung der Forschungsfrage und das Ziel, sondern auch die Stichprobenauswahl, das Erhebungsinstrument, die Transkription und die Auswertungsverfahren. Zuletzt werden mithilfe von Expertinnen- und Experteninterviews einzelne Bereiche des Kinder- und Jugendhilfesystems diskutiert. Damit liefert die Arbeit neben einem Gesamtüberblick eine kritische Auseinandersetzung., Dass die Expertinnen und Experten in unterschiedlichen Bereichen arbeiten ermöglicht eine breite Betrachtung. Beendet wird die Arbeit mit einem Fazit und Ausblick.

## 2 Rechtliche Rahmenbedingungen

Im folgenden Kapitel werden die rechtlichen Rahmenbedingungen auf internationaler und nationaler Ebene erläutert und die Entstehung des Kinder- und Jugendhilfesystems mittels eines geschichtlichen Überblicks nachgezeichnet. Vor allem die UN-Kinderrechtskonvention leistete einen bedeutenden internationalen Beitrag an der Entwicklung des Kinder- und Jugendhilfesystems in Portugal. Auf nationaler Ebene lassen sich mehrere Gesetze finden, welche ab 1911 das System in Portugal stark beeinflussten.

### 2.1 Internationale Ebene

Das 20. Jahrhundert stellt nach Ansicht vieler das wichtigste in der Geschichte für das Verständnis von Minderjährigen dar, da zum ersten Mal Rechte von Kindern behandelt werden. Nicht umsonst wird es auch als „Jahrhundert der Kinder“ bezeichnet. Ein früher Meilenstein erfolgte am 24. September 1924 mit der von der Generalversammlung des Völkerbundes verabschiedeten Genfer Erklärung. Verantwortlich für dieses Ereignis waren Eglantyne Jebb und ihre Schwester Dorothy Buxton. Gemeinsam gründeten sie das Komitee „Save the Children“ in London, um kriegstraumatisierten Kindern Hilfe und Schutz zu bieten. Jebb formulierte einen ersten Entwurf zu Rechten von Kindern, den sie an den Völkerbund sandte (vgl. Humanium o.J.). Nach dem zweiten Weltkrieg erwogen die Vereinten Nationen, die Genfer Erklärung anzunehmen, allerdings hatten sie 1948 bereits die Allgemeine Erklärung der Menschenrechte verabschiedet, eine Erklärung, die nur wenige Sätze über Rechte von Kindern und die Pflicht auf deren besonderen Schutz beinhaltet. Erst am 20. November 1959 verabschiedete die Generalversammlung der Vereinten Nationen eine neue Erklärung, welche die Rechte der Kinder fokussierte, unter anderem das Recht auf einen Namen und eine Staatsangehörigkeit oder das Recht auf Bildung. Genau wie die Genfer Erklärung, war

diese unverbindlich (vgl. Deutsches Komitee für UNICEF 2020).

Menschenrechtsverträge auf internationaler Ebene wurden durch die UNO-Pakte erstmals 1966 aufgesetzt. In diesen wurden Rechte der Allgemeinen Erklärung präzisiert, dazu Bestimmungen, die Kinder betreffen, ausgebaut. So besitzt das Kind seit 1966 das Recht auf Schutz durch Familie, Gesellschaft und Staat, es hat das Recht auf Schutz, wenn Eltern sich scheiden lassen, und behält die Rechte der letzten Erklärung auf Namen und Staatsangehörigkeit sowie das Recht, ohne Diskriminierung zu leben (vgl. Deutsches Komitee für UNICEF 2020).

Am 20. November 1989, 30 Jahre nach der Erklärung der Kinderrechte, verabschiedete die Generalversammlung der Vereinten Nationen die UN-Kinderrechtskonvention. Für dieses Übereinkommen wurden mehrere völkerrechtliche Dokumente zusammengefasst. Alle Länder der Welt haben dieses Übereinkommen unterzeichnet, 61 am ersten Tag. Bis auf Amerika haben auch alle Staaten der Welt das Übereinkommen ratifiziert (vgl. Deutsches Komitee für UNICEF 2020).

Das Übereinkommen beinhaltet 54 Artikel und definiert Kinder als alle Personen unter 18 Jahren. Außerdem wurden drei Zusatzprotokolle formuliert. Das erste Fakultativprotokoll wurde am 25. Mai 2000 beschlossen und regelt die Situation von Kindern in bewaffneten Konflikten. Demnach ist eine Zwangsrekrutierung in Landesarmeen erst ab 18 Jahren erlaubt. Allerdings gibt es Ausnahmen. So beschloss beispielsweise Österreich, dass bereits 17-jährige als Streitkräfte beschäftigt werden dürfen, sofern dies freiwillig geschieht (vgl. National Coalition Deutschland o.J.).

Das zweite Zusatzprotokoll vom Januar 2002 legt fest, dass Kinder vor kriminellen Handlungen geschützt werden müssen, wie dem Handel mit Kindern, Kinderprostitution und Kinderpornografie. Kinder sollen besonders vor dem Versuch des Missbrauchs und der Mittäterschaft geschützt werden. Damit geht einher, dass Täterinnen und Täter erfasst und je nach Handlung bestraft werden (vgl. National Coalition Deutschland o.J.).

Das letzte Zusatzprotokoll – verabschiedet am 19. Dezember 2011 –, gesteht Kindern und Jugendlichen das Recht zu, mittels Individualbeschwerdeverfahren bei

Verletzungen der festgehaltenen Rechte zu klagen (vgl. ebd.).

Auch Portugal unterzeichnete und ratifizierte 1990 die UN-Kinderrechtskonvention. Zu diesem Zeitpunkt priorisierte das Land ebenfalls die Förderung der Rechte von Familien und Kindern. Daher wurden 1991 erstmals die *Comissões de Protecção de Menores (CPM)* gegründet, welche 1999 reformiert wurden. Außerdem trat das bis heute wichtigste Gesetz – n.º 147/99 für den Schutz von Kindern und Jugendlichen – in Kraft (vgl. Ferreira 2010).

## 2.2 Nationale Ebene

Bereits im 15. und 16. Jahrhundert existierten in Portugal religiös geprägte Einrichtungen, welche sich Kindern, Armer, Alten und Gefangener annahmen. Da staatliche Instanzen fehlten, war bis Ende des 19. Jahrhunderts schwer abzuschätzen, wie Kinder und Jugendliche lebten. Oftmals besuchten sie keine Schule, ebenso existierte kein Rechtssystem, welches sich um den Schutz von Minderjährigen bemühte. Vor allem Kinder benachteiligter Eltern wuchsen oft in Armut auf, wurden von ihrer Familie verlassen und waren auf sich allein gestellt. Um Geld zu verdienen, bettelten oder arbeiteten sie. Da sie auf der Straße lebten, wurden sie von der Gesellschaft als potenzielle Straftäterinnen und Straftäter wahrgenommen. Kriminelle Kinder und Jugendliche wurden nach dem Erwachsenenrecht bestraft und saßen unter Umständen mit Erwachsenen in Gefängnissen. Portugal sah die Notwendigkeit, das Wohl der Gesellschaft vor diesen kriminellen Kindern und Jugendlichen zu schützen. Diese sollten in spezielle Einrichtungen eingewiesen und „umerzogen“ werden (vgl. Martins 2006).

## 2.2.1 *Lei de Proteção à Infância (LPI)*

Um Kinder und Jugendliche schützen zu können, musste ein Rechtssystem geschaffen werden, welches sich dem Schutz und der Förderung der Rechte ebendieser widmete. 1911 wurde erstmals ein Gesetz formuliert, welches in Portugal *Lei de Proteção à Infância* genannt wurde. Zu diesem Zeitpunkt wurden in Lissabon, Porto und Coimbra erste Familiengerichte gegründet, die sich speziell Kindern und Jugendlichen widmeten. Ihre Aufgabe bestand darin, Maßnahmen zu formulieren, welche die Rechte von Kindern und Jugendlichen schützen und fördern sollten. In der Anfangszeit wurden in Lissabon neben diesen Familiengerichten mit den sogenannten *Tutorias da Infância* Einrichtungen gegründet, welche Kinder und Jugendliche aufnahmen, die misshandelt worden waren, verwahrlost aussahen oder delinquente Züge aufwiesen (vgl. Rebelo 2018).

Am 27. Mai 1911 trat das Gesetz – *Lei de Proteção à Infância* – in Kraft, als eines der fortgeschrittensten seiner Zeit in Europa (vgl. Candeias/Henriques 2012). Ein Wegbereiter dieses Gesetzes war der Priester António de Oliveira, der als Mentor für den Gesetzesentwurf aufgeführt werden kann. Er setzte sich dafür ein, dass gefährdete Minderjährige in *Tutorias da Infância* untergebracht wurden und somit ein Zuhause erhielten (vgl. Martins 2006).

Ziel des Gesetzes war nicht nur, soziale Missstände zu verhindern, welche den Weg für Minderjährige in die Kriminalität begünstigten und somit ihr Leben und ihre Gesundheit gefährdeten, sondern auch, diese zu beseitigen. So steht im Artikel 1 des Gesetzes der *Lei de Proteção à Infância* Folgendes:

„(...) prevenir não só os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores do mesmo sexo de menos de dezasseis completos, ou comprometer a sua vida ou saúde; mas também de curar os efeitos desses males (...)” (vgl. Artikel 1 des Gesetzes *Lei de Proteção à Infância* 1911).

Die *Tutorias da Infância* waren für Kinder und Jugendliche bis 16 Jahren vorgesehen. Sie arbeiteten nicht mit Strafen, sondern sollten den Minderjährigen einen Ort bieten, in dem sie sich von ihrer prekären Lebenssituation erholen konnten. Neben den *Tutorias da Infância* gab es sogenannte *Refúgios da Tutoria*. Dies waren Einrichtungen, die Kinder und Jugendliche kurzfristig aufnahmen und so lange bei sich behielten, bis ein richterlicher Beschluss über deren Schicksal vorlag. Diese Maßnahmen und Einrichtungen sollten präventiv dem Schutz der Kinder und Jugendlichen dienen, um zu vermeiden, dass diese auf der Straße landeten oder mit Erwachsenen in Gefängnisse gesperrt wurden. Auch Kinder und Jugendliche bis 16 Jahren, die zu diesem Zeitpunkt in prekären Familienverhältnissen wohnten, wurden aus der Familie genommen und in *Tutorias da Infância* untergebracht (vgl. Candeias/Henriques 2012).

Obwohl die *Lei de Proteção à Infância* als Wegbereiter für die Reformierung des Rechtssystems galt, konnte sie weniger effektiv eingesetzt werden als erhofft. Da die *Tutorias da Infância* und *Refúgios da Tutoria* nur in Lissabon existierten, betraf das Gesetz nur dort lebende Familien und deren Kinder. Es dauerte etwa bis zum Jahre 1925, bis sich die Einrichtungen landesweit verbreitet hatten und das Gesetz flächendeckend umgesetzt werden konnte (vgl. Tomé de Carvalho 2015).



### 2.2.2 *Organização Tutelar de Menores (Lei n.º 44288)*

In den 60er Jahren folgte eine Reform, welche auf den Idealen des autoritären politischen Modells jener Zeit basierte (vgl. Rebelo 2018). Portugal unterstand der Diktatur António de Oliveira Salazars, der letztlich 36 Jahre regierte, womit sie als am längsten andauernde Diktatur Westeuropas gilt (vgl. Mommsen 2020).

Die *Tutorias da Infância* wurden zu *Tribunais Tutelares de Menores* umbenannt, nachdem am 20. April 1963 das Gesetz *Organização Tutelar de Menores (OTM)* verabschiedet worden war. In diesem Gesetzesentwurf wurde weiterhin nicht zwischen gefährdeten Kindern und Jugendlichen und kriminell gewordenen unterschieden. Die *Tribunais Tutelares de Menores* hatten die Funktion, Kinder gesetzlich zu schützen und vor allem durch Einsatz altersgerechter Maßnahmen präventiv gegen Kriminalität vorzugehen. Diese Maßnahmen konnten für Minderjährige bis 16 Jahren eingesetzt werden, im seltenen Fall auch für Jugendliche bis 18 Jahren, die enorme Schwierigkeiten zeigten, sich in Familie, Arbeit oder Schule zu integrieren (vgl. Tomé de Carvalho 2015).

Die Maßnahmen konnten auch greifen, wenn Kinder und Jugendliche psychische und/oder physische Gewalt erlebten, auf sich allein gestellt waren, sie durch prekäre Umstände Schwierigkeiten zeigten, sich zu sozialisieren, oder deren Situation ihre Gesundheit, Bildung und Sicherheit gefährdete. Darunter fiel zu betteln, auf der Straße herumzulungern, sich zu prostituieren oder sich in anderer Form strafbar zu machen. Waren diese Kinder und Jugendlichen dem Gericht – *Tribunal Tutelar de Menores* – bereits bekannt und fielen unter ihren Zuständigkeitsbereich, konnten folgende Maßnahmen einzeln oder kumulativ eingesetzt werden:

*„Admoestação; Entrega aos Pais; Tutor ou pessoa Encarregada da sua Guarda; Liberdade assistida; Caução de boa conduta; Desconto nos rendimentos, salário ou ordenado; Colocação em família adoptiva; Colocação em regime de aprendizagem ou de trabalho em empresa particular ou em insituição oficial ou privada; internamento em estabelecimento oficiais ou particulares de educação ou de assistência; recolha em centro de observação, por período não mais a 4 meses; Colocação em lar de semi-internato; Internamento em Instituti médico-psicológico e internamento em instituto de reeducação” (vgl. Candeias/Henriques 2012: 12).*

In den 60er Jahren wurden außerdem *centros de observação, institutos médicos-psicológicos, institutos de reeducação, lares de semi-internamento, lares de semi-abertos* und *lares de patronato* gegründet, welche sich um die soziale Reintegration der Kinder und Jugendlichen in die Gemeinschaft bemühten und auch befugt wurden, die genannten Maßnahmen einzusetzen, um einem Abgleiten in die Kriminalität vorzubeugen und Schutz zu bieten (vgl. Rebelo 2018).

Die *centros de observação* hatten die Aufgabe, Kinder und Jugendliche auf wissenschaftlicher Ebene zu analysieren. So sollte herausgefunden werden, welche Umstände zu Persönlichkeitsstörungen führen und welche Voraussetzungen gegeben sein müssen, damit ein Kind oder Jugendlicher adäquat aufwachsen kann. Im Artikel 111 der *Organização Tutelar de Menores* steht Folgendes:

*„Os centros de observação destinam-se a estudar os menores sujeitos à jurisdição tutelar, definindo as suas qualidades, defeitos de carácter, conhecimentos, aptidões e tendências, a investigar as condições do meio familiar e social donde provêm e a formular conclusões com vista à instituição do tratamento mais adequado à sua recuperação social” (vgl. Artikel 111 der Organização Tutelar de Menores von 1962).*

Die *Lares de Semi-internato* waren Einrichtungen, in denen Kinder und Jugendliche untergebracht wurden und in denen ein strukturiertes und familiäres Umfeld herrschte, das den Minderjährigen ermöglichte, eine berufliche Tätigkeit zu erlernen oder zur Schule zu gehen. Die *Lares semi-abertos* hatten die Funktion, den Übergang zwischen Einrichtung und Freiheit zu erleichtern, sodass die Minderjährigen in die Gesellschaft integriert werden konnten und eine Eingliederung in den Arbeitsmarkt

gesichert war. Zudem gab es die *Lares de Patronato*, welche ehemals untergebrachte Kinder und Jugendliche bei sich aufnahmen und diese bei Problematiken unterstützten (vgl. Rebelo 2018).

### 2.2.3 *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99)*

Mit dem Fall der Diktatur 1974 verfolgte Portugal die Idee, ein Sozialsystem einzuführen. Für dieses sollten Bedingungen geschaffen werden, die auch den Schutz von Kindern und Jugendlichen weiter ausbaute. 1991 wurden die ersten *Comissões de Proteção de Menores (CPM)* gegründet. Für diese Kommissionen wurden interdisziplinäre Teams gebildet, welche sich mit der Problematik der Kindeswohlgefährdung auskannnten. Sie sollten die Gemeinschaft dazu aktivieren, Rechte von Kindern und Jugendlichen in noch höherem Maße zu schützen, wozu ein Netzwerk geschaffen wurde, in dem diese Kommissionen auch lokal, in Gemeinden, agieren konnten. Die Kommissionen arbeiteten autonom und unabhängig, sodass das Gericht nicht mehr die absolute Befugnis hatte, Maßnahmen in Bezug auf Minderjährige anzuwenden. Erstmals wurde zwischen kindlichen Opfern und kindlichen Täterinnen und Tätern unterschieden, für die verschiedene Maßnahme eingesetzt werden konnten (vgl. Da Conceição Duarte de Almeida Paulino 2012).

1999 folgte in dieser Hinsicht – mit Inkrafttreten zweier Gesetze – ein Meilenstein. Ab dem 1. September 1999 fokussierte die *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)* kindliche Opfer, ab dem 14. September 1999 die *Lei Tutelar Educativa (LTE)* kindliche Täterinnen und Täter. Mit dieser neuen Gesetzeslage wurden 2001 die *Comissões de Proteção de Menores* in *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)* umbenannt (vgl. Candeias/Henriques 2012).

#### 2.2.4 *Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99)*

Die *Lei Tutelar Educativa* richtet sich an minderjährige Straftäterinnen und Straftäter im Alter von 12 bis 16 Jahren. Da das Alter der Strafmündigkeit in Portugal bei 16 Jahren liegt, werden Jüngere vom Strafgesetzbuch als nicht strafbar angesehen. Kinder und Jugendliche, die ihr zwölftes Lebensjahr vollendet haben, unterliegen somit den erzieherischen Betreuungsmaßnahmen der *Lei Tutelar Educativa*. Bei Kindern unter 12 Jahren greifen die Schutzmaßnahmen der *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* (vgl. Hervet 2016). Das Jugendgericht greift nur ein, wenn ausgeübte Handlungen nach dem Strafrecht als Straftaten angesehen werden und nicht als Handlungen jugendlichen Verhaltens. Einige Verhaltensweisen sind in Portugal im Jugendalter illegal, zum Beispiel Prostitution, Drogen- und Alkoholkonsum, Betteln, der Schule abwesend bleiben oder Disziplinlosigkeit. Da diese das Leben oder die Gesundheit der Minderjährigen gefährden können, wird hier das Schutzbedürfnis in den Vordergrund gestellt und die *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* aktiviert (vgl. Hervet 2016). Das Jugendgericht handelt immer im Interesse des Kindes oder Jugendlichen, wobei es dessen Persönlichkeit, die familiären und sozialen Strukturen und dessen Bildung mit einbezieht. Dabei soll das Gericht so handeln, dass der Eingriff in die Autonomie, Entscheidungsfreiheit und Lebensführung des Minderjährigen gering bleibt. Zudem sollen grundlegende Rechte auf Bildung, Sozialisation, Freiheit und Selbstbestimmung aufrechterhalten bleiben, um den Betroffenen eine gesunde Persönlichkeitsentwicklung zu ermöglichen (vgl. ebd.).

Die Maßnahmen sollen nach dem Prinzip der Aktualität und Proportionalität beschlossen werden. Folgende Maßnahmen sind möglich:

- a) *Admoestação*
- b) *A privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores*
- c) *A reparação ao ofendido*
- d) *A realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade*
- e) *A imposição de regras de conduta*
- f) *A imposição de obrigações*
- g) *A frequência de programas formativos*
- h) *O acompanhamento educativo*
- i) *O internamento em centro Educativo (vgl. Diário da República Electrónico 2020)*

Im Prozess ist die Anwendung des Gesetzes und der Maßnahmen nur bei Vorliegen einer Straftat zulässig. Von den genannten Interventionen gehören die Punkte a) bis h) zu den nicht institutionalisierten Maßnahmen. Lediglich i) besitzt institutionellen Charakter. Dabei werden Betroffene in eine Justizvollzugsanstalt inhaftiert, damit sie die gewohnte Umgebung für kurze Zeit verlassen können, pädagogische Programme in Anspruch nehmen können und Werte verinnerlichen, die im Einklang mit dem Gesetz stehen. Außerdem sollen sie sich Ressourcen aneignen, die ermöglichen, ein verantwortungsvolles und würdiges Leben zu führen. In keinem Fall darf die Dauer der Maßnahme des Freiheitsentzugs in einer Justizvollzugsanstalt die maximale Freiheitsstrafe für das betreffende Verbrechen überschreiten (vgl. Hervet 2016).

### 3 Kinder und Jugendliche in Gefahr

Wie erwähnt, definiert die UN-Kinderrechtskonvention Kinder als alle Personen unter 18 Jahren (vgl. National Coalition Deutschland o.D).

Allerdings dürfen im portugiesischen Rechtssystem auch Maßnahmen zum Schutz bei Kindern und Jugendlichen bis 21 Jahren durchgeführt werden, wenn die Interventionen vor dem 18. Lebensjahr beschlossen wurden und eine Kontinuität sinnvoll erscheint (vgl. Paulo 2010).

Hier soll auf das Gesetz n.º147/99 eingegangen werden, welches das Kinder- und Jugendhilfesystem beschreibt und regelt. Nach Artikel 3 dieses Gesetzes befindet sich ein Kind oder Jugendlicher in Gefahr, wenn die Eltern oder die Sorgeberechtigten die Sicherheit, Gesundheit, Bildung, Erziehung oder Entwicklung dieser gefährden oder diese Gefahrensituationen von Dritten ausgehen. Der Artikel greift auch, wenn Kinder und Jugendliche sich und ihr Leben selbst gefährden und die Gefahr nicht rechtzeitig beseitigt werden kann (vgl. Artikel 3 des Gesetzes Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

So heißt es im Artikel 3 wie folgt:

*„A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”* (vgl. Artikel 3 der Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

Es werden weitere Situationen definiert, die als Gefahr eingestuft werden können. So befinden sich Kinder und Jugendliche in Gefahr, wenn sie...

- a) ... von ihren Eltern oder Sorgeberechtigten verlassen wurden und somit auf sich allein gestellt sind.
- b) ... Opfer von psychischer, physischer oder sexueller Gewalt sind.

- c) ... entsprechend ihrem Alter und ihrer persönlichen Situation keine adäquate Pflege und Zuneigung erhalten.
- d) ... sich in der Obhut Dritter befinden, in einem Zeitraum, in dem sie eine starke Bindung zu diesen aufgebaut haben, während die Eltern ihre elterlichen Pflichten vernachlässigt haben.
- e) ... zu Arbeiten oder Tätigkeiten gezwungen werden, die nicht ihrem Alter, ihrer Würde und ihrer persönlichen Situation entsprechen und somit ihre Ausbildung und Entwicklung gefährden.
- f) ... indirekt oder direkt einem Verhalten ausgesetzt sind, welches ihre Sicherheit und ihr emotionales Gleichgewicht beeinträchtigt.
- g) ... Verhaltensweisen, Tätigkeiten oder Konsumverhalten annehmen, welche ihre Gesundheit, Sicherheit, Bildung, Erziehung oder Entwicklung beeinflussen und ihre Eltern bzw. der Vormund keine adäquate Unterstützung bieten, um die Situation zu beseitigen.
- h) ... eine ausländische Staatsangehörigkeit haben und ohne eine Aufenthaltsgenehmigung für das Land in einer öffentlichen, sozialen oder privaten Einrichtung untergebracht sind, welche mit dem Staat kooperiert (vgl. Artikel 3 der Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

## 4 Segurança Social

In Portugal dient zur Regelung der sozialen Sicherungssysteme die staatliche Institution *Segurança Social*. Sie ist Teil des *Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*. Um die soziale Absicherung zu gewährleisten, verfügt sie über eine Reihe von Hilfen, die sicherstellt, dass Bürgerinnen und Bürger Chancengleichheit erfahren und Grundrechte eingehalten werden. Entsprechend ist sie nicht nur für portugiesische Staatsbürgerinnen und -bürger zuständig, sondern auch für im Land lebende Ausländerinnen und Ausländer. Zu diesen Maßnahmen gehören unter anderem Leistungen bei Krankheit, Pensionen für nicht mehr erwerbstätige Menschen, Leistungen bei Arbeitsunfällen oder Leistungen für Familien. Für verschiedene Gruppen von Betroffenen bietet die *Seguranca Social* unterschiedliche soziale Hilfen und Programme an. Es existieren Investitionsförderprogramme, Hilfen bei Suchterkrankungen, Heimhilfeprogramme für Seniorinnen und Senioren oder Hilfen für Kinder und Jugendliche in Gefahr. Dementsprechend bemühen sich unterschiedliche Einrichtungen darum, gefährdete Kinder und Jugendliche zu unterstützen. Diese Einrichtungen werden von der *Seguranca Social* genehmigt und überwacht, womit die *Segurança Social* die höchste Instanz in Portugal darstellt, welche das Kinder- und Jugendhilfesystem regelt (vgl. *Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social 2021*).



## 5 *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*

Die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, welche 2001 gegründet wurden, werden als offizielle außergerichtliche Institutionen mit funktionaler Autonomie definiert. Ihre vorrangige Aufgabe besteht darin, Rechte von Kindern und Jugendlichen zu fördern und Situationen zu verhindern, die ihre Sicherheit, Gesundheit, Ausbildung, Erziehung oder Entwicklung beeinträchtigen können (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, o.J.).

*„Aqui se definem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) como instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo situações de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”* (vgl. Ebd.).

Portugal hat insgesamt 310 *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, in denen etwa 5.000 Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter aus unterschiedlichen Bereichen arbeiten. Laut Jahresbericht der *Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ)* arbeiteten 2019 5.030 Menschen aus unterschiedlichen Bereichen in den *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* (siehe Abbildung 1) (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019).

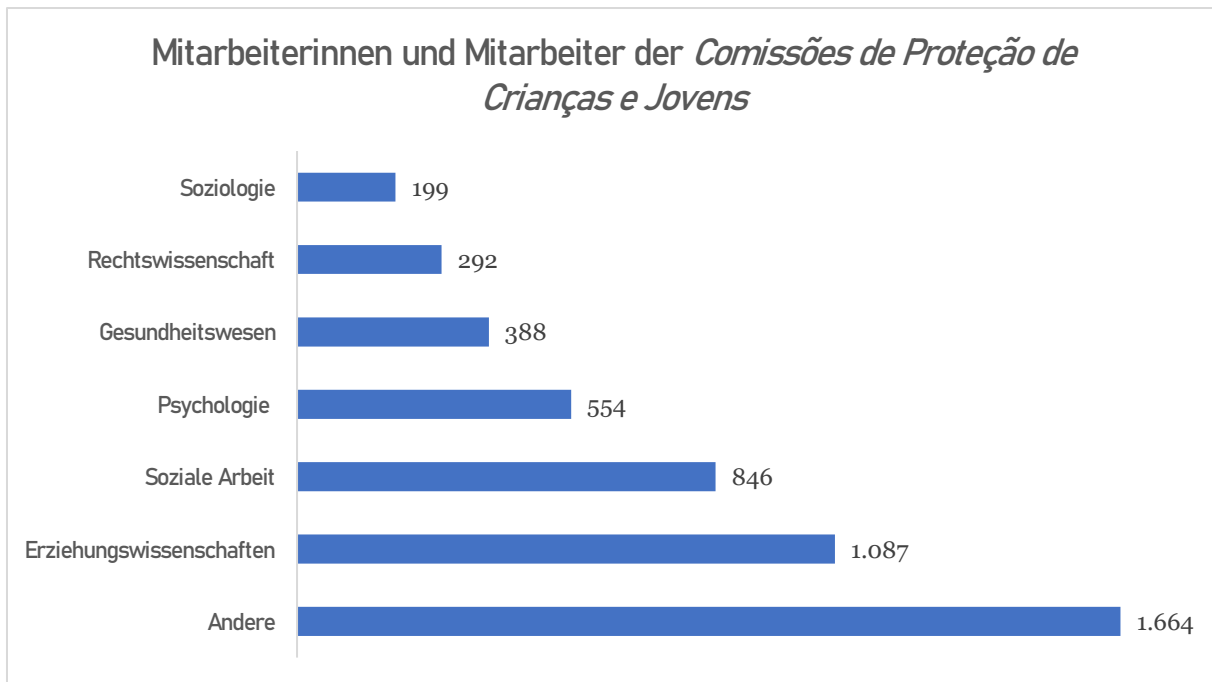


Abbildung 1: Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019, S. 78, eigene Darstellung)

Jede *CPCJ* arbeitet auf erweiterter und eingeschränkter Basis und umfasst Vertreterinnen und Vertreter öffentlicher und privater Einrichtungen, Bürgerinnen und Bürger, die vom Gemeinderat gewählt werden, und kooptierte Mitglieder (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019). Die Mitglieder der *CPCJ* werden für zwei Jahre gewählt und können für sechs Jahre wiedergewählt werden. Jede *CPCJ* muss aus seinen Mitgliedern eine Präsidentin oder einen Präsidenten wählen, welche oder welcher die *CPCJ* repräsentiert und in dessen erweiterter und eingeschränkter Funktion vertritt. Wenn es sich um eine erweiterte Kommission handelt, kann die Präsidentin oder der Präsident eine Sekretärin oder einen Sekretär aus den Mitgliedern wählen (vgl. Andrade 2019).

## 5.1 Erweiterte *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*

Bereits Abbildung 1 verdeutlicht, wie multidisziplinär die *CPCJ* aufgestellt sind. Unter den Mitgliedern der erweiterten *CPCJ* ist eine Vertreterin oder ein Vertreter der Gemeinde, welche oder welcher vom Bürgermeister gewählt wird und besondere Kenntnisse über Kindeswohlgefährdung mitbringt. Zudem sitzt eine Vertreterin oder ein Vertreter der *Segurança Social* in der erweiterten Kommission, welche oder welcher vorzugsweise über eine Ausbildung der Sozialarbeit, Psychologie oder des Rechts verfügt. Hinzu kommt eine Vertreterin oder ein Vertreter des Bildungsministeriums, im Speziellen eine Lehrerin oder ein Lehrer mit besonderen Kenntnissen im Bereich der Kindeswohlgefährdung. Des Weiteren gibt es eine Vertreterin oder einen Vertreter des Gesundheitsministeriums mit idealerweise einer Ausbildung als Ärztin oder Arzt oder Krankenpflegerin oder Krankenpfleger. In der erweiterten Kommission ist zudem eine Vertreterin oder ein Vertreter von privaten Einrichtungen, die oder der gemeinnützigen Tätigkeiten nachgeht oder Tätigkeiten in einer anderen nicht-Regierungsorganisation. Es folgen eine Person einer Behörde, die sich mit Berufen und Berufsausbildungen auskennt, und eine Person der Elternvereinigung, die für den Bereich des Schutzes von Kindern und Jugendlichen zuständig ist. Außerdem sind Vertreterinnen und Vertreter von Verbänden oder anderen privaten Organisationen beteiligt, die für Kinder und Jugendliche kulturelle, sportliche oder Freizeitaktivitäten ausarbeiten. Auch gehört eine Vertreterin oder ein Vertreter der Jugendverbände oder der Jugendhilfe dem Team an. Ebenfalls sind Sicherheitskräfte beteiligt, welche dem Ministerium unterliegen und unter den territorialen Zuständigkeitsbereich fallen. Zuletzt werden noch vier wahlberechtigte Bürgerinnen und Bürger von der Gemeindeversammlung oder den Pfarrgemeinderäten gewählt. Die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter, welche ebenfalls in der erweiterten *CPCJ* arbeiten, sind ausgebildet in den Bereichen der Sozialen Arbeit, Psychologie, Gesundheit oder der Rechtswissenschaften (vgl. Guerra 2019).

Die erweiterte Kommission heißt *Comissão Alargada*. Diese hat zur Aufgabe, Mittel

zur Förderung der Rechte von Kindern und Jugendlichen zu generieren und Präventivmaßnahmen für Gefahrensituationen zu entwickeln. Außerdem ist sie verantwortlich dafür, die Gemeinde über die Rechte von Kindern und Jugendlichen zu informieren und dahingehend zu sensibilisieren, Minderjährigen zu helfen, sollten sich diese in schwierigen Situationen wiederfinden. Zudem soll sie mit zuständigen Behörden zusammenarbeiten, um Situationen aufzudecken, in denen die Rechte und Interessen der Kinder und Jugendlichen nicht berücksichtigt werden. Zuletzt soll sie mit den zuständigen Behörden innovative Projekte im Bereich der Prävention entwickeln, um Risikofaktoren für Kinder und Jugendliche zu verringern, und ein Netzwerk aufbauen, welches den Minderjährigen Schutz bietet (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019).

## 5.2 Eingeschränkte *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*

Die Eingeschränkte *CPCJ* nennt sich *Comissão Restrita*. Sie besteht stets aus einer ungeraden Anzahl an Mitgliedern der *Comissão Alargada*, die nie weniger als fünf betragen darf. Zu diesen gehören die Präsidentin oder der Präsident der *CPCJ*, eine Vertreterin oder ein Vertreter der Gemeinde, der *Segurança Social*, des Gesundheitswesens und des Bildungswesens. Zuletzt ist eine Vertreterin oder ein Vertreter von privaten Einrichtungen bzw. nicht-staatlichen Organisationen beteiligt. Die *Comissão Restrita* trifft sich entweder wöchentlich oder alle zwei Wochen (vgl. Andrade 2019). Während die *Comissão Alargada* sich vorwiegend den Rahmenbedingungen für den Schutz von Kindern und Jugendlichen widmet und entsprechende Maßnahmen entwickelt, befinden sich die Mitglieder der *Comissão Restrita* im Tagesgeschehen und handeln, wenn Kinder und Jugendliche in Gefahr schweben. Sie sind verantwortlich dafür, Situationen richtig einzuschätzen und über Maßnahmen, die angewendet werden können, um die Minderjährigen in Gefahrensituationen zu schützen, zu entscheiden (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019).

## 6 Ablauf der Gefahrenmeldung

Das Kinder- und Jugendhilfesystem wird in Portugal mittels einer Pyramide dargestellt. Diese zeigt alle sozialen Akteure, die eingreifen können, wenn sich das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche in Gefahr befindet (siehe Abbildung 2).

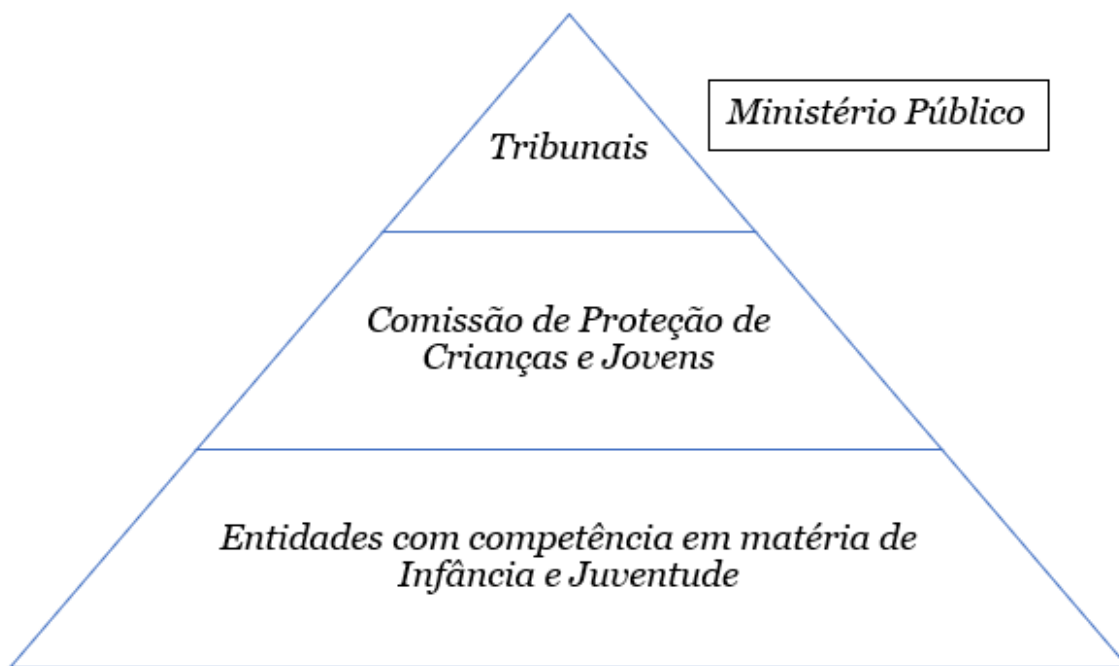


Abbildung 2: Pirâmide da Subsidiariedade (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2021, eigene Darstellung)

Diese Pyramide wird *Intervenção Subsidiária no Perigo – Pirâmide da Subsidiariedade* genannt. Dabei wird nach einem afrikanischen Sprichwort verfahren, welches besagt: „*É preciso toda uma aldeia para cuidar das suas crianças*“ (vgl. Leandro/Martinho o.D), was in etwa bedeutet, dass es ein ganzes Dorf benötigt, um seine Kinder zu schützen. Im Kinder- und Jugendhilfesystem bestehen keine isolierten Zuständigkeiten, vielmehr wird fächerübergreifend agiert. Vor allem die Bürgerschaft spielt beim Schutz und der Förderung der Rechte von Kindern und Jugendlichen eine bedeutende Rolle. Grundsätzlich wird zwischen professionellen und allgemeinen Instanzen unterschieden, welche eine Gefahr melden können (siehe Abbildung 3).

Gefahrenmeldung von professionellen Instanzen	Allgemeine Gefahrenmeldung
---	----------------------------

- |  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sicherheitskräfte</li> <li>• Gesundheitseinrichtungen und Krankenhäuser</li> <li>• Sozialämter</li> <li>• Kitas und Kindergärten</li> <li>• Schulen und Schulpsychologinnen- und Psychologen</li> <li>• Gerichte</li> <li>• Telefondienstleistungen, wie bspw. Notrufnummern</li> <li>• Kinder- und Jugendtelefon</li> <li>• Jugendämter</li> <li>• Vereine</li> <li>• Wohlfahrtsverbände</li> <li>• Nichtregierungsorganisationen oder andere private Einrichtungen</li> <li>• Lokale Instanzen</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bürgerinnen und Bürger</li> <li>• Eltern oder Erziehungsberechtigte</li> <li>• Familienangehörige</li> <li>• Nachbarn</li> <li>• Kinder selbst</li> </ul> |
|--|--|

Abbildung 3: Gefahrenmeldungen (vgl. Leandro/Martinho, o.J., eigene Darstellung)

## 6.1 *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude*

Auf der ersten Stufe der Pyramide stehen die *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude*. Leandro (o.J.) schreibt dazu Folgendes:

*“No actual Sistema Nacional de Protecção à Infância e Juventude entende-se por Entidades todas as pessoas singulares ou colectivas públicas, ccoperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem actividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na protecção da criança em perigo” (:82).*

Die *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude* sollen im Rahmen ihrer Zuständigkeit die Möglichkeit zur Durchführung von Maßnahmen der Primär- und Sekundärprävention sicherstellen, durch die Erstellung und Festlegung von lokalen Aktionsplänen für Kinder und Jugendliche (vgl. Ramião 2019). Bei der Primärprävention handelt es sich um Unterstützungsdienste für die Gesamtbevölkerung. Ihre Aufgabe ist es, Gefahrensituationen für Kinder und Jugendliche zu reduzieren. Man unterscheidet dabei spezifische und unspezifische Primärprävention (vgl. Gonçalves 2013).

Die unspezifische Primärprävention ist an die Gesamtbevölkerung gerichtet und soll aufklären, welche Rechte Kinder und Jugendliche besitzen. Außerdem soll sie zu verhindern versuchen, dass Minderjährige missbraucht, vernachlässigt oder sexuell mishandelt werden. Daher ist notwendig, dass die Gemeinschaft über die Gesundheit der Kinder aufgeklärt und dahingehend sensibilisiert wird, eine gute Beziehung zwischen Eltern und Kindern zu verstehen (vgl. Gonçalves 2013).

Bei der spezifischen Primärprävention soll rechtzeitig erkannt werden, ob Familien gefährdet sind (vgl. ebd.). Die Sekundärprävention richtet sich an Individuen oder Gruppen von Individuen, die bereits einer erhöhten Risikolage ausgesetzt sind. Negative psychosoziale Belastungen sollen verhindert werden, durch die betroffene Kinder, im Gegensatz zu unbelasteten Kindern, einem erhöhten Risiko unterliegen, Opfer von Gewalt oder Missbrauch zu werden (vgl. Pacheco 2013). Zu den Aufgaben der *Entidades*

*com competência em matéria de Infância e Juventude* gehört nicht nur, Risiko- und Gefahrensituationen festzustellen und einzuschätzen und in solchen einzugreifen, sondern auch, notwendige und angemessene Interventionsstrategien zu implementieren, um Risikofaktoren zu reduzieren oder zu beseitigen. Außerdem sollen sie Kinder und Jugendliche mit ihren Familien bei der Durchführung eines von der Einrichtung selbst oder in Zusammenarbeit mit ähnlichen Einrichtungen festgelegten Interventionsplans begleiten. Zudem gehört zu ihren Aufgaben, Handlungen auszuführen, welche von den *CPCJ* oder vom Familiengericht bestimmt wurden, um den Schutz der Rechte von Kindern und Jugendlichen zu gewährleisten (vgl. Ramião 2019).

Zu den Aktionen im Rahmen der genannten Aufgaben müssen die *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude* ein Protokoll führen, welches eine zusammenfassende Beschreibung der angewandten Interventionsstrategien und deren Ergebnisse enthält (vgl. Ramião 2019).

## ***6.2 Intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens***

Auf der zweiten Stufe der Pyramide befinden sich die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, welche den Jugendämtern in Österreich gleichgestellt werden können. Diese werden erst hinzugezogen, wenn es den *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude* nicht möglich war, rechtzeitig und angemessen zu reagieren, und alle Möglichkeiten einer Intervention ausgeschöpft sind. Dabei handeln die *CPCJ* nach elf Prinzipien:

- a) *Interesse superior da criança*. Die Intervention muss in erster Linie die Interessen und Rechte der Kinder und Jugendlichen berücksichtigen. Es soll dabei ermöglicht werden, dass liebevolle Bezugspersonen in der Lebenswelt der Kinder und Jugendlichen verbleiben.
- b) *Privacidade*. Die Förderung der Rechte und des Schutzes der Minderjährigen muss mit Respekt vor der Privatsphäre und Intimität erfolgen.



- c) *Intervenção mínima*. Die Maßnahmen dürfen ausschließlich von den Instanzen und Institutionen durchgeführt werden, welche für den konkreten Fall als unerlässlich erscheinen.
- d) *Intervenção precoce*. Sobald die Gefahrensituation bekannt ist, muss eingegriffen werden.
- e) *Respeito pela Responsabilidade Parental*. Die Maßnahme muss so durchgeführt werden, dass die Eltern ihre Pflichten gegenüber dem Kind oder Jugendlichen wahrnehmen.
- f) *Prevalência da Família*. Es sollten vorrangig Maßnahmen ergriffen werden, welche die Familie – das kann die biologische Familie, die Adoptivfamilie oder eine andere Form einer stabilen Familienbeziehung sein – integrieren.
- g) *Proporcionalidade e actualidade*. Die Intervention sollte notwendig und angemessen sein für die Gefahrensituation, in der sich die Minderjährigen zum Zeitpunkt der Entscheidung befinden, und darf nur in dem Maße in ihr Leben und das ihrer Familie eingreifen, das unbedingt erforderlich ist.
- h) *Direito à Informação*. Die Kinder und Jugendlichen, ihre Familien oder andere Erziehungsberechtigten haben das Recht, detailliert über ihre Rechte und die Beweggründe, die zu der Intervention geführt haben, aufgeklärt zu werden.
- i) *Audição Obrigatória e Participação*. Die Minderjährigen haben das Recht getrennt, in Begleitung ihrer Eltern oder einer Person ihrer Wahl angehört zu werden und die Festlegung der Maßnahme mitzubestimmen. Dasselbe gilt für die Eltern.
- j) *Subsidiariedade*. Für die Interventionen sind die *Entidades com competência em matéria de infância e juventude*, *Comissões de proteção de crianças e jovens* und die Gerichte zuständig
- k) *Primado da continuidade das relações psicológicas profundas*. Die Maßnahmen müssen das Recht auf den Erhalt einer emotionalen Beziehung respektieren. Vor allem ist Struktur für eine gesunde und harmonische Entwicklung von

großer Bedeutung. Der Fortbestand einer sicheren Bindung muss gewährleistet werden (vgl. Guerra 2019).

Die Durchführung der Maßnahmen, welche von den genannten Instanzen bestimmt werden, hängt davon ab, ob die Minderjährigen ab zwölf Jahren diesen Interventionen widersprechen oder nicht. Sollte sich ein Kind unter zwölf Jahren den Interventionen widersetzen, so wird die Fähigkeit der Minderjährigen oder des Minderjährigen betrachtet, die Bedeutung der Intervention zu verstehen. Ihr Wille des Widerspruchs ist nur relevant, wenn sie aufgrund ihrer Fähigkeiten und ihres Entwicklungsstandes in der Lage sind, den Sinn des Eingriffs zu verstehen (vgl. Ramião 2019).

### **6.3 *Intervenção dos Tribunais***

In Situationen, in denen die Maßnahmen der *CPCJ* keine Zustimmung der Eltern erhalten oder das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche dieser Intervention widerspricht, sind die *CPCJ* verpflichtet, ihre Vorhaben und Aktionen vor ein Familiengericht zu bringen. Auf diese Weise werden Mechanismen aktiviert, um den Fall zu überprüfen und die Intervention zu einer Maßnahme mit gerichtlichem Charakter zu ändern (vgl. Centros de Estudos para a Intervenção Social, 2019).

Artikel 11 des Gesetzes n° 147/99 definiert Situationen, bei denen das Gericht eingreift. Dazu gehört beispielsweise, wenn in der Gemeinde des Wohnortes des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen keine *CPCJ* existiert oder der *CPCJ* die Kompetenzen fehlen, adäquate Maßnahmen für deren Schutz zu gewährleisten. Das Gericht kann auch eingreifen, wenn die erforderliche Zustimmung zum Eingreifen der *CPCJ* nicht erteilt oder zurückgezogen wurde, wenn die Vereinbarungen zur Förderung des Schutzes wiederholt nicht eingehalten wurden oder eine Vereinbarung gar nicht eingehalten wurde und dies zu einer ernsthaften Gefährdung des Kindes führte. Auch in Situationen, in denen die *CPCJ* nicht die erforderlichen Maßnahmen ausführen können, da Einrichtungen Widerstand leisten oder das *Ministério Público* der Ansicht ist, dass die

Entscheidungen der *CPCJ* rechtswidrig oder zur Förderung des Schutzes ungeeignet sind, ist das Gericht beauftragt, zu handeln und in den Prozess miteinbezogen zu werden. Zuletzt greift das Gericht ein, sobald nach sechs Monaten nach Kenntnis der Gefahrensituation durch die *CPCJ* noch keine Entscheidung getroffen wurde und die Eltern, die Erziehungsberechtigten oder der Vormund eine gerichtliche Intervention beantragen.

## 7 Leistungen der *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*

Die verschiedenen Hilfen können nur von einer *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* oder von Familiengerichten erteilt werden. Es gibt zwei Maßnahmen, welche mit unterschiedlichen Hilfen einhergehen – die *Medida no meio natural de vida* sowie die *Medida de Colocação*. Bei ersterer verbleibt das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche in der Familie und bekommt Unterstützung in ihrer oder seiner natürlichen Lebenswelt. Die zweite Maßnahme sieht vor, dass das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche aus der Familie genommen wird und entweder in einer stationären Einrichtung oder einer Pflegefamilie untergebracht wird (vgl. Cortes 2020). Sobald sich eine Minderjährige oder ein Minderjähriger in einer Gefahrensituation befindet, ist jede Person, welche von dieser Kenntnis hat, dazu verpflichtet, dies einer *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* zu melden (vgl. Cortes 2020).

Nach Eingang einer Gefahrenmeldung wird für jedes Kind oder jeden Jugendlichen ein eigener Prozess eröffnet, außer es handelt sich um Geschwister innerhalb einer Familie. Da einer der Grundsätze der *CPCJ* die Privatsphäre ist, erhalten nur Mitglieder der agierenden *CPCJ* Einsicht in die Akten. Eltern oder Sorgeberechtigte können Einsicht entweder persönlich oder mittels eines Anwaltes beantragen (vgl. Pinto 2011).

Die *CPCJ* prüft die Meldung und kontaktiert im Anschluss das betroffene Kind, die Jugendliche oder den Jugendlichen und deren Eltern und informiert diese über den Erhalt der Mitteilung. Es ist Aufgabe der *CPCJ*, die Familien über die weitere Vorgehensweise und mögliche Konsequenzen, welche bei Ablehnen des Prozesses erfolgen können, aufzuklären. Sollte es sich um eine unmittelbare Gefahrensituation handeln, in der das Leben des Kindes oder Jugendlichen gefährdet ist, wird ein Notfallverfahren eingesetzt (vgl. Pinto 2011). Heranwachsende, welche 12 Jahre oder älter sind, werden zu den erhaltenen Informationen und deren Situation im Elternhaus befragt. Die Befragung kann individuell oder in Anwesenheit der Eltern, eines Anwaltes ihrer Wahl oder einer Person ihres Vertrauens stattfinden. Anschließend wird ein Bericht über die Situation an alle Mitglieder der *Comissão Restrita* geschickt. Diese versammeln sich

und beraten über das weitere Vorgehen. Sollte sich bei Überprüfung des Falls der Verdacht erhärten, dass es sich um eine Fehlermeldung handelt oder die Gefahrensituation nicht mehr existiert, so wird die Akte archiviert. Sollte auch sechs Monate, nachdem die Meldung die *CPCJ* erreicht hat, keine Entscheidung getroffen worden sein, muss die *CPCJ* diese ebenfalls archivieren und an das *Ministério Público* senden. Wenn sich der Verdacht bestätigt, dass es sich um eine Gefahrensituation für das Kind, die Jugendliche oder den Jugendlichen handelt, wird eine Maßnahme beschlossen und angewendet (vgl. Pinto 2011).

Die Maßnahmen sollen den Minderjährigen Rahmenbedingungen zur Verfügung stellen, in denen ihre Gesundheit, Sicherheit, Bildung, Erziehung, Entwicklung und Wohlbefinden gesichert sind. Dabei steht das Wohl des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen im Vordergrund (vgl. Pinto 2011).

Laut Jahresbericht der *Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens* wurden 2019 rund 43.769 Gefahren für Kinder und Jugendliche an die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* gemeldet, was ein Plus von 4.743 Meldungen zum Vorjahr bedeutete. Von diesen Gefahrenmeldungen bezogen sich 23.542 (54%) auf männliche Kinder und Jugendliche und 20.254 (46%) auf weibliche. Bei den meisten Gefahrenmeldungen waren Kinder und Jugendliche zwischen 11 bis 14 Jahren betroffen, gefolgt von Heranwachsenden zwischen 15 bis 17 Jahren. Rund 5.164 Meldungen betrafen Kinder unter zwei Jahren (siehe Abbildung 4).

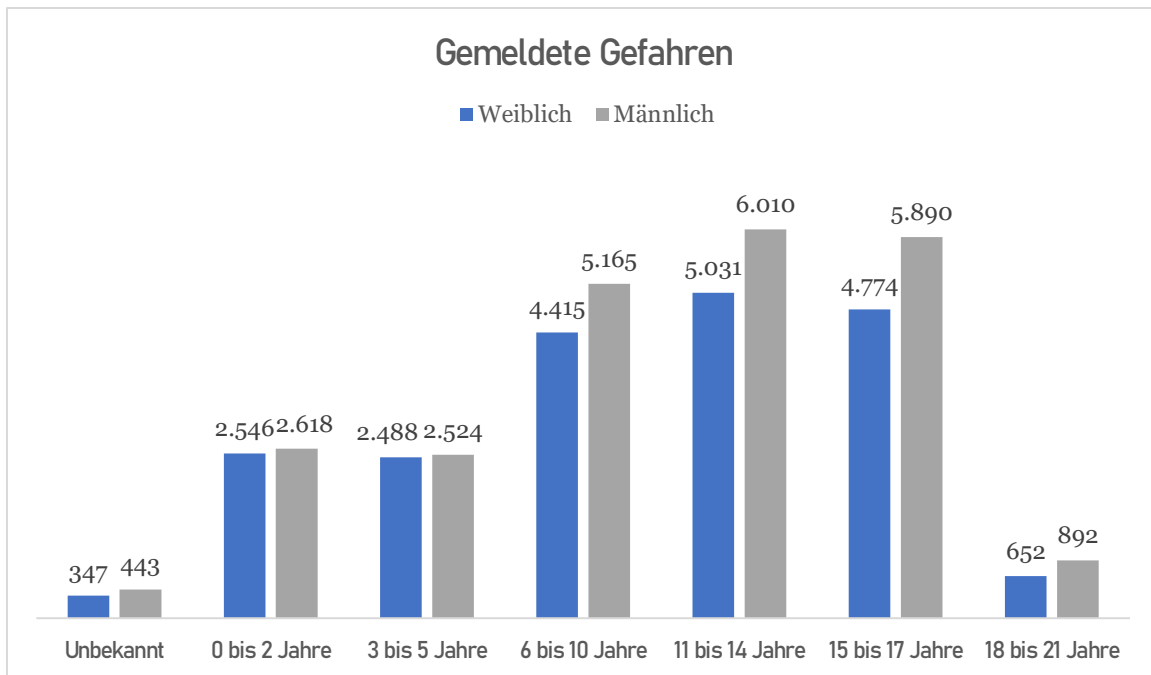


Abbildung 4: Gemeldete Gefahren (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019, S. 40, eigene Darstellung)

In Portugal wird vor allem *Apoio junto dos Pais* angewendet, welche zu den Maßnahmen innerhalb der natürlichen Lebenswelt zählt. 81,74% der unterstützten Kinder und Jugendlichen und deren Familien haben diese Form der Hilfe erhalten. Bei 9,33% wurde die Maßnahme *Apoio Junto de Outro Familiar* durchgeführt. Betrachtet man die Maßnahmen im Bereich der Unterbringung von Kindern und Jugendlichen, wird deutlich, dass eine stationäre Unterbringung weiterhin am häufigsten umgesetzt wurde, gegenüber der Unterbringung in einer Pflegefamilie, von der weniger als 0,1% der Kinder und Jugendlichen in Portugal profitieren (siehe Abbildung 5).

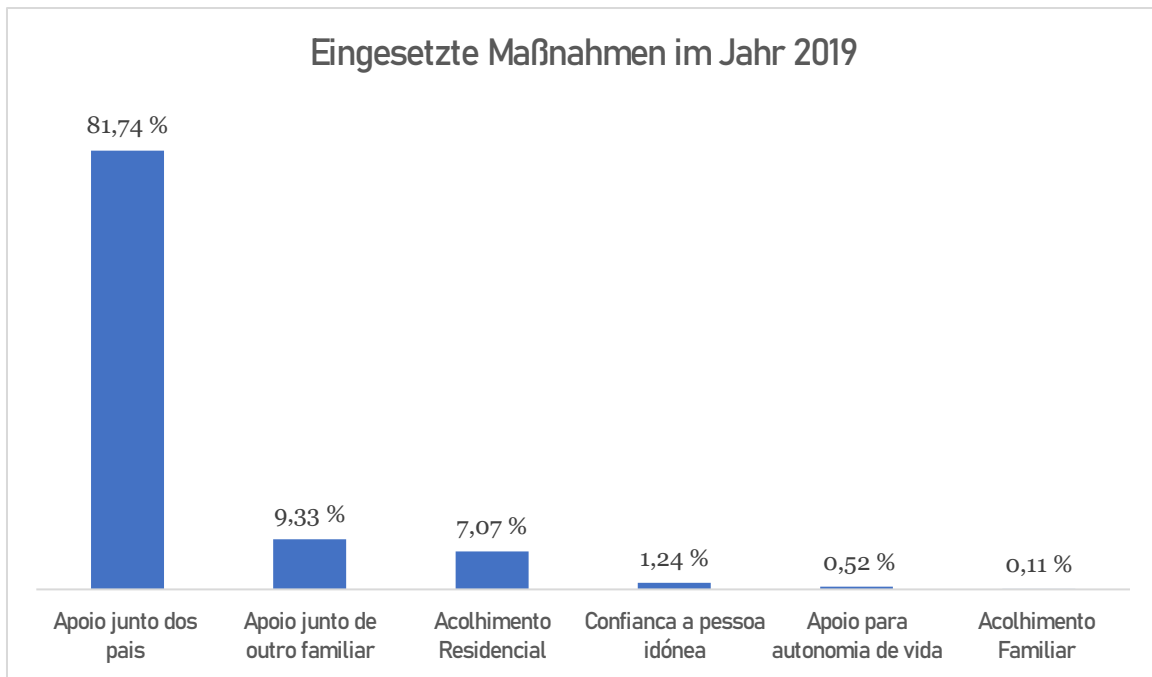


Abbildung 5: Eingesetzte Maßnahmen im Jahr 2019 (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019, S. 40, eigene Darstellung)

## 7.1 *Medidas no meio natural de vida*

Zu dieser Maßnahme zählen Hilfen, welche in der direkten Lebenswelt der Kinder und Jugendlichen und deren Familien eingesetzt werden. Dazu gehören *Apoio junto dos pais*; *Apoio junto de outro familiar*; *Educação parental*; *Apoio à família*; *Confiança a pessoa idónea* und *Apoio para autonomia de vida*.

### 7.1.1 *Apoio junto dos pais*

Diese Maßnahme wird im Gesetz n.º 147/99 wie folgt geregelt: „ *A medida de apoio junto dos pais consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psico-pedagógica e social, e quando necessário, ajuda económica*” (vgl. Guerra 2019: 132).

Mit dieser Maßnahme gehen drei Hilfen einher. Zum einen sollen Kinder und Jugendliche psychopädagogische und soziale Unterstützung erhalten, die eingesetzt wird, um eine gesunde Entwicklung zu fördern. Zum anderen sollen Familien finanzielle Hilfen ermöglicht werden, die einerseits ausschließlich der Befriedigung der Grundbedürfnisse der Kinder und Jugendlichen dienen, andererseits der Bereitstellung von wichtigen Einrichtungsgegenständen (vgl. Viseu Now 2021).

Auch die Eltern sollen durch diese Maßnahme lernen, elterliche Verantwortlichkeiten kennenzulernen und diesen nachzugehen. Dazu gehört beispielsweise, dass Eltern ihre Kinder zu Arztterminen begleiten oder bei Schulaufgaben unterstützen. Bei Fragen oder Unsicherheiten sollen sie Unterstützung und Aufklärung erhalten. Im Fall von Drogenabhängigkeit, Alkoholismus oder psychischen Erkrankungen dürfen die Minderjährigen in der Familie verbleiben, sofern sich die Eltern professionelle Hilfe suchen und sie bemüht sind, ihre Situation zu verbessern (vgl. Viseu Now 2021).

Die Heranwachsenden sollen außerdem in das Gemeinwesen integriert werden. Das bedeutet, dass alle Freizeiteinrichtungen und deren Angebote ausgeschöpft werden und als mögliche Hilfestellung dienen sollen. Die Kinder und Jugendlichen sollen



beispielsweise an Kursen in Sporthallen teilnehmen. Dies soll ermöglichen, sich altersgemäß zu sozialisieren und Kontakte zu knüpfen (vgl. ebd.).

### 7.1.2 *Apoio junto de outro familiar*

In Artikel 40 des Gesetzes n.º 147/99 heißt es: „A medida de confiança a pessoa idónea consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido relação de afetividade recíproca” (vgl. Guerra 2019: 135).

Die Maßnahme *Apoio junto de outro familiar* wird demnach eingesetzt, wenn ein Kind, eine Jugendliche oder ein Jugendlicher in deren oder dessen Familie nicht dauerhaft sicher ist. In einem solchen Fall sollen Familienangehörige in Betracht gezogen werden, um die Minderjährigen aufzunehmen. Es wird sichergestellt, dass die Angehörigen sich um die Heranwachsenden kümmern können und über die nötigen Ressourcen verfügen, damit das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche unbeschwert aufwachsen kann. Ziel der Maßnahme ist, die Minderjährigen wieder in die Herkunftsfamilie zurückzuführen. Dabei werden vor allem die Eltern und deren Fortschritte während der ihnen zugewiesenen Maßnahmen von der CPCJ oder dem Familiengericht beleuchtet und ob sich die Ausgangssituation verbessert hat. Bei dieser Maßnahme können den Kindern und Jugendlichen und deren Familienangehörigen ebenfalls, wie im vorherigen Abschnitt beschrieben, psychopädagogische, soziale und finanzielle Hilfen zur Verfügung gestellt werden (vgl. Viseu Now 2021).

### 7.1.3 *Confiança a pessoa idónea*

Wenn für das Kind, die Jugendliche oder den Jugendlichen keine Möglichkeit besteht, bei einem Familienangehörigen aufgenommen zu werden, müssen diese oder dieser bei einer *pessoa idónea* untergebracht werden. Eine *pessoa idónea* ist eine Person, mit welcher die oder der Heranwachsende keine familiären Wurzeln teilt, doch eine Beziehung pflegt, die geeignet erscheint, um das Kind, die Jugendliche oder den Jugendlichen bei der Person unterzubringen. Dazu gehören beispielsweise Nachbarn, Bekannte oder Freunde, die Interesse daran zeigen, die Heranwachsenden sicher aufwachsen zu sehen und im Idealfall beim Aufwachsen bereits begleitet haben. Eine *pessoa idónea* darf nicht jünger als 18 Jahre und nicht älter als 65 Jahre alt sein. Ziel dieser Maßnahme ist ebenfalls eine Rückführung in die Herkunftsfamilie. Sollte dies nicht möglich sein, soll das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche auf die Maßnahme *Apoio para autonomia de vida* vorbereitet werden (vgl. Viseu Now 2021).

### 7.1.4 *Apoio para autonomia de vida*

Diese Maßnahme wird in Artikel 45 wie folgt geregelt:

*„A medida de apoio para a autonomia de vida consistem em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida. A medida referida no número anterior pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos, quando se verifique que a situação aconselha a aplicação desta medida” (vgl. Guerra: 136).*

Die Besonderheit dieser Maßnahme ist, dass die Jugendliche oder der Jugendliche keiner Person anvertraut wird, wie bei den bisherigen Maßnahmen, sondern durch unterschiedliche Fördermöglichkeiten unterstützt wird, ein selbstbestimmtes Leben zu führen. Die Maßnahme kann nur für jugendliche Personen ab 15 Jahren eingesetzt werden, bei Müttern auch unter 15 Jahren, und ermöglichen, ein Leben nach eigenen

Vorstellungen, Ambitionen, Fähigkeiten und Fertigkeiten zu leben. Diese Unterstützung beinhaltet außerdem Hilfen im schulischen, beruflichen, sozialen, psychologischen oder finanziellen Bereich und wird vor allem eingesetzt, wenn die Jugendlichen keine stabilen Familienstrukturen vorweisen und eine der obigen Maßnahme nicht möglich erscheint. Sie kann bis zum 18. Lebensjahr eingesetzt werden, in besonderen Fällen bis zum 25. Lebensjahr, sofern die Erstausbildung bis dahin nicht abgeschlossen ist (vgl. Viseu Now 2021).

Um zu intervenieren, muss ein *técnico* in einem ausführlichen Gespräch mit der Jugendlichen oder dem Jugendlichen herauszufinden, welche Hilfen passend wären und wie eine gute Zusammenarbeit aussehen könnte. Die Vereinbarungen werden regelmäßig neu evaluiert, wobei betrachtet wird, welche Fortschritte die Jugendliche oder der Jugendliche erzielt hat und welche Hilfen suboptimal wirken. Die neuen Vereinbarungen werden stets überarbeitet, sodass die Jugendliche oder der Jugendliche die Möglichkeit erhält, sein Leben nach ihren oder seinen Vorstellungen und Bedürfnissen zu leben (vgl. ebd.).

Bei dieser Maßnahme sind Einschränkungen möglich, so kann beispielsweise ein Verbot erlassen werden, die Familie zu sehen oder zu besuchen. Dies ist der Fall, wenn ein Besuch der Maßnahme potenziell schadet und einen Fortschritt behindert (vgl. ebd.).

### 7.1.5 *Educação parental*

Die Intervention *Educação Parental* wird dann eingesetzt, wenn die Maßnahmen *Apoio junto dos pais* und *Apoio junto de outro familiar* fehlgeschlagen sind. Diese Intervention verfolgt vor allem, Eltern ihre Rollen als Mütter und Väter wahrnehmen und verstehen zu lassen. Die Maßnahme sieht vor, Erziehungsprogramme zu besuchen, um Erziehungskompetenzen zu verbessern und Teufelskreise innerhalb der Familie zu durchbrechen. So soll verhindert werden, dass Erziehungsstile und -methoden vorbelasteter Familien an die nächsten Generationen weitergegeben werden (vgl. Quingostas 2011).

2007 beauftragte das portugiesische Ministerium für Arbeit und soziale Wohlfahrt das ChildONEurope-Sekretariat zu einer EU-weiten Umfrage zur Rolle der Eltern und deren Unterstützung durch den Staat. Portugal schnitt bei der Umfrage schlecht ab, da kaum Erziehungsprogramme für Eltern existierten (vgl. Almeida et al. 2012). Mittlerweile sind Programme auf nationaler Ebene entstanden, deren Grundlage auf internationalen Programmen basiert. Zu den bekanntesten gehören *Mais família*, *Em Busca do Tesouro das Famílias* und *Missão C*.

#### 7.1.5.1 *Mais Família*

Das Programm *Mais Família* wurde vom Europäischen Rat 2006 gefördert und basiert auf dem Konzept der Positiven Elternschaft. An diesem Programm können pro Gruppe bis zu zwölf Personen teilnehmen. Es findet ein Treffen pro Woche statt, welches zwei Stunden dauert. Das Programm läuft zwölf Wochen und wird von zwei Mediatorinnen oder Mediatoren geleitet. Es richtet sich an Familien mit Kindern zwischen zwei und acht Jahren. Der Fokus liegt auf Aktivitäten wie Kartenspielen, Rollenspielen, Hausaufgaben und wöchentlichen Telefonaten (vgl. Bettencourt 2017).

### 7.1.5.2 *Em Busca do Tesouro das Famílias*

Das Programm *Em Busca do Tesouro das Famílias* wurde von Dr. Ana Melo verfasst und wird seit 2010 in öffentlichen Gesundheitszentren in Portugal durchgeführt. Es besteht aus insgesamt 21 Sitzungen, an denen die Eltern allein teilnehmen, nur die Kinder und welchen, bei denen Eltern und Kinder gemeinsam teilnehmen. Das Programm fokussiert familiäre Interaktionen, beleuchtet die Funktionen der elterlichen Rolle und soll die Entwicklung der Lebenskompetenzen der Kinder verbessern. Sitzungen finden wöchentlich für 30 Minuten statt und richten sich an Eltern und Kinder im Alter zwischen sechs und zwölf Jahren. Die Eltern sollen durch das Programm lernen, besser auf Bedürfnisse ihrer Kinder einzugehen. Außerdem sollen ihnen bei der herausfordernden Aufgabe der Kindererziehung Hilfestellungen an die Hand gegeben werden (vgl. ARS Algarve 2016).

### 7.1.5.3 *Missão C*

Das Programm *Missão C* wurde von Ana Melo, Isa Gomes, Joana Prego und Verónica Parente am Institut für Drogen und Sucht in *Ponte da Barca* (Distrikt *Viana do Castelo*) konzipiert. Es richtet sich an Familien mit Kindern zwischen 13 und 16 Jahren. Dabei sollen die Eltern ein besseres Disziplinmanagement und eine bessere Eltern-Kind-Kommunikation erlernen. Zudem soll das Programm zur elterlichen Zufriedenheit beitragen und ihnen beibringen, die schulische und berufliche Qualifizierung ihrer Kinder zu fördern. Im Familienkontext soll das Programm zu einer Verbesserung der Familienorganisation und Belastbarkeit beitragen, sowie die Familien dazu bringen, sich an Kultur- und Freizeitangeboten zu beteiligen. Für die Jugendlichen beabsichtigt das Programm, negative sozial-emotionale Verhaltensweisen zu reduzieren und positive sozial-emotionale Verhaltensweisen zu stärken. Außerdem sollen sie in ihren beruflichen und persönlichen Leistungen gefördert und ermutigt werden. Insgesamt sieht das Programm 24 Sitzungen vor, bei denen Eltern und Kinder zweiwöchentlich

abwechselnd die Kurse besuchen. Bei den Sitzungen werden Reflexionen sowie Teamspiele angeboten. Auch sollen Fähigkeiten und Fertigkeiten durch realitätsnahe Rollenspiele erkannt werden (vgl. Abreu-Lima et al. 2010).

## 7.2 *Medidas de Colocação*

Bei den *Medidas de Colocação* handelt es sich um Maßnahmen zur Unterbringung von Kindern und Jugendlichen in stationären Einrichtungen oder Pflegefamilien. Die Maßnahme, bei der Kinder und Jugendliche in stationären Einrichtungen untergebracht werden, heißt *Acolhimento Residencial*. *Acolhimento Familiar* ist die Unterbringung von Kindern und Jugendlichen in Pflegefamilien.

### 7.2.1 *Acolhimento Familiar*

Die Hilfsmaßnahme *Acolhimento Familiar* des Kinder- und Jugendhilfesystems in Portugal zielt darauf ab, Minderjährige mit der Absicht in Pflegefamilien unterzubringen, sie in ihre Herkunftsfamilie zurückzuführen. Das Gesetz sieht vor, dass alle Heranwachsenden bis 18 Jahren in Pflegefamilien untergebracht werden dürfen, die Maßnahme wird jedoch bevorzugt bei Kindern bis sechs Jahren angewandt. Pflegefamilien können bis zu zwei Kinder oder Jugendliche bei sich aufnehmen. Ausnahmen werden genehmigt, wenn es sich um Geschwister handelt, welche nicht getrennt werden dürfen. Die leiblichen Eltern sollen in den gesamten Prozess der Unterbringung ihrer Kinder integriert werden, sofern dies nicht von der *CPCJ* oder dem Familiengericht untersagt wurde. Für die Eltern bedeutet dies, dass sie mit allen Beteiligten kooperieren und sich an vereinbarte Regeln halten müssen. Dazu gehören Besuche der Pflegefamilien und Kinder und Kontaktaufnahmen mit diesen. Die leiblichen Eltern sollen außerdem alle Informationen über ihre Kinder erhalten und sind dazu beauftragt, bei deren Erziehung und Entwicklung mitzuwirken. Zuletzt sollen die Eltern während und nach der Maßnahme Hilfen zur Erziehung erhalten, um ihre erzieherischen Fähigkeiten zu fördern (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2021). Um als Pflegefamilie fungieren zu können, müssen verschiedene Voraussetzungen erfüllt werden. Es dürfen einzelne Personen, verheiratete Paare oder Menschen in einer Lebensgemeinschaft Heranwachsende bei sich aufnehmen. Diese müssen älter als 25 Jahre sein und dürfen keine

Adoptionsabsichten hegen. Zudem müssen sie ein Zuhause vorweisen, welches die hygienischen Voraussetzungen erfüllt, und müssen mittels eines ärztlichen Attests vorweisen können, unter keinen physischen oder psychischen Erkrankungen zu leiden. Zuletzt dürfen Pflegeeltern nicht vorbestraft oder in Lebenslagen sein, welche sie an der Ausübung der elterlichen Pflichten hindert (vgl. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o.J.).

In Portugal leben derzeit 1,7 Mio. Kinder und Jugendliche unter 18 Jahren. Von diesen 1,7 Mio. waren im Jahr 2019 7.046 Minderjährige in verschiedenen Einrichtungsarten untergebracht. Dies entspricht 0,41% aller Kinder und Jugendlichen. Nur 191 (2,7%) der insgesamt 7.046 Kindern und Jugendlichen waren in Pflegefamilien untergebracht. Dabei befindet sich die Mehrheit der Pflegefamilien im Norden des Landes (siehe Abbildung 6).



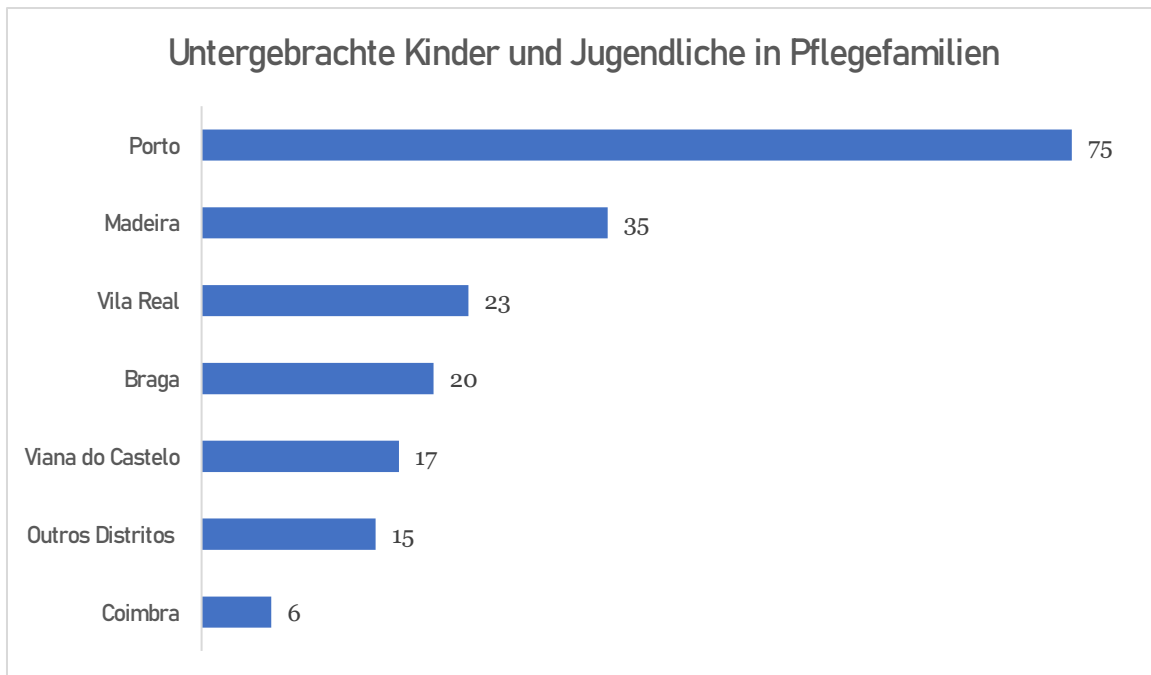


Abbildung 6: Untergebrachte Kinder und Jugendliche in Pflegefamilien (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2019, S. 32, eigene Darstellung)

Obwohl Wissenschaftlerinnen und Wissenschaftler immer wieder betonen, dass die Unterbringung eines jungen Kindes in einer Pflegefamilie gegenüber einer stationären die bessere Option sei, gehört Portugal diesbezüglich zu den Industrieländern mit der schlechtesten Quote. Auch in anderen Südeuropäischen Ländern werden mindestens die Hälfte aller untergebrachten Minderjährigen in Pflegefamilien aufgenommen. Portugal wurde vom Ausschuss der UN-Kinderrechtskonvention und der Europäischen Kommission dafür stark kritisiert. Wie erwähnt sieht das Gesetz vor, Kinder bis zu ihrem sechsten Lebensjahr in einer Pflegefamilie statt einer stationären Einrichtung unterzubringen. Dies wurde im Juni 2016 mittels eines neuen Gesetzes beschlossen. Die Zahlen seit 2010 verdeutlichen, dass sich die Quote eher verschlechtert als verbessert hat (siehe Abbildung 7).

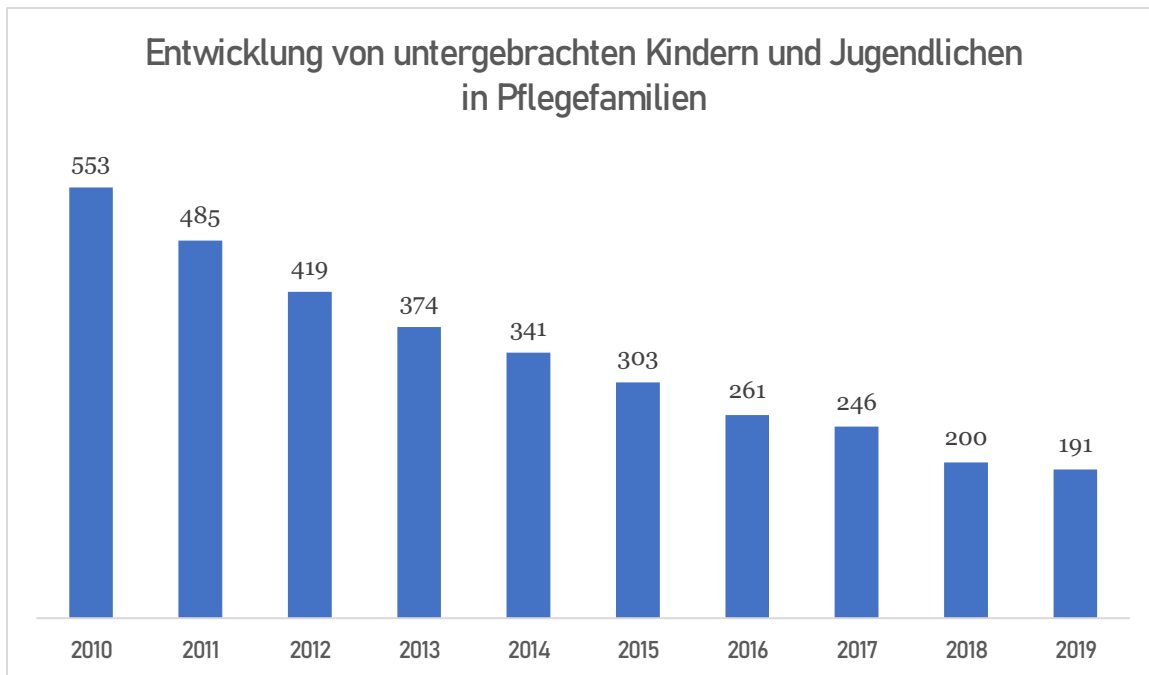


Abbildung 7: Entwicklung von untergebrachten Kindern und Jugendlichen in Pflegefamilien (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2019, S. 32, eigene Darstellung)

Der deutliche Rückgang an Unterbringungen in Pflegefamilien steht vor allem im Zusammenhang mit einem Gesetz von 2008. Dieses besagt, dass Pflegefamilien nur Personen sein dürfen, welche in keinem Verwandtschaftsverhältnis mit dem Kind oder Jugendlichen stehen. Vor dem Gesetz waren ca. 70% aller Pflegefamilien mit dem Kind oder Jugendlichen familiär verbunden.

Wie in Abbildung 6 dargestellt, wird die Maßnahme *Acolhimento Familiar* vor allem im Norden des Landes eingesetzt. Dies geht mit der Organisation *Mundos de Vida* einher, der einzigen Organisation des Landes mit dem Fokus, Kinder und Jugendliche an Pflegefamilien zu vermitteln und diese zu betreuen. Dabei arbeitet *Mundos de Vida* vor allem in den Distrikten *Braga* und *Porto*.

Eine weitere Organisation, welche sich für die Etablierung von Pflegefamilien einsetzt, ist die *Santa Casa de Misericórdia de Lisboa*. Diese hatte 2009 versucht, ihr Konzept in Richtung *Acolhimento Familiar* zu verändern. Dies blieb ohne Erfolg. Erst 2019 konnte sich die Organisation durchsetzen und hat mittlerweile 30 Familien im Distrikt Lissabon für ihr Programm gewonnen (vgl. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o.J.).

## 7.2.2 *Acolhimento Residencial Generalista*

In Portugal wird die institutionelle Unterbringung von Kindern und Jugendlichen in Artikel 49 des Gesetzes n.º 147/99 wie folgt geregelt:

*“A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”* (vgl. Art. 49 des Gesetzes n.º 147/99).

Der Artikel beschreibt, dass in Portugal verschiedene Einrichtungen mit unterschiedlichen Zielen und Funktionen existieren. Auch der Zeitraum, wie lange ein Kind, eine Jugendliche oder ein Jugendlicher untergebracht werden soll, spielt bei ihnen eine Rolle.

Insgesamt waren 2019 7.046 Kinder und Jugendliche in verschiedenen Einrichtungen untergebracht. Die meisten davon in stationären Einrichtungen, sogenannten *Lares de Infância e Juventude*, und temporären stationären Einrichtungen – *Centros de Acolhimento Temporário*. Von ihnen waren 53% männlich und 47% weiblich. Die Mehrheit der Heranwachsenden in stationären Einrichtungen war zwischen 15 und 17 Jahren alt (siehe Abbildung 8) (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2019).

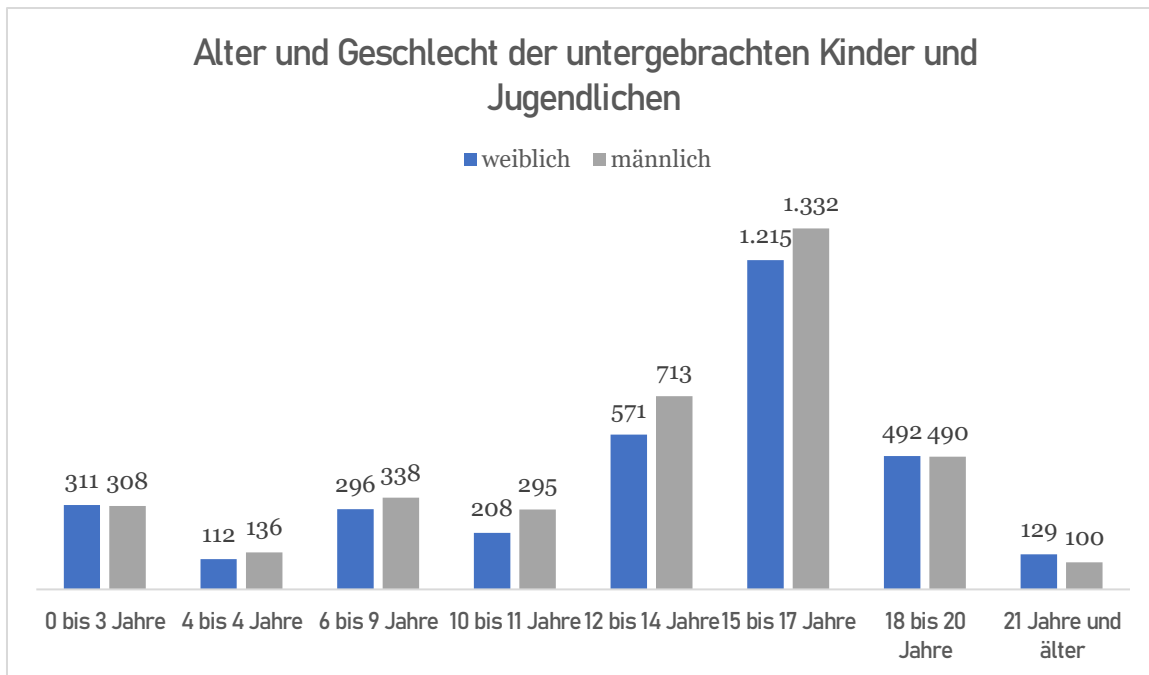


Abbildung 8: Alter und Geschlecht der untergebrachten Kinder und Jugendlichen (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2019, S. 37, eigene Darstellung)

Vergleicht man die Zahlen mit denen von 2018 ist vor allem ein deutlicher Anstieg bei Kindern zwischen null und drei Jahren und bei 21-jährigen bemerkbar. Während 2018 insgesamt 578 Kleinkinder untergebracht wurden, sind es im Jahr 2019 619. Bei den 21-jährigen gab es einen Anstieg von 64%, demnach wurden 2018 140 untergebracht und 2019 insgesamt 229 (siehe Abbildung). Bei diesen handelt es sich vor allem um junge Frauen, welche eine Verlängerung nach Erreichen der Volljährigkeit beantragt haben und sich in den meisten Fällen in schulischer oder beruflicher Ausbildung befanden (siehe Abbildung 9) (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2019).

Altersgruppe	2018	2019	Anstieg in Prozent
0 bis 3 Jahre	578	619	7 %
4 bis 5 Jahre	273	248	- 9 %
6 bis 9 Jahre	639	634	- 1 %
10 bis 11 Jahre	478	503	5 %
12 bis 14 Jahre	1.318	1.284	- 3 %
15 bis 17 Jahre	2.509	2.547	2 %
18 bis 20 Jahre	1.096	982	- 10 %
21 Jahre und älter	140	229	64%

Abbildung 9: Untergebrachte Kinder und Jugendliche nach Altersgruppe. Vergleichende Analyse zwischen 2018 und 2019 (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2019, S. 38, eigene Darstellung)

Eine stationäre Unterbringung in einer Einrichtung erfolgt erst dann, wenn sichergestellt wurde, dass das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche dadurch nicht gefährdet wird. Außerdem sollten vor einer Maßnahme institutionellen Charakters Maßnahmen in der Lebenswelt erfolgt sein. Erst wenn alle Maßnahmen im Bereich der natürlichen Lebenswelt ausgeschöpft wurden, wird eine Intervention institutionellen Charakters durchgeführt.

Für die Unterbringung in einer stationären Einrichtung müssen zuvor relevante Informationen zwischen der Instanz, welche die Maßnahme beauftragt hat, und der Einrichtung, welche die Minderjährige oder den Minderjährigen aufnimmt, getauscht und besprochen werden. Zu diesen Informationen gehören beispielsweise der vorherige Interventionsplan, sofern bereits eine Maßnahme innerhalb der natürlichen Lebenswelt – *Medida no meio natural de vida* – eingesetzt wurde, die Gefahrensituation, welche eine Unterbringung rechtfertigt und die speziellen Bedürfnisse des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen. Über die geplante Intervention muss die oder der Heranwachsende genügend aufgeklärt werden, wobei, falls möglich, die Herkunftsfamilie informiert wird. Eine gute Vorbereitung der Familie zum Einzug des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen steht im Vordergrund (vgl. Diário da república electrónico 2021).

Zu den unterschiedlichen Einrichtungen gehören allgemeine stationäre Einrichtungen, spezialisierte stationäre Einrichtungen und Appartements zur Erlangung von Autonomie, sogenannte *Aparatamentos de Autonomização*. Zu den allgemeinen Einrichtungen gehören stationäre Einrichtungen, also *Lares de Infância e Juventude*, und Institutionen, welche nur temporär Minderjährige aufnehmen, sogenannte *Centros de Acolhimento Temporário*. Diese Einrichtungen bieten zudem Notfallbetten an im Falle eines Notfallunterbringungsprozesses, des *Acolhimento de Emergência*.

### 7.2.2.1 *Acolhimento de Emergência*

Beim *Acolhimento de Emergência* handelt es sich um eine Notfallunterbringung. Wenn diese Maßnahme von der *CPCJ* oder dem Familiengericht erteilt wird, werden die Kinder und Jugendlichen umgehend aus den Familien genommen und einer solchen Einrichtung anvertraut. Der Aufenthalt ist auf 48 Stunden begrenzt. Normalerweise halten die Institutionen für derartige Notfälle Betten frei (vgl. Lúcia, 2014).

Eine solche Unterbringung geschieht dann, wenn das Leben des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen in Gefahr ist oder ihre oder seine physische oder psychische Unversehrtheit nicht gewährt ist. Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der *CPCJ* werden mit der Polizei an den Aufenthaltsort des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen beordert, um diese oder diesen der Gefahrensituation zu entziehen und im weiteren Prozess zu begleiten (vgl. Pinto 2011).

### 7.2.2.2 *Centros de Acolhimento Temporário*

Bei dieser Maßnahme ist eine Unterbringung von Kindern und Jugendlichen für maximal sechs Monate vorgesehen. Diese Art der Unterbringung zielt auf Fälle, bei denen eine temporäre Entfernung aus der Familie als geeignet betrachtet wird. Die Frist von maximal sechs Monaten kann in Ausnahmefällen überschritten werden, vor allem wenn eine Rückführung in die Herkunftsfamilie als nicht absehbar erscheint oder die

Gesamtsituation noch nicht ausreichend begutachtet wurde (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P. 2010).

Ziele der *Centros de Acolhimento Temporário* sind die Individualität und Privatsphäre der Kinder und Jugendlichen zu respektieren, diese körperlich und geistig zu fördern und ihnen Werte und Normen zu vermitteln. Auch sind die Einrichtungen dafür verantwortlich, den Minderjährigen die nötige Pflege sowie Präventivmaßnahmen bereitzustellen, um einer möglichen psychischen Erkrankung vorzubeugen. Außerdem wird den Kindern und Jugendlichen gewährleistet, ihre schulische Ausbildung fortzuführen und mit ihrer Ursprungsfamilie Kontakt zu halten. Dafür arbeiten die *Centros de Acolhimento Temporário* eng mit Familie und Schule zusammen. Zuletzt sollen, entsprechend den Interessen der Heranwachsenden, Freizeitangebote bereitgestellt werden (vgl. Fernandes;Silva 1996).

In einem *Centro de Acolhimento Temporário* arbeiten Betreuerinnen und Betreuer, welche in Portugal als *técnicos* bezeichnet werden. Die *técnicos* sollten in der Lage sein, die Situation der Minderjährigen einzuschätzen, und über Kenntnisse zu Interventionsplänen verfügen. Das Team ist meist multidisziplinär aufgestellt, was bedeutet, dass Psychologinnen und Psychologen, Sozialarbeiterinnen und Sozialarbeiter und Erzieherinnen und Erzieher zusammenarbeiten. Zu diesen Teams gehören zusätzlich oft Menschen aus den Bereichen Medizin und Pflege und teilweise Menschen aus Organisationen, welche für Freizeitveranstaltungen verantwortlich sind (vgl. Gomes 2012).

### 7.2.2.3 *Lares de Infância e Juventude*

Die am häufigsten angewendete Maßnahme im Bereich institutioneller Unterbringungen ist jene in einem *Lar de Infância e Juventude*. Diese Intervention wird eingesetzt, wenn ein Aufenthalt des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen, dessen Aufenthalt länger als sechs Monate dauern soll, als sinnvoll erachtet wird. Die Heranwachsenden können bis zu ihrem 18. Lebensjahr in einem *Lar de Infância e Juventude* unterkommen (vgl. Pires 2011).

Ziel der *Lares de Infância e Juventude* ist, den Minderjährigen eine Unterkunft zu bieten, in der nicht nur Grundbedürfnisse befriedigt werden, sondern die so familiär wie möglich gestaltet ist. Außerdem sollen die Kinder und Jugendlichen sich schulisch und persönlich bilden. Auch hier wird eine enge Zusammenarbeit zwischen der Einrichtung, der Herkunftsfamilie und der Schule des Kindes, der Jugendlichen oder dem Jugendlichen angestrebt. Letztendlich sollen durch die Maßnahme Rahmenbedingungen geschaffen werden, die eine erfolgreiche Rückführung in die Herkunftsfamilie ermöglichen. Um dies zu erreichen, sollen zusätzlich Maßnahmen im Bereich *medidas no meio natural de vida* greifen (vgl. Mendes 2014).

Die Anfänge der stationären Unterbringungen lagen 1780 in Lissabon mit der Errichtung der *Casa Pia de Lisboa*, welche bis 1990 existierte. Anfangs nahm die *Casa Pia de Lisboa* vor allem behinderte Kinder und Jugendliche auf. In den Folgejahren erweiterte sich die Zielgruppe der *Casa Pia de Lisboa* um Kinder und Jugendliche, welche Opfer von Gewalt und Missbrauch waren, verwaiste Heranwachsende und Minderjährige aus extremen Armutsverhältnissen. Die Einrichtung konzentrierte sich dabei auf die Versorgung der Grundbedürfnisse, wie Gesundheit, Hygiene und Ernährung. Es fehlte an qualifiziertem Personal, der Umgang zwischen Kindern und Jugendlichen und Betreuerinnen und Betreuern war unpersönlich und der Kontakt zwischen den Minderjährigen und deren Herkunftsfamilien wurde kaum gefördert. Für die Kinder und Jugendlichen war eine Langzeitunterbringung vorgesehen (vgl. Pacheco 2010). 2008 wurde von der *Segurança Social* ein Modell erarbeitet, welches das bis dahin existierende Unterbringungsmodell ersetzen sollte. Es handelte sich um den Plan *DOM (Desafio, Oportunidade e Mudança)*, welcher aus dem *Plano Nacional de Apoio à Inclusão* entstanden war und vorsieht, die untergebrachten Kinder und Jugendlichen in Einrichtungen um 25% zu reduzieren. Fokussiert wurde im Plan *DOM* die Qualität in den *Lares de Infância e Juventude*, indem Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter regelmäßig geschult und von einem spezialisierten Team Externer supervidiert werden. Außerdem sollten Großeinrichtungen reduziert werden, um den Kindern und Jugendlichen eine familiäre Umgebung in kleineren Einrichtungen zu ermöglichen. Dazu



sollte es nach dem Plan *DOM* Kooperationen zwischen den *Lares de Infância e Juventude* und der *Segurança Social* geben. Aufgrund der ökonomischen Krise und den fehlenden finanziellen Ressourcen Portugals konnte der Plan nicht weitergeführt werden (vgl. Marques 2018).

2012 wurde ein Pilotprojekt in drei Einrichtungen gestartet, welches vorsah, die *Lares de Infância e Juventude* zu spezialisieren. Dieses Programm heißt *SERE+* (*Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, Mais*) und sollte den Plan *DOM* erweitern. Mit dem Plan sollten einzelne Einrichtungen spezialisiert werden. Demnach sollten weiterhin allgemeine Einrichtungen existieren, Einrichtungen, welche auf Kinder und Jugendliche mit problematischen Verhaltensauffälligkeiten spezialisiert wären, und Einrichtungen für psychisch erkrankte Kinder und Jugendliche. Dieses Programm hatte sich nie etabliert und blieb ein Pilotprojekt. Momentan läuft kein Projekt, welches den beiden vorherigen ähnelt und Mitarbeiterinnen und Mitarbeitern Orientierung verleiht, um die Unterbringungsqualität für alle Beteiligten zu verbessern (vgl. Marques 2018).

### 7.2.3 *Apartamentos de Autnomização*

*Apartamentos de Autnomização* sollen Jugendliche zwischen 15 und 21 Jahren beim Übergang in ein selbstbestimmtes Leben unterstützen. Dabei richtet sich die Maßnahme vor allem an bereits untergebrachte Jugendliche, welche durch einen Umzug in ein *Apartamento de Autnomização* lernen sollen, wie ein Leben außerhalb einer Institution aussehen kann. Allerdings kann sie auch Jugendliche ereilen, welche nicht untergebracht sind und einer Maßnahme im Bereich *Medida no meio natural de vida* unterliegen. Durch die Unterbringung in *Apartamentos de Autnomização* sollen die Jugendlichen lernen, für sich Verantwortung zu übernehmen und Tätigkeiten nachzugehen, durch welche sie sich persönlich und sozial weiterentwickeln. *Apartamentos de Autnomização* verfügen über keinen institutionellen Charakter, sondern sollen den Jugendlichen das Gefühl vermitteln, selbstständig und unabhängig zu leben (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o.J.)

Laut dem Jahresbericht CASA lebten 2019 insgesamt 104 Jugendliche in *Apartamentos de Autnomização*. Verglichen mit 2010 bedeutete dies einen Anstieg von 147%. 2010 waren 42 Jugendliche in solchen Wohnungen untergebracht (vgl. Instituti da Segurança Social, I.P. 2019).

### 7.3 Adoption

Es gibt verschiedene Situationen, bei denen die vorherigen Maßnahmen nicht greifen und das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche zur Adoption freigegeben werden muss. Das Adoptionsgesetz wird im *Código Civil*, dem sogenannten Zivilgesetzbuch, geregelt. Innerhalb eines Prozesses der Kinder- und Jugendhilfe kann das Familiengericht eine Adoption bestätigen. Dies wird im Gesetz n.º147/99 im Artikel 38 mit der Maßnahme „*Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção*” (vgl. Ramião, 2019) geregelt. Im *Código Civil* werden Situationen benannt, die eine Adoption bedingen. Zu diesen Situationen zählt beispielsweise, wenn die Eltern der Kinder und Jugendlichen unbekannt oder verstorben sind. Des Weiteren wird diese Maßnahme eingeleitet, wenn eine Zustimmung der Eltern für eine Adoption erteilt wurde oder die Eltern ihre Kinder verlassen haben und diese auf sich allein gestellt sind. Eine Adoption kann auch erfolgen, wenn Eltern unter einer schweren psychischen Erkrankung leiden und durch diese die Sicherheit, Gesundheit, Bildung, Erziehung oder Entwicklung ihrer Kinder stark gefährdet ist. Zuletzt kann die Maßnahme eingesetzt werden, wenn Eltern, deren Kinder in einer stationären Einrichtung oder Pflegefamilie leben, kein Interesse an ihnen zeigen und nicht bemüht sind, die Beziehung zwischen ihnen zu stabilisieren und Bindungen aufrechtzuerhalten (vgl. Código Civil).

Das Familiengericht hat die Aufgabe, die Interessen der Kinder und Jugendlichen zu berücksichtigen und diese ausführlich über die Maßnahme der Adoption aufzuklären. Dies bedeutet, dass eine Adoption erst stattfinden kann, wenn Jugendliche, welche älter als 12 Jahre alt sind, dieser Maßnahme zustimmen. Das Gesetz sieht vor, dass lediglich Jugendliche bis 15 Jahre adoptiert werden dürfen (vgl. Código Civil). Im Jahr 2019 begleitete die Segurança Social insgesamt 418 Prozesse, wobei nur 231 zu einer vollständigen Adoption führten. Im Vorjahr geschah dies in 272 von insgesamt 366 Prozessen. Die Vorgehensweisen werden oft kritisiert. So können sich die Prozesse über Jahre ziehen, wenn die Zustimmung der biologischen Eltern fehlt. Ohne die

Zustimmung der Eltern können die Familiengerichte keine Entscheidung treffen. Die Kinder und Jugendlichen verbringen Jahre in einer Einrichtung, anstatt adoptiert zu werden. In einem Bericht der *Segurança Social* heißt es, dass 70% der Adoptiveltern Kinder bis drei Jahre suchen. Allerdings ist diese Altersgruppe unterrepräsentiert (18%). Demnach warteten im Dezember 2020 zwei Drittel der Kinder im Alter zwischen sieben und 15 Jahren auf ein neues Zuhause (vgl. Expresso 2020).

## 7.4 Weitere Hilfen

Im Folgenden wird eine Hilfe beschrieben, welche sich an Kinder und Jugendliche und deren Familien richtet, die keine institutionelle Unterstützung erhalten. Des Weiteren wird eine Einrichtung vorgestellt, welche nicht nur präventiven Charakter aufweist, sondern wohin Familien auch innerhalb der Leistungen *no meio natural de vida* verwiesen werden können. Erstere Hilfe besteht aus Teams, welche im Bereich *Streetwork* tätig sind. Diese Teams werden in Portugal *Equipas de Rua de Apoio a Criança e Jovens* genannt und richten sich an Kinder und Jugendliche, die durch fehlende familiäre und soziale Beziehungen auf der Straße leben und mittels Diebstahl, illegalem Handel, Prostitution und weiterem ihr Überleben sichern (vgl. Instituto da Segurança Social, I.P 2017).

Ziel dieser Hilfe ist es, die Minderjährigen in ihre Familien, in die Schule und ihre Gemeinde rückzuführen. Dazu gehört, durch Primärprävention zu verhindern, dass die Kinder und Jugendlichen drogenabhängig werden. Sollten bereits Netzwerke zwischen Minderjährigen und Institutionen bestehen, sollen diese besonders gefördert werden, um eine soziale Integration zu ermöglichen. Zu der Primärprävention gehört, dass die *Equipas de Rua de Apoio a Crianças e Jovens* Risikosituationen rechtzeitig erkennen und die Minderjährigen dahingehend sensibilisieren, Drogenkonsum zu vermeiden. Außerdem gehört zu den Aufgaben, die jungen Erwachsenen über sexuell übertragbare Krankheiten aufzuklären und deren Verbreitung durch entsprechende Maßnahmen zu verhindern. Teil dessen ist, dass die Erfüllung von Grundbedürfnissen wie Hygiene und Gesundheit gewährleistet ist. Weitere Grundbedürfnisse wie Nahrung und die Bereitstellung von Kleidung sollen ebenfalls erfüllt werden. Zuletzt sollen die *Streetworker* den Kontakt zwischen den jungen Erwachsenen und ihren Familien aufbauen und fördern, vor allem im Hinblick auf Prävention, Unterstützung und Problemlösung (vgl. Chichorro/ Marques/Ferreira 2006).

Das *Instituto de Apoio à Criança* ist eine Organisation, welche sich mit dem Projekt *Projecto Rua* für auf der Straße lebende Kinder und Jugendliche in Lissabon einsetzt. Kooperationen mit weiteren Organisationen ermöglichten, das Programm auf nationaler Ebene zu führen. Allein in Lissabon wurden 2018 vom *Instituto de Apoio à Criança* 52 Minderjährige begleitet. Matilde Sirgado, Verantwortliche des Projekts, stellt die Lage so dar, dass heute verglichen mit früheren Jahren weniger Minderjährige auf der Straße leben. Trotzdem, behauptet sie, sei die Gefahr gestiegen, da die jungen Erwachsenen gegenüber organisiertem Verbrechen, Prostitution und illegalem Handel empfänglicher seien. Die auf der Straße lebenden Jugendlichen sind meist zwischen 13 und 18 Jahre alt. Von den 52 begleiteten Jugendlichen waren die meisten junge Frauen im Alter von 17 Jahren. Während früher das Motiv für ein Leben auf der Straße die finanzielle Not war, welche mit Prostitution einherging, finden sich heute andere Beweggründe. Vor allem fehlende soziale Begleitungen, die immer schnellere Gesellschaft und Soziale Netzwerke bringen Kinder und Jugendliche auf die Straße (vgl. Gonçalves 2019).

Bei der weiteren Hilfe handelt es sich um eine Einrichtung, welche darauf abzielt, psychosoziale Risikosituationen in Familien zu diagnostizieren, zu verhindern und zu beheben, um eine Herausnahme des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen aus der Familie zu verhindern. Diese Einrichtungen werden in Portugal *Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)* genannt und richten sich vor allem an Eltern. Dabei verfolgen sie unterschiedliche Ziele. Die Erwachsenen sollen nicht nur elterliche, persönliche und soziale Fähigkeiten ausbauen, sondern auch darin gestärkt werden, die Beziehung zu ihren Kindern zu verbessern. Ein weiteres Ziel ist es, familiäre Interaktionen zu verbessern und Risikofaktoren zu verringern, indem beispielsweise lange Trennungsphasen zwischen Eltern und Kindern verhindert werden. Außerdem sollen die Eltern über Resilienz aufgeklärt werden und lernen, die eigene Resilienz zu erhöhen. Zuletzt sollen die Beziehungen zu anderen Familienmitgliedern gestärkt und die Ressourcen einer Gemeinde genutzt werden (vgl. Movimento da Defesa da Vida o.J.). Die *Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental* sind für alle

Bürgerinnen und Bürger in Portugal kostenlos und frei zugänglich. Sollten Familien bereits von einer *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* begleitet werden und einer Leistung *no meio natural de vida* unterliegen, so kann es sein, dass diese eine *CAFAP* aufsuchen müssen. Eltern, welche keiner Leistung unterliegen, können ebenfalls die Einrichtungen besuchen und Hilfe beantragen (vgl. *Associação para o desenvolvimento do Torrão* o.J.).

## Methodenteil

### 8 Forschungsfrage und Ziel

Der Aufbau des portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystems ist vor allem im deutschsprachigen Raum kaum bis gar nicht untersucht. Es fehlt an Literatur und wissenschaftlichen Quellen, welche sich dem Thema annehmen. Der Schutz von Minderjährigen wird mittels des Gesetzes *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* geregelt und gibt vor, wie verschiedene Instanzen miteinander kooperieren und handeln. Die folgende empirische Untersuchung setzt sich mit dem Gesetz auseinander und soll einen Überblick über das portugiesische Kinder- und Jugendhilfesystem schaffen. Dabei soll darauf eingegangen werden, welche Schwachstellen das Gesetz aufweist und wie sich dies auf den Schutz der jungen Erwachsenen auswirkt. Daher lautet die Forschungsfrage wie folgt:

#### **Wie ist das portugiesische Kinder- und Jugendhilfesystem aufgebaut?**

*Mit dieser Forschungsfrage sollen die verschiedene Akteurinnen und Akteure des Systems aufgezeigt werden. Des Weiteren soll geklärt werden, wer für das portugiesische Kinder- und Jugendhilfesystem verantwortlich ist, wie dieses finanziert wird und welche Einrichtungen existieren.*

Aus der Hauptfrage ergaben sich folgende Subfragen:

- Welche Herausforderungen zeigen sich in Bezug auf die Leistungen des Kinder- und Jugendhilfesystem?
- Welche Schwachstellen weist das Gesetz *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* auf?



- Warum werden viele Kinder bevorzugt in stationäre Einrichtungen statt in Pflegefamilien aufgenommen?
- Welche Ressourcen werden benötigt, um den Schutz von Minderjährigen zu gewährleisten?
- Welche Wünsche haben die Akteurinnen und Akteure an das System?

## 8.1 Stichprobenauswahl

Die Covid-19 Pandemie legte Europa 2020 lahm und prägt es bis heute durch Einschränkungen und Unsicherheiten. Im August 2020 eröffnete sich mir die Möglichkeit an die Algarve zu reisen, um notwendige Literatur zu erhalten. Die Auswahl fiel jedoch gering aus. Dazu handelte es sich zum Teil um Bücher, die aufgrund ihres Erscheinungsjahres nicht mehr gebraucht werden konnten. Ab Herbst 2020 hatte ich Vorbereitungen für Interviews getroffen, die in Portugal durchgeführt werden sollten. Wegen der Reisewarnungen und -beschränkungen und der sich immer weiter ausbreitenden britischen Corona-Variante kam eine Reise jedoch nicht in Frage. Ich trat ab Herbst an Expertinnen und Experten heran und kontaktierte infolgedessen über 30 Einrichtungen via Telefon und E-Mail, von denen vereinzelt erst im April 2021 eine Rückmeldung erfolgte.

Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der Einrichtungen bzw. im Bereich des Kinder- und Jugendhilfesystems tätige Personen standen mir für ein Interview zur Verfügung. Von drei Promovierenden der Universität in Porto sind zwei nicht erschienen. Insgesamt gehören zu meiner Stichprobe fünf Expertinnen und Experten, welche durch langjährige Arbeitserfahrungen im Kinder- und Jugendhilfesystem grundlegende Kenntnisse und einen reichen Wissensschatz aufweisen. Da das Kinder- und Jugendhilfesystem mittels der *Pirâmide da Subsidiariedade* beschrieben werden kann, war mir wichtig, dass die Expertinnen und Experten aus den verschiedenen Bereichen der Pyramide stammen.

Zu den befragten Personen gehört eine *Assistente Social*, welche *Directora Técnica do Serviço da Família* in der Organisation *Mundos de Vida* ist. *Mundos de Vida* ist die einzige Organisation im Norden Portugals, welche sich ausschließlich für die Unterbringung von Kindern und Jugendlichen in Pflegefamilien einsetzt.

Des Weiteren sprach ich mit einer Psychologin, welche als *Diretora Nacional de Programas* in den SOS-Kinderdörfern in Portugal eine leitende Funktion im Bereich des Finanz- und Personalwesens ausübt.

Aus dem universitären Bereich sprach ich zum einen mit einem Rechtsanwalt für Strafrecht, welcher an der *Universidade Autónoma de Lisboa* lehrt und sechs Jahre Präsident einer *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* war. Zum anderen konnte ich mit einer Psychologin sprechen, welche an der *Universidade do Porto* ihre Doktorarbeit zum Thema „*The Child Preparation for Adoption as an Ethical Requirement during Pre-Placement: The PPCA*“ schreibt. Vor ihrer Arbeit an der Universität arbeitete sie über 10 Jahre in einer stationären Wohngruppe, welche sie mit Kolleginnen und Kollegen gemeinsam eröffnet hatte.

Zuletzt gehörte zu meinen Interviewpartnerinnen und -partnern eine Rechtsanwältin, welche sich in einer Kanzlei überwiegend mit familien- und jugendrechtlichen Angelegenheiten beschäftigt. Sie war außerdem von 2007 bis 2008 als Juristin in einer *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* tätig.

## 8.2 Erhebungsinstrument

Im folgenden Kapitel soll auf das gewählte Erhebungsinstrument eingegangen werden. Dabei soll genauer auf die Merkmale von Leitfadeninterviews und auf Expertinnen- und Experteninterviews eingegangen werden.

### 8.2.1 Leitfadeninterview

Beim Leitfadeninterview handelt es sich um eine Form der Befragung. Dabei gehört zur Vorbereitung, Aspekte herauszuarbeiten, welche zum Untersuchungsgegenstand entscheidend beitragen. Ein weiteres Merkmal des Leitfadeninterview ist, dass dieses sich bei mehrfacher Durchführung ähnelt, um Aussagen von Befragten miteinander vergleichen zu können. Die offenen Fragen ermöglichen es den Interviewerinnen und Interviewern, flexibel mit dem Leitfaden umzugehen. Sie ermöglichen, nachzufragen, Themen zu vertiefen oder Fragen je nach Gesprächsverlauf zu überspringen. Dies macht ein Leitfadeninterview „zu einem systematischen und zugleich flexiblen Instrument der Datenerhebung“ (vgl. Hussy/Schreier/Echterhoff 2013, S. 225).

Ein Leitfadeninterview kann demnach wie folgt definiert werden:

*„Das Leitfadeninterview ist ein halbstandardisiertes Interview. Das bedeutet, dass die Reihenfolge der Fragen dem Gesprächsverlauf angepasst wird und die Fragen in Anlehnung an die Begrifflichkeit der Teilnehmenden formuliert werden. Der Leitfaden dient bei der Gesprächsführung also lediglich als Anhaltspunkt“* (vgl. ebd.).

Leitfadeninterviews bestehen aus drei Arten von Fragen. Dies wären einleitende Fragen, Fragen, die dazu dienen, sich gegenseitig kennenzulernen und das Gefühl einer Interviewsituation in den Hintergrund zu rücken, sowie Leitfadenfragen: *„Sie machen den Kern des Interviews aus und werden vorab auf Vorkenntnissen stichwortartig festgehalten“* (vgl. ebd.). Zuletzt bleiben Fragen, welche spontan entstehen und demnach ungeplant sind. Diese Art Fragen nennt man *„Ad-hoc-Fragen“* (ebd.) und können

als Vertiefung zu bestimmten Themen angewendet werden, sowie zum Erhalt eines detaillierteren Einblicks in bestimmte Aspekte (vgl. ebd.).

Für meine Untersuchung verwendete ich Leitfäden, die sich minimal, entsprechend der Arbeitsbereiche der Expertinnen und Experten, voneinander unterscheiden. Die offene Gesprächsführung ermöglichte mir Nachfragen zu stellen, um meine Forschungsfrage gut und verständlich beantworten zu können.

## 8.2.2 Expertinnen- und Experteninterview

Es existieren unterschiedliche Definitionen, was Menschen zu Expertinnen und Experten macht. Schütz geht davon aus, dass Expertinnen und Experten über *„ein detailliertes und spezialisiertes Wissen“* (vgl. Wassermann 2015, S. 51) verfügen. Blöbaum et al. (2016) gehen davon aus, dass Expertinnen und Experten *„alle Akteure in Organisationen bzw. Rollenträger in gesellschaftlichen Teilbereichen, die als Interviewpartner zur Rekonstruktion sozialer Vorgänge und damit zur Analyse der Funktionsweise von Organisationen bzw. sozialen Systemen beitragen“* (S. 176). Przyborski und Wohlrab-Saar sprechen in diesem Zusammenhang auch von einem *„spezifischen Rollenwissen“* (vgl. Helfferich 2014, S.571) der Expertinnen und Experten. Damit ist gemeint, dass diese über einen leichteren Zugang zu institutionellen Abläufen oder Wissen über kaum recherchierbare Hintergründe verfügen.

Demnach kann ein Expertinnen- und Experteninterview wie folgt definiert werden:

*„Experteninterviews werden mit Personen geführt, die über ein spezielles Wissen in einer sozialen Situation verfügen, wobei das Ziel der Untersuchung und der Zweck des Interviews und die Rolle des Interviewpartners entscheidend sind“* (vgl. Gläser/Laudel 2004, S. 127, zit. n. Burger 2011).

Die Expertinnen und Experten meiner Untersuchung zeichnen sich durch langjährige Arbeitserfahrungen in unterschiedlichen institutionellen Kontexten aus, die für die

Beantwortung meiner Forschungsfrage essenziell waren. Sie erlaubten Einblicke in verschiedene Arbeitsbereiche sowie die sich ergebenden Problemlagen.

### 8.3 Transkription

Die Gespräche mit den Expertinnen und Experten wurden mit Einwilligung digital aufgezeichnet. Die Aufzeichnung ermöglicht, Gespräche zu verschriftlichen, ohne einen Verlust an Informationen tolerieren zu müssen. Bevor diese ausgewertet werden, müssen sie transkribiert werden. Es kann gesagt werden, dass eine Transkription „*zwar aufwändig, für eine systematische Auswertung aber unverzichtbar*“ (vgl. Schreier 2013, S. 246) ist.

Es bestehen unterschiedliche Möglichkeiten, wie transkribiert wird. Schreier (2013) spricht von Entscheidungen, die getroffen werden müssen, bevor Audiodateien transkribiert werden. So muss entschieden werden, ob die Gespräche vollständig oder selektiv transkribiert werden. Eine vollständige Transkription bedeutet, dass „*die gesamte Aufnahme verschriftlicht*“ (vgl. Schreier 2013, S. 246) wird. Anders geschieht dies bei einer selektiven Transkription. Bei dieser werden „*nur Ausschnitte des Materials in eine schriftliche Form gebracht*“ (vgl. ebd., S. 246). Da bei einer selektiven Transkription oftmals die Gefahr besteht, dass Informationen nur richtig verstanden werden können, wenn der gesamte Gesprächsverlauf bekannt ist, wird zu einer vollständigen Transkription geraten (vgl. ebd.). Alle Interviews mit den Expertinnen und Experten wurden nach dem Gespräch vollständig transkribiert.

Eine weitere zu treffende Entscheidung betrifft den Umfang. Dabei geht es darum, wie sprachliche Äußerungen in der Transkription berücksichtigt werden. Zu diesen sprachlichen Äußerungen gehören Inhalt und Form. Beim Inhalt handelt es sich um „*Worte (geäußert von derselben oder einer anderen Person), die den geäußerten Worten unmittelbar vorausgehen oder auf sie folgen*“ (vgl. Schreier 2013, S. 246). Oftmals ist allerdings die Form – wie etwas gesagt wird – von gleicher Wichtigkeit (vgl. ebd.). Die

Interviews wurden wegen der aktuellen Pandemie über *Zoom* geführt. Die weite Entfernung und die oftmals schlechte Internetverbindung erschwerte stets darauf einzugehen, wie etwas gesagt wurde, da die Gespräche oft unterbrochen wurden oder zeitversetzt abgelaufen sind. Meine Transkriptionen sind demnach auf die Worte, ohne Form, reduziert. Daher habe ich auf die Darstellung von Äußerungsmerkmalen verzichtet. Dazu gehört „*Stimmverlauf, Pausen, Zögerungslaute*“ (vgl. Dresing/Pehl 2010, S. 724) oder „*Lachen oder Husten*“ (vgl. Dresing/Pehl 2010, S. 724). Trotz dieser Äußerungsmerkmale bleibt eine Transkription immer eine Informationsreduktion. Daher ist es „*nicht möglich, die aufgezeichnete Situation vollständig in eine schriftliche Form zu überführen*“ (vgl. ebd., S. 726).

## 8.4 Auswertungsverfahren

Im folgenden Kapitel soll auf das Programm MAXQDA eingegangen werden, welche eine computergestützte qualitative Inhaltsanalyse und anschließende Anzeige der Kategorien in einem Kategoriensystem ermöglicht.

### 8.4.1 Computergestützte qualitative Inhaltsanalyse mittels MAXQDA

MAXQDA ist ein Programm, welches eine computergestützte qualitative Datenanalyse ermöglicht. Es vereinfacht durch seine Vorzüge das Arbeiten mit qualitativen Inhalten. Beispielsweise können mittels des Programms Interviews gleichzeitig verwaltet werden. So können vor der Untersuchung Kategorien definiert werden, denen aus jedem Text Textpassagen zugeordnet werden können. Außerdem bietet MAXQDA die Möglichkeit, Gedanken und Anmerkungen mittels Memos einzubringen. Das Programm dient demnach zur Unterstützung der qualitativen Datenanalyse (vgl. Kuckartz 2010). Die Software erlaubt außerdem, A-priori-Kategorien zu bilden. Diese werden vor der Bearbeitung festgelegt und können nicht nur in Hauptkategorien, sondern auch Subkategorien gegliedert werden. Es empfiehlt sich allerdings, nicht mehr als drei Ebenen zu definieren. Dieses Vorgehen nennt man deduktiv (vgl. Kuckartz 2018).

Wenn Kategorien direkt am Material festgemacht werden, so bezeichnet man dieses Vorgehen als induktiv. *„Der Text wird Zeile für Zeile durchgegangen, Textstellen werden, ganz ähnlich wie bei der Arbeit mit Papier und Stift, markiert und es wird dieser Textstelle ein neuer oder ein bereits definierter Code zugeordnet“* (vgl. Kuckartz 2018, S. 177).

Die computergestützte Arbeit erlaubt bei der Auswertung, Codes in einem Codesystem anzeigen zu lassen. Markierte Textstellen können je nach Code wieder geöffnet werden. Außerdem bietet MAXQDA die Möglichkeit, Textstellen bzw. den zugehörigen Codes Farben zuzuweisen, was eine Auswertung vereinfacht (vgl. Kuckartz 2018).

## 8.4.2 Das Kategoriensystem

Folgende Abbildung zeigt das erstellte Kategoriensystem in MAXQDA

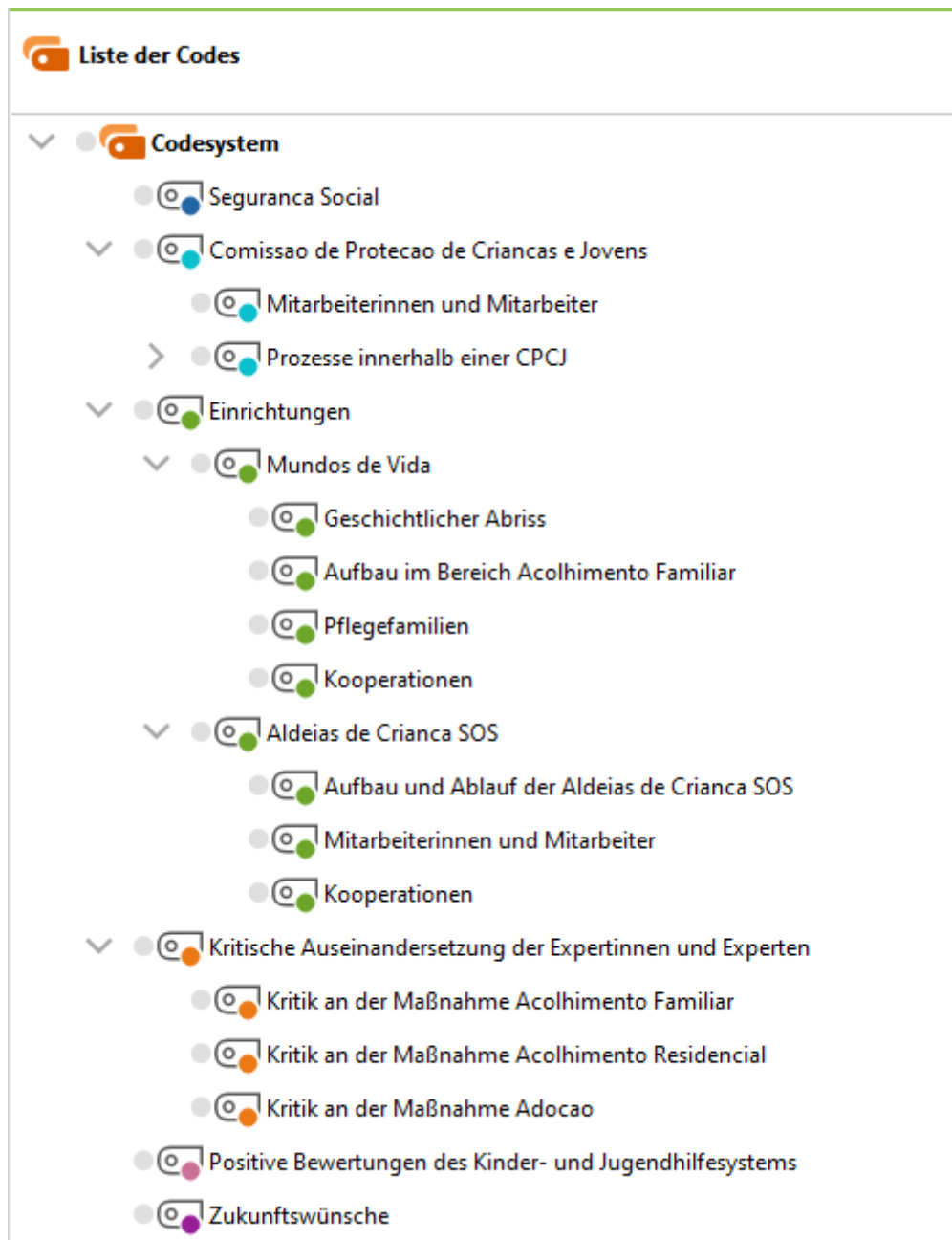


Abbildung 10: Codesystem MAXQDA



## Auswertung und Analyse

Das folgende Kapitel beschäftigt sich mit der Auswertung und Analyse der geführten Expertinnen- und Experteninterviews.

### 9 *Segurança Social*

Wie in Kapitel vier erläutert, stellt die *Segurança Social* in Portugal die höchste Instanz dar, welche sich für das Kinder- und Jugendhilfesystem verantwortlich zeichnet. Sie ist demnach: „[...] *um organismo público que pertence ao governo, é um órgão executivo que manda no país [...]*” (vgl. Interview 5, Z314 – Z315).

Sie ist Teil des *Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social* und regelt die sozialen Angelegenheiten der Bürgerinnen und Bürger Portugals: „[...] *portanto tudo o que é matéria social, em Portugal, tem um instituto público que controla as necessidades sociais da população*” (vgl. Interview 5, Z303 – Z304).

Um dies zu gewährleisten, betreibt die *Segurança Social* ihre Zentralen und Filialen im ganzen Land, sodass sich Menschen bei sozialen Bedürfnissen und Fragen jederzeit an sie wenden können. Dazu gehört beispielsweise die Regelung der Renten oder finanzielle Unterstützung. Die *Segurança Social* bietet Bürgerinnen und Bürgern nicht nur direkte Hilfen, sondern ist auch für Einrichtungen verantwortlich, welche zur sozialen Sicherheit beitragen. Dazu gehören beispielsweise Einrichtungen für gefährdete Kinder und Jugendliche oder Pflegeeinrichtungen für ältere Menschen. Ihre Aufgabe ist sicherzustellen, dass Einrichtungen existieren, welche von den Bürgerinnen und Bürgern genutzt werden können. Im Bereich der Kinder- und Jugendhilfe bedeutet dies, dass die *Segurança Social* sicherstellen muss, dass genügend Einrichtungen vorhanden sind, welche gefährdete Kinder und Jugendliche aufnehmen können.

*„[...] tem também o apoio à infância e juventude e tem alguns lares e tem também a função de fiscalizar as instituições que recebem crianças, as creches, as instituições que tratam das adoções, todas essas instituições tem que ser vistas e fiscalizadas pela Segurança Social” (vgl. Interview 5, Z311 – Z314).*

Durch die Interviews wird deutlich, wie wichtig die *Segurança Social* für den Aufbau des Kinder- und Jugendhilfesystems ist. Um die sozialen Angelegenheiten zielführend bearbeiten zu können, gibt es verschiedene Teams. Demnach sind sie nicht nur für organisatorische Angelegenheiten zuständig, sondern direkt im Tätigkeitsfeld aktiv.

*„A Segurança Social tem equipas para a terceira idade, para as pessoas mais velhas, tem equipas para os problemas de trabalhadores, tem equipas para as crianças e dentro das equipas para as crianças é que estão estas pessoas que vão trabalhar diretamente com as comissões e com os tribunais de família e menores” (vgl. Interview 5, Z321 – Z324).*

*“Portanto a Segurança Social está sempre presente nas comissões. E isto tanto na fase quando o processo está nas comissões, a Segurança Social está sempre presente” (vgl. Interview 3, Z147 – Z149).*

Wird ein Fall an ein Familiengericht weitergeleitet, weil die Zustimmung der Eltern nicht gegeben ist, agieren die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter als Hilfskräfte der Familiengerichte. Dafür wird eine Repräsentantin oder ein Repräsentant gewählt, welche oder welcher nicht nur den Prozess begleitet, sondern auch die involvierte Familie. Diese oder dieser macht dem Familiengericht einen Vorschlag für eine Maßnahme. Das Familiengericht entscheidet dann, ob die vorgeschlagene Hilfe für die Familie eingesetzt wird oder nicht.

*„A Segurança Social nomeia um representante da Segurança Social para aquele caso e é esse representante que vai acompanhar a criança, acompanhar o pai, acompanhar a mãe e vai fazendo relatórios e vai propor ao tribunal uma medida. Claro que o tribunal pode depois seguir ou não seguir essa medida proposta da Segurança Social” (vgl. Interview 3, Z155 – Z159).*

Betrachtet man nochmals den Aufbau der erweiterten und der eingeschränkten *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*, wird deutlich, dass Vertreterinnen und Vertreter der *Segurança Social* in beiden fester Bestandteil sind (siehe Kapitel 4.1 und 4.2). Demnach sind diese unter anderem verantwortlich für den laufenden Prozess und die Begleitung von Kindern, Jugendlichen und deren Familien.

Abschließend lässt sich sagen, dass die *Segurança Social* daher die wichtigste Instanz darstellt, welche den Aufbau, die Strukturierung und die Finanzierung des portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystems regelt.

## 10 Pirâmide de Subsidiariedade

Welche Instanzen bei einer Gefahrenmeldung handeln, beschreibt Kapitel 6. In folgendem Kapitel sollen Akteurinnen und Akteure nochmals aufgegriffen und die Interventionsstufen der Pyramide erläutert werden. Die Pyramide wird von unten nach oben gelesen, sodass Familiengerichte, die sogenannten *Tribunais de Família e Menores*, als letzte agierende Instanz gesehen werden.

„Então o nosso sistema de promoção e proteção é sente numa pirâmide em que nós temos três níveis de intervenção possíveis. Temos um primeiro nível, é o que está na base, temos um segundo nível que está no meio e temos o terceiro que é o bico da pirâmide” (vgl. Interview 5, Z76 – Z79).

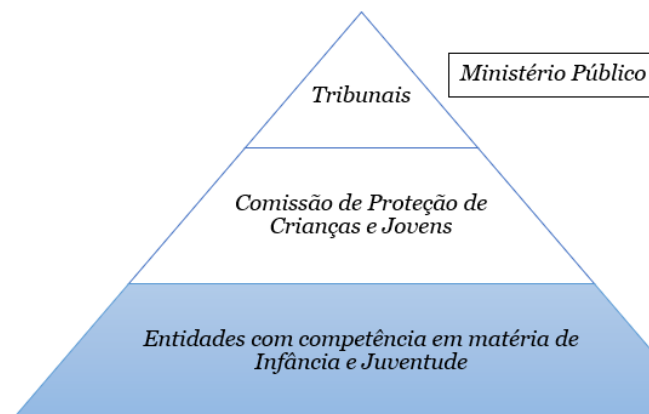


Abbildung 11: Pirâmide da Subsidiariedade (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2021, eigene Darstellung)

Die erste Interventionsmöglichkeit stellen demnach die *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude* dar, welche die Basis der Pyramide bilden. Zu diesen gehören Schulen, Krankenhäuser, Gesundheitszentren, Vereine, Sportstätten und andere außerschulische Einrichtungen. Abgesehen von Krankenhäusern oder Gesundheitszentren, verbleiben die Kinder und Jugendlichen in den Einrichtungen über einen längeren Zeitraum. Das häufige Sehen der Minderjährigen erleichtert dort arbeitenden Menschen, die Lebenssituation der Kinder einschätzen. Schulen beispielsweise können aufgrund häufigen Fehlens oder anderer Anzeichen – wie erhöhte Müdigkeit

– Kinder und Jugendliche beurteilen. Dabei wird in Portugal zwischen *risco* und *perigo* unterschieden. *Risco* stellt eine Vorstufe von *perigo* dar.

„As entidades quando percebem neste primeiro nível que há um problema na vida daquela criança ou daquelas crianças, deve tentar trabalhar a situação com a família para perceber se nós estamos numa situação de risco e ainda não chegamos ao perigo” (vgl. Interview 5, Z85 – Z97).

Handelt es sich um eine *situação de risco*, sollen Präventivmaßnahmen die Familien rechtzeitig auffangen und unterstützen. Dazu gehört, dass über Hilfsangebote aufgeklärt wird und Familien dahingehend begleitet werden, dass sich ihre familiäre Situation nicht verschlechtert und keine *situação de perigo* eintritt. Ein wichtiger Beitrag zu den Präventionsmaßnahmen leistet die erweiterte *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* (siehe Kapitel 5.1).

Können die *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude* das Eintreten einer Gefahrensituation für die Risikofamilien nicht verhindern, wird der Fall an die *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* weitergeleitet.

„Se essa situação não for possível ser trabalhada nesta primeira base da pirâmide e continuar a evoluir e nós tivermos uma situação de perigo, aí nós passamos para o segundo nível da pirâmide” (vgl. Interview 5, Z96 – Z99).

Wann es sich um eine *situação de perigo* handelt, wird im Gesetz n.º147/99 erläutert (siehe Kapitel 3). Besteht eine solche Situation, wird ein Prozess in einer *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens* eröffnet.



Abbildung 12: Pirâmide da Subsidiariedade (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2021, eigene Darstellung)

Es können entweder die *Entidades com competência em matéria de Infância e Juventude* oder die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* kontaktiert oder die Problemsituationen direkt an eine *CPCJ* gemeldet werden, wozu beispielsweise anonyme Anrufe gehören. Abbildung 3 zeigt, welche Personen oder Personengruppen eine Gefahrenmeldung aufgeben können (siehe Kapitel 6).

Wenn die *CPCJ* feststellt, dass die Familie langfristig begleitet und eine Maßnahme eingesetzt werden muss, benötigt es die Zustimmung der Eltern und der Kinder ab 12 Jahren. „*As comissões não podem pôr uma medida ou determinados compromissos às famílias. Nós temos de ter autorização e o consentimento da família para poder trabalhar a situação de perigo*” (vgl. Interview 5, Z103 – Z106).

Dass die Eltern einer Maßnahme zustimmen müssen, bevor die *CPCJ* handeln kann, ist in Portugal seit Eintritt des Gesetzes ein viel diskutierter Punkt. „*Então se são os pais que poem a criança em perigo, eles tem que dar o consentimento? Isto parecia controverso*” (vgl. Interview 3, Z66 – Z67). Der Ursprung der Idee war, dass Eltern durch Zustimmung zu einer Intervention bewusst wird, ihre Kinder in eine Gefahrensituation gebracht zu haben. Daher sollen Eltern von Anfang an involviert und für die Situation auch verantwortlich gemacht werden. „*E portanto ao dar o consentimento eles estão primeiro a reconhecer que a criança está em perigo. Segundo estão a permitir que aquela entidade intervenha para afastar o perigo*” (vgl. Interview 3, Z72 – Z76).

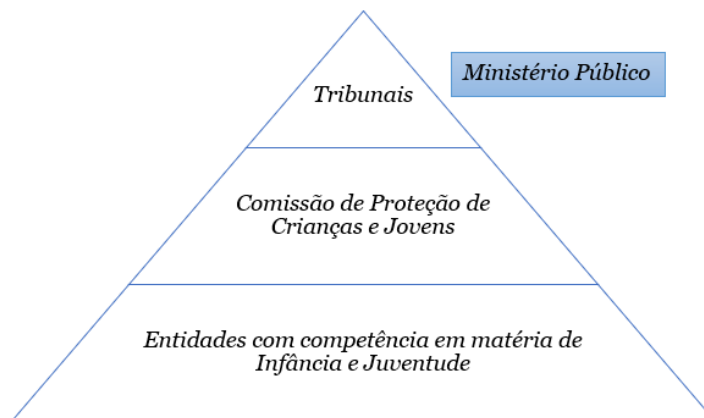


Abbildung 13: Pirâmide da Subsidiariedade (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2021, eigene Darstellung)

Die Kommunikation zwischen den *CPCJ* und den Familiengerichten wird mittels des *Ministério Público* geregelt. Dies bedeutet, dass ein an ein Familiengericht weitergeleiteter Fall immer über das *Ministério Público* geht. Dieses repräsentiert die Kinder und Jugendlichen auch vor Gericht. Die *CPCJ*, die zuvor den Fall betreut und weitere Vorgehensweisen geplant hatten, schicken diese an das *Ministério Público*. Dieses schaut sich die Maßnahmenvorschläge an und versucht, von den Eltern die Zustimmung für den weiteren Prozess einzuholen. Stimmen diese nicht zu, wandert der Fall an das Familiengericht, wobei in den meisten Fällen die zuvor vorgeschlagenen Maßnahmen beschlossen werden.

Sollten die Eltern einer Intervention nicht zustimmen, ist die *CPCJ* verpflichtet den Prozess sofort zu schließen und an das Familiengericht weiterzuleiten. „*Só trabalham com as famílias, enquanto as famílias permitem e deixem*” (vgl. Interview 5, Z116 – Z117).

An der Spitze der Pyramide befinden sich die Familiengerichte. Sie stellen die letzte agierende Instanz im portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystem dar. Die Richterinnen und Richter in den Familiengerichten sind speziell geschult, um Maßnahmen einsetzen zu können. Vorgehen und System unterscheiden sich von anderen Ländern, wie beispielsweise Deutschland oder Österreich.

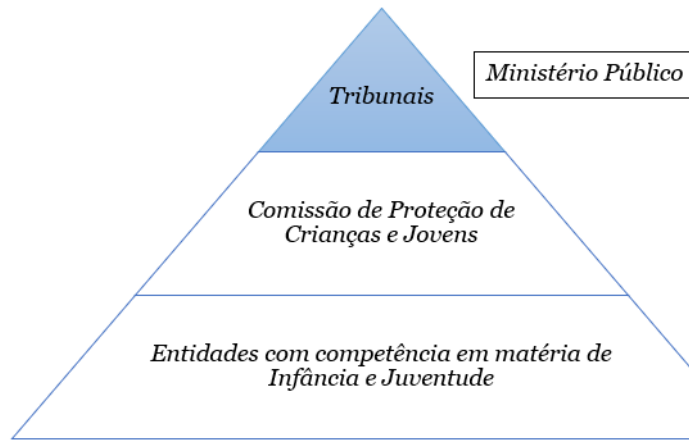


Abbildung 14: Pirâmide da Subsidiariedade (vgl. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2021, eigene Darstellung)

*„Na Alemanha agora vou dar um exemplo para perceber como o nosso sistema é diferente de outros. Na Alemanha por exemplo nós temos o Jugendamt que tem o poder para aplicar medidas e não são do tribunal” (vgl. Interview 5, Z120 – Z122).*

Ob ein Prozess an das Familiengericht geht, hängt auch mit der Wohnlage der Familie zusammen. Wohnt diese im städtischen Raum, kommt es häufiger vor, dass sie den Prozessen der *CPCJ* nicht zustimmen.

*„Por vezes nas zonas urbanas é tudo mais anónimo, as pessoas não confiam tanto em pessoas que não conhecem, não é. E portanto o que é que acontece muitas vezes, quando se desconfiam o que é que vão fazer o que querem ver da minha vida os pais não dão consentimento quando não sentem confiança nas pessoas com quem estão a comunicar” (vgl. Interview 5, Z158 – Z189).*

In den letzten Jahren hat sich der Umgang mit den Prozessen in den *CPCJ* allerdings deutlich gewandelt. Immer mehr Menschen in Portugal kennen Aufgabe und Funktion der *CPCJ*. Während früher verstärkt Menschen in Armut von einer *CPCJ* begleitet wurden, so sind es heutzutage Familien aller Schichten, welche nicht zwangsläufig Armutserfahrungen vorweisen, sondern einfach Probleme mit ihren Kindern. Durch die Pyramide wird ersichtlich, welche Akteurinnen und Akteure in welchem Fall aktiv werden. Wie in Kapitel 6.2 beschrieben, existieren bei den Interventionen der *CPCJ* zwölf Prinzipien, die berücksichtigt werden müssen. Ein Prinzip ist *subsidiariedade*, welches regelt, welche Instanzen wann aktiv werden.



## 11 *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*

Wie in Kapitel 5 beschrieben, haben die *CPCJ* eine besondere Funktion im portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystem, da sie für die Prozesse verantwortlich sind und nicht nur für gefährdete Kinder und Jugendliche, sondern auch für die Begleitung der Familien. Aus dem vorherigen Kapitel wird ersichtlich, dass *CPCJ* nur dann aktiv werden können, wenn die Eltern einer Betreuung und dazugehörigen Maßnahmen zustimmen. Dieses Kapitel stellt demnach die Fälle in den Vordergrund, bei denen eine Zustimmung der Eltern vorliegt.

Die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter einer *CPCJ* sind multidisziplinär aufgestellt. Dies bedeutet, dass Menschen aus unterschiedlichen Bereichen zusammenarbeiten.

*„[...] essa comissão é uma comissão multidisciplinar, tem representantes do ministério de educação, tem representantes de associações de juventude, tem representantes do município, representantes dos cidadãos em comum, portanto é uma equipa multidisciplinar [...]”* (vgl. Interview 3, Z81 – Z85).

Diese Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter sind allerdings nicht bei den *CPCJ* festangestellt, sondern kommen von externen Einrichtungen. Die externen Einrichtungen bestimmen, wie lange sie ihre Beschäftigten einer *CPCJ* überlassen. Finanziert werden die Beschäftigten in den *CPCJ* nicht vom Staat, sondern von der Einrichtung, von welcher sie kommen.

*„Em Lisboa há quatro comissões. Cada comissão tem uma presidente, uma secretária e os elementos. E nessa organização está normalmente uma pessoa que vem do centro de saúde, outra pessoa vem da direção regional da educação, outra pessoa vem da APAV. Cada uma vem da sua casa, da sua casa mãe, da sua entidade paternal para a comissão trabalhar às vezes a 100% todos os dias e outras vezes a 50%, outras vezes a 30%. O que isto quer dizer? Há técnicos que estão todos os dias na comissão, há técnicos que estão três manhãs, há técnicos que estão dois dias”* (vgl. Interview 5, Z406 – Z414).

*„E quem paga o ordenado das pessoas que trabalham lá? São as entidades que os enviam para lá. E portanto o centro de saúde, a junta da freguesia, a Santa Casa da Misericórdia, a Segurança Social é que decidem. Eu deixo que dois técnicos vão para aquela comissão, mas só que é 50% do tempo. Só deixo 50% do tempo”* (vgl. Interview 5, Z417 – Z420).

Dieses Modell wird von zwei Interviewpartnerinnen- und Partnern kritisiert, da dadurch zu wenige Menschen in Vollzeit in den *CPCJ* arbeiten. Eine stärkere Involvement sei aufgrund fehlender finanzieller Ressourcen nicht möglich. Dadurch begleiten viele Menschen in den *CPCJ* die Familien und Kinder in den Abläufen ehrenamtlich. Dieses Modell behindere zwar nicht die Arbeit innerhalb der *CPCJ*, allerdings könne diese durch eine bessere Organisation effektiver sein: *„Isto a mim não impede as comissões de funcionar mas que efetivamente poderiam funcionar de forma diferente, podia“* (vgl. Interview 3, Z312 – Z313).

## 11.1 Ziele

Bei einer Intervention der *CPCJ* werden insgesamt drei Ziele verfolgt. Das erste Ziel ist, die Gefahr für das Kind, die Jugendliche oder den Jugendlichen zu entfernen. Dies bedeutet, dass die Gefahrenquelle ermittelt wird und die jungen Erwachsenen dieser entzogen werden. Sollten beispielsweise die Eltern eine Gefahr für die Kinder und Jugendlichen darstellen, etwa wegen Drogen- und Alkoholmissbrauchs, psychischer oder physischer Gewalt, müssen die Kinder aus der Familie genommen werden. Das zweite Ziel der *CPCJ* ist es, die jungen Erwachsenen aufzufangen und ihnen zu ermöglichen, sich von der Situation zu erholen.

Das dritte Ziel stellt die emotionale Stabilisierung der Kinder und Jugendlichen dar. Die Vorgehensweise soll mittels eines Plans und Maßnahmen festgelegt werden, sodass die jungen Erwachsenen die für die Regenerierung notwendigen Hilfen erhalten. Die häufigsten Maßnahmen, die in Portugal eingesetzt werden, betreffen das direkte Umfeld der Familie – *no meio natural de vida*. So zeigt Abbildung 5, dass 2019 81,74%

der Familien mit der Maßnahme *Apoio junto dos pais* von den *CPCJ* begleitet wurden (siehe Kapitel 7). Dies spiegelt sich auch in Aussagen des Experten wider. So sagt er: „*De preferência e a grande maioria das medidas são aplicadas na própria família, portanto junto dos pais [...] ou então junto não dos pais ou só dos pais, mas da família ou os amigos. Portanto dá se preferência sempre a uma solução no meio natural de vida*” (vgl. Interview 3, Z101 – Z102).

Lässt die Familiensituation eine Maßnahme *no meio natural de vida* nicht zu, besteht die Option die Jugendlichen und Erwachsenen zu institutionalisieren. Diese Maßnahmen gehören zu den *medidas de colocação*, auf welche in Kapitel 6.2 eingegangen wurde. Steht eine Institutionalisierung der Kinder und Jugendlichen an, wird eine schriftliche Vereinbarung zwischen der *CPCJ* und der Familie vereinbart. Diese Vereinbarung gilt für sechs Monate und wird nach Ablauf der Frist erneuert oder beendet. Das Alter der Kinder und Jugendlichen spielt bei einer Vereinbarung einer Maßnahme eine wichtige Rolle. So kann erst interveniert werden, wenn Jugendliche ab 12 Jahren sich dieser Intervention nicht widersetzen. „*Outra nota que eu não referi que é no caso da criança ser maior de 12 anos. Se ela tiver mais de 12 anos, além do acordo dos pais, é preciso que a criança não se oponha à intervenção*” (vgl. Interview 3, Z113 – Z115). Dazu müssen die Kinder und Jugendlichen angehört werden und dürfen bei der Festlegung der Maßnahme mitbestimmen. Dieses Vorgehen stellt ein Prinzip der *CPCJ* dar und sollte bei einer Intervention immer eingehalten werden (siehe Kapitel 6.2).

## 11.2 Prozesse innerhalb einer *CPCJ*

Im folgenden Kapitel soll auf einzelne Leistungen des Kinder- und Jugendhilfesystem eingegangen werden, welche von einer *CPCJ* eingesetzt werden können. Dabei soll insbesondere auf die Maßnahmen *apoio junto dos pais*, *acolhimento residencial*, *acolhimento familiar* und *adoção* eingegangen werden.

### 11.2.1 *Apoio junto dos pais*

Wie Abbildung 6 verdeutlicht, ist die Maßnahme *Apoio junto dos pais* die in Portugal am häufigsten angewendete Maßnahme und wurde 2019 bei insgesamt 81,74% der Fälle eingesetzt. Mit dieser geht einher, dass die Kinder und Jugendliche in deren Familien verbleiben und die Familie durch unterschiedliche Unterstützungsangebote begleitet wird (siehe Kapitel 6.1.1). In einem Prozess ist demnach die Aufgabe einer *CPCJ* die Gefahrenquelle zu identifizieren und Hilfsangebote zu planen.

Ein Beispiel einer Expertin soll die Maßnahme verdeutlichen: „[...] *e imaginamos que o problema do pai é o alcoolismo e que o problema da mãe era dependência de jogos noturnos. Saia à noite para o Casino e só voltava às quatro da manhã. Deixava as crianças em casa, pronto*“ (vgl. Interview 5, Z160 – Z162).

In diesem Fall wären folgende Unterstützungsangebote für die Familie sinnvoll: Zum einen müsste der Vater regelmäßig eine Suchtberatungsstelle aufsuchen und nach sechs Monaten einen Endbericht über den Verlauf an die *CPCJ* weiterleiten. Zum anderen müsste ebenso die Mutter regelmäßig eine Beratungsstelle für Spielsucht aufsuchen und auf das nächtliche Ausgehen in Casinos verzichten. Die Kinder würden mit einer Psychotherapie über den gesamten Zeitraum begleitet werden. Diese soll ebenfalls herausfinden, ob die Minderjährigen eine spezialisierte Therapieform, zum Beispiel Traumatherapie, benötigen, um die Erlebnisse aufzuarbeiten. All diese Angebote und Unterstützungshilfen werden von Mitarbeiterinnen und Mitarbeitern der *CPCJ* organisiert und begleitet.

Alle Familien, welche von einer *CPCJ* begleitet werden und die Maßnahme *Apoio junto dos pais* erhalten, sollen als Einzelfall bewertet werden. Dies bedeutet, dass es keine Standardangebote gibt, sondern die Hilfen individuell an jede Familie angepasst werden müssen: „*Nós não temos um acordo standard para todas as famílias. E portanto às vezes temos situações tão diferentes, mas todas elas, nós vamos encontrar na comunidade, instituições para tratar aquele problema*” (vgl. Interview 5, Z171 – Z173). Sobald ein Hilfeplan für die Familie beschlossen wurde, sollen alle Beteiligten – die Familien, die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der agierenden *CPCJ* sowie die unterschiedlichen Einrichtungen – einen Vertrag mit den jeweiligen Zielen und Pflichten unterschreiben. Nach sechs Monaten wird erneut die Situation innerhalb der Familie und das weitere Verfahren beurteilt. Die *CPCJ* muss entscheiden, ob die Familie weitere Hilfe benötigt oder weitere sechs Monate begleitet werden muss.

### 11.2.2 *Acolhimento Residêncial*

Eine stationäre Unterbringung eines jungen Erwachsenen kommt immer dann in Frage, wenn vorher alle Maßnahmen *no meio natural de vida* des Kinder- und Jugendhilfesystems ausgeschöpft wurden.

*„Portanto a preferência é junto dos pais, se não for possível com os pais, depois com a família alargada, se não for possível na família alargada, no quadro social da criança. Agora o problema das instituições é um pouco diferente, é outro, que é a ideia é, só em último caso é que se vai institucionalizar uma criança”* (vgl. Interview 3, Z164 – Z170).

Sollten die Maßnahmen *no meio natural de vida* bereits ausgeschöpft worden sein, so ist es Aufgabe der *CPCJ* die Situation der Familie zu bewerten. Für die Unterbringung in einer stationären Einrichtung ist wichtig, vor allem die Persönlichkeiten der Kinder und Jugendlichen kennenzulernen. Innerhalb der *Segurança Social* existiert eine Einheit, welche freie Plätze in stationären Einrichtungen kennt und verwaltet. Diese Einheit nennt sich in Portugal *núcleo de gestão de vagas* und arbeitet in den

verschiedenen Distrikten Portugals. Ihre Aufgabe ist auch, einen Überblick über die verschiedenen Einrichtungen zu behalten und passende Einrichtungen für junge Menschen zu finden. Kinder und Jugendliche, welche beispielsweise Verhaltensauffälligkeiten zeigen, sollten in einer Einrichtung untergebracht werden, welche formeller und eingeschränkter arbeitet.

*„Portanto vamos imaginar talvez exista uma casa de acolhimento por exemplo que tem um funcionamento um pouco mais fechado, um pouco mais formalizado e restringido [...] para algum tipo de crianças e jovens, por exemplo jovens que possam ter assim questões de comportamentos graves [...]”* (vgl. Interview 2, Z81 – Z85).

Sollten Geschwister stationär untergebracht werden müssen, so würden beispielsweise die SOS-Kinderdörfer für diese in Frage kommen: *„não só porque não separamos, podemos ter essa possibilidade de não os separar porque acolhemos de todas as idades, porque acolhemos de todos os sexos [...]”* (vgl. Interview 2, Z95 – Z97).

Bei der Maßnahme *Acolhimento Residencial* gibt es insgesamt drei Ziele, welche verfolgt werden sollten. Das erste und das erstrebenswerteste Ziel ist die Rückkehr des jungen Erwachsenen in die Herkunftsfamilie. Mit diesem Ziel geht einher, dass eng mit der Familie gearbeitet wird, um die Lebensumstände dahingehend zu verändern, dass eine Rückkehr der Minderjährigen möglich ist. Sollte keine absehbare Rückführung möglich sein, kann das Kind, die Jugendliche oder der Jugendliche mit Aussicht auf eine Adoption stationär untergebracht werden. Das letzte Ziel richtet sich an Jugendliche, welche durch spezielle Trainings und Schulungen lernen sollen, ein eigenständiges Leben zu führen. Diese werden in sogenannten *Apartamentos de Autonomização* untergebracht.

### 11.2.3 Acolhimento Familiar

Wie in Kapitel 6.2.1 beschrieben, sieht das Gesetz n.º 147/99 vor, dass Kinder, welche der Maßnahme *Medidas de colocação* unterliegen, bis zu ihrem sechsten Lebensjahr in einer Pflegefamilie untergebracht werden müssen. Dies ist in Portugal nur bedingt möglich, da momentan nur zwei Einrichtungen existieren, welche eine solche Leistung anbieten. Zum einen handelt es sich um die Organisation *Mundos de Vida* und zum anderen um die Institution *Santa Casa da Misericórdia*. Letztere bietet die Maßnahme *Acolhimento Familiar* allerdings erst seit 2019 an. Eine Unterbringung in einer Pflegefamilie ist daher auf die Distrikte Porto, Braga und Lissabon beschränkt. Dies wird vor allem in Abbildung 6 deutlich. Von 191 Kindern und Jugendlichen wurden 75 in Porto untergebracht.

Sollten die Kinder und Jugendlichen in diesen Distrikten wohnen, so fragen die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der *CPCJ* die beiden Organisationen an. Diese setzen sich mit dem Fall auseinander und suchen aus ihrer Familiendatenbank eine zu den jungen Erwachsenen passende Familie.

*„Há uma reunião e em que o juiz ou o gestor de caso, portanto o nome que nos designamos, coordenador de caso vê junto da família e diz ‘olha temos combinado isto, isto, isto, não está a acontecer, a criança vai ter que ser retirada. Pode ser ou no próprio dia porque também há essa questão se a criança está numa situação de perigo iminente pode ser no próprio dia, [...] e eles fazem nos o pedido e nós damos resposta positiva e depois o gestor que fala com a família diz ,olha amanhã ou na segunda a criança vai sair, porque a situação não está bem’” (vgl. Interview 1, Z209 – Z214).*

Sollten Kinder und Jugendliche bereits seit Jahren ohne Aussicht auf eine Adoption stationär untergebracht sein, so kann die *CPCJ* oder das Familiengericht die Maßnahme verändern und die jungen Erwachsenen in einer Pflegefamilie unterbringen. Dies ist allerdings auch nur für Kinder und Jugendliche möglich, welche in oben genannten Distrikten wohnen.

#### 11.2.4 *Adoção*

Eine Adoption sollte immer die letzte Entscheidung als Maßnahme sein und kann erst dann von einer *CPCJ* oder einem Familiengericht eingesetzt werden, wenn vorher alle Leistungen des Kinder- und Jugendhilfesystems ausgeschöpft wurden. Adoptiert werden können Kinder und Jugendliche, welche das 15. Lebensjahr noch nicht erreicht haben. Sofern eine solche Maßnahme beschlossen wurde, werden die jungen Erwachsenen in einer stationären Einrichtung untergebracht, allerdings nicht mit der Maßnahme *Acolhimento Residencial*, sondern mit der Maßnahme „*entregue à instituição com vista à futura adoção*“ (vgl. Interview 4, Z262 – Z263).

Anders als beim *Acolhimento Familiar*, wo nur Familien aus den oben genannten Distrikten in eine Familiendatenbank aufgenommen werden können, gibt es für Adoptionen eine landesweite Liste, welche die portugiesischen Inseln Madeira und Azoren inkludiert. Das bedeutet, dass Adoptivfamilien unabhängig vom eigenen Wohnort und dem Wohnort der Kinder und Jugendlichen adoptieren können. Für eine Adoption spielen entscheidendere Faktoren eine Rolle: „[...] *com base na antiguidade dos pais e nas características das crianças e dos pais [...]*“ (vgl. Interview 4, Z306 – Z309). Sobald eine Familie gefunden wurde, beginnt der Prozess des Übergangs von der stationären Einrichtung in das neue Zuhause. Dafür werden die Adoptiveltern von verschiedenen professionellen Teams begleitet: „*há uma equipa de adoção, que fez um matching ou seja que geriu que é da zona das crianças, não é, e que vai acompanhar esta transição e depois há uma equipa de seleção que selecionou os pais nos sítios de onde estão*“ (vgl. Interview 4, Z315 – Z317).

Für den Prozess des Übergangs gibt es von der Universität in Porto zukünftig ein Handbuch, welches sich vor allem um einheitliche Abläufe bei Adoptionen bemüht. Das Programm bzw. das Handbuch nennt sich *PPCA – Program for Preparing Children for Adoption* – und soll wissenschaftlich klären, wie Prozesse auf nationaler Ebene ablaufen können: „*Ou seja todas as crianças que estão a ser adotadas tem o mesmo tipo de preparação para a adoção e espera-se que consigam ter acesso aos mesmos tipos de*



*processo*” (vgl. Interview 4, Z323 – Z325).

Um die Standardisierung zu ermöglichen, enthält das Handbuch konkrete Anleitungen für verschiedene Situationen. Insgesamt soll in zehn Etappen beschrieben werden, wie eine erfolgreiche Adoption ablaufen kann. Dieses Handbuch soll vor allem von Mitarbeiterinnen und Mitarbeitern in stationären Einrichtungen angewendet werden. Deren Aufgabe ist es, die Kinder und Jugendlichen auf ihre Adoptionen vorzubereiten: *„portanto o dar esta notícia, explicar o que está a acontecer, o pensar com ela o que isto é, o despedir-se da família, portanto todos estes processos era para ser feito com as crianças [...]”* (vgl. Interview 4, Z328 – Z330).

In der ersten Phase des Prozesses müssen die Kinder und Jugendlichen vor allem auf emotionaler und psychischer Ebene auf eine Adoption vorbereitet werden. Die zweite Phase beschäftigt sich mit dem Übergang in die Adoptivfamilie. Hierfür werden im Handbuch ebenfalls detailliert Schritte aufgezeigt, wie ein solcher erfolgreich stattfinden kann: *„Isto está tudo explicadinho ou seja está proposto uma série de atividades que pretendem que aconteça mais ou menos da mesma maneira“* (vgl. Interview 4, Z347 – Z348).

Des Weiteren soll das Handbuch verdeutlichen, dass die Phase des Übergangs von der stationären Einrichtung in die Adoptivfamilie ein sehr langsamer Prozess ist. Den Kindern und Jugendlichen soll genug Zeit gegeben werden, sich auf die neue Situation einzulassen. Es besteht ein Freiraum, Schritte im Handbuch schneller oder langsamer anzugehen. Ein wichtiger Punkt ist, dass es den Kindern und Jugendliche beispielsweise immer erlaubt ist, in die stationäre Einrichtung zurückzukehren, sofern sie bereits im neuen Zuhause wohnen.

*„A ideia também de poderem voltar ao acolhimento ou seja que não ser assim um corte radical, voltarem desde logo visitar, fazer as despedidas com calma, mas poderem voltar, sentirem-se bem vindos, sentirem-se em casa também, porque faz parte da história deles, não queremos aqui uma transição abrupta, queremos uma transição mastigada e devagar, uma série de dicas”* (vgl. Interview 4, Z362 – Z366).

Das Handbuch PPCA ist in Portugal somit das erste verdichtete Handbuch zu dem Thema und wurde von der *Segurança Social* gut angenommen und als nationales Vorbereitungsprogramm empfohlen. Allerdings kritisiert die Expertin auch den Umgang mit diesem Handbuch: „*Uma coisa que nós fazemos em Portugal que é ‘utilizar à nossa maneira.’ É muito giro, é muito engraçado, deixa-me cá fazer umas coisas para ver se gosto ou não*” (vgl. Interview 4, Z385 – Z387).

Dies könnte zu Problemen bei der Durchführung führen, da keine Einheitlichkeit gegeben ist. Sie wünscht sich, dass die Schritte auch tatsächlich wie im Handbuch beschrieben ausgeführt werden. Am Ende könnte man so besser kritische Punkte der einzelnen Schritte diskutieren.

Zusammenfassend lässt sich sagen, dass wie bei der oben beschriebenen Pyramide auch bei den Maßnahmen hierarchische Muster bestehen, welche wann angewendet werden dürfen. So ist beispielsweise bei der stationären Unterbringung die Situation so, dass vorher alle Maßnahmen in der natürlichen Lebenswelt ausgeschöpft werden müssen. Auch dies spiegelt ein Prinzip von Kapitel 6.2 wider. Die Frage, warum die Maßnahme *Acolhimento Familiar* kaum eingesetzt wird, soll nun im weiteren Verlauf der Arbeit nochmals aufgegriffen werden.

## 12 Einrichtungen

Im Folgenden Kapitel sollen zwei Einrichtungen vorgestellt werden, welche bei der Maßnahme *Medidas de Colocação* in Betracht gezogen werden können, doch unterschiedliche Schwerpunkte verfolgen. Zum einen handelt es sich um *Mundos de Vida*, die bereits in vorherigen Kapiteln erwähnt wurde, und zum anderen um die SOS-Kinderdörfer, den sogenannten *Aldeias de Crianças SOS*.

### 12.1 *Mundos de Vida*

Die Organisation *Mundos de Vida* wurde am 29. Juli 1984 gegründet. Sie befindet sich im Norden des Landes, in *Lousado*, was im Distrikt *Braga* liegt (siehe Abbildung 11). Sie ist eine gemeinnützige private Einrichtung, welche von der *Segurança Social* finanziell unterstützt wird, zudem lebt die Organisation von Spenden. *Mundos de Vida* bietet unterschiedliche Angebote an. Zu diesen gehört eine Kindertagesstätte für Kinder zwischen null und drei Jahren. Außerdem ein Kindergarten, welcher sich an Kinder zwischen drei und sechs Jahren richtet. Für die Vorschulkinder, dessen Eltern länger arbeiten müssen, bietet die Organisation ein Freizeitzentrum an, in dem die Kinder ihre Hausaufgaben machen können. *Mundos de Vida* bietet außerdem ein Pflegeheim für Seniorinnen und Senioren an, sowie ein Tageszentrum für ältere Menschen. Zuletzt gibt es noch einige Angebote für Familien. Dazu gehört eine Wohngruppe für die stationäre Unterbringung von 22 Kindern und Jugendlichen, ein *Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental*, sowie die Möglichkeit Kinder und Jugendliche bei Pflegefamilien unterzubringen. All diese Angebote werden von der *Segurança Social* überprüft und begleitet.



Abbildung 15: Distrito de Braga (vgl. Tschubby, 31. Mai 2021, eigene Darstellung)

## 12.1.1 Geschichtlicher Abriss

Das Angebot *Acolhimento Familiar* wurde erst 2006 als Pionierprojekt in die Organisation implementiert. Damit gehört *Mundos de Vida* zu der ersten Einrichtung Portugals, welche ein solches spezialisiertes Angebot ins Leben rief. Die Idee, eine solche Leistung des Kinder- und Jugendhilfesystems in der Organisation anzubieten, entstammt einer gemeinsamen Reise von Mitarbeiterinnen und Mitarbeitern nach Spanien. Auf dieser wurde ihnen bewusst, dass in Spanien als Land die Unterbringung in Pflegefamilien bereits gelebt wird.

*„Nós Mundos de Vida, é que numa viagem a Espanha conhecemos esta realidade da criação de um serviço especializado de Acolhimento Familiar. [...] Portanto havia um modelo implementado com muitos longos resultados. E nós na altura tínhamos e continuamos a ter uma casa de acolhimento e acolhemos crianças muito pequeninas aqui na nossa instituição e que cresciam aqui. Entravam cá com um ano e os sistema não desenvolvia, os pais não eram trabalhados, os tribunais não decidiam adoção e entretanto as crianças tinham 10, 12, 13 anos e tinham passado a infância delas aqui”* (vgl. Interview 1, Z69 – Z76).

Als die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter nach Portugal zurückkehrten, informierten sie sich über die Handhabung in Portugal und erfuhren, dass nur die *Segurança Social* ein derart spezialisiertes Angebot besaß. Die Beschäftigten der *Segurança Social* selbst begleiteten die Pflegefamilien, die biologischen Familien und die Kinder und Jugendlichen. Da in der Gesetzgebung festgelegt ist, dass staatliche und private Einrichtungen ein solches Angebot anbieten dürfen, bewarben sie sich und wurden von der *Segurança Social* akzeptiert.

## 12.1.2 Aufbau im Bereich *Acolhimento Familiar*

Um die Maßnahme *Acolhimento Familiar* gut zu begleiten, gibt es mehrere zuständige Teams. Diese bestehen aus drei *técnicos*, einer Sozialarbeiterin oder einem Sozialarbeiter, einer Psychologin oder einem Psychologen und zuletzt aus einer *educadora social* oder einem *educador social*. Aufgrund fehlender finanzieller Ressourcen sind die Beschäftigten für mehrere Aufgaben zuständig. Eine der Aufgaben ist das Organisieren von Kampagnen, um die Gesellschaft über die Möglichkeit von Unterbringungen in Pflegefamilien zu informieren. Dabei richten sich die Kampagnen vor allem an Menschen, die sich in der Lage sehen, eine solche Verantwortung zu übernehmen. Außerdem sind sie für die Auswahl von zukünftigen Pflegefamilien zuständig, womit sie auch Interviews mit den potenziellen Pflegeeltern führen müssen.

*„[...] portanto a assistente social faz a entrevista social e familiar, o educador social faz uma entrevista mais educativa, mais pedagógica, o psicólogo faz uma entrevista psicológica que também com alguns testes de personalidade, etc” (vgl. Interview 1, Z192 – Z194).*

Zuletzt sind es die Teams, welche die Familien und die Kinder und Jugendlichen während des gesamten Zeitraums begleiten. Auch die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der *CPCJ*, welche in den jeweiligen Prozess involviert sind, begleiten diesen und sind für das Einsetzen weiterer Maßnahmen, sowie das Beenden einer Maßnahme zuständig.

### 12.1.3 Pflegefamilien

Bei *Mundos de Vida* gibt es eine Datenbank, in der alle potenziellen Personen gespeichert werden, welche in der Lage und bereit sind, ein Kind, eine Jugendliche oder einen Jugendlichen bei sich aufzunehmen. Die Mehrheit dieser potenziellen Personen stellen Ehepaare zwischen 35 und 50 Jahre mit eigenen Kindern dar. Es sind meistens Paare, welche der Mittelklasse angehören und oftmals einen Ausbildungsabschluss vorweisen. Außerdem leben die Paare häufig in einer stabilen Situation, in der sie ein eigenes Haus besitzen und durch die Arbeitssituation flexibel sind. Viele von ihnen haben ihre eigene Firma und dadurch einen eher sicheren finanziellen Status.

### 12.1.4 Kooperationen

Die Organisation *Mundos de Vida* hat mit Spanien und Großbritannien Kooperationen beschlossen: „*para nos formarmos, também para nós percebermos como é que funciona lá, para nos inspirarmos*“ (vgl. Interview 1, Z289 – Z229).

Durch diese Kooperationen konnte die Organisation im Bereich *Acolhimento Familiar* wachsen und sich nach den Realitäten anderer Länder richten.

Alles in allem engagiert sich die Organisation sehr stark für Unterbringungen in Pflegefamilien. Dazu gehört, dass die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter die Pflegefamilien nicht nur auswählen und mit ihnen mehrere Interviews durchführen, sondern auch die Kinder und Jugendlichen begleiten, während diese untergebracht sind. Durch Kooperationen mit verschiedenen Ländern versucht *Mundos de Vida* Inspirationen und Ideen einzuholen, da vom Staat kaum bis keine Unterstützung in dem Bereich erwartet wird.

## 12.2 *Aldeias de Criança SOS*

Die *Aldeias de Criança SOS* gehören einer internationalen Föderation an, welche in 134 Ländern aktiv ist. Sie verfolgen das Ziel, Kindern und Jugendlichen die Chance zu bieten, in einem liebevollen und sicheren Zuhause aufzuwachsen.

In Portugal gibt es SOS-Kinderdörfer seit 1964, wobei das erste Dorf in Cascais (siehe Abbildung 12) entstanden ist. Sie bieten zwei unterschiedliche Programme an, dazu gehört zum einen die Unterbringung traumatisierter und gefährdeter Kinder und Jugendlicher in den Dörfern und zum anderen Einrichtungen zu verwalten, welche sich darauf spezialisiert haben, durch bestimmte Programme familiäre Beziehungen zu stärken. Letzteres Programm heißt in Portugal *Programa de Fortalecimento Familiar*. Diese Einrichtungen setzen sich vor allem dafür ein, dass Risikofamilien früh genug Unterstützung erhalten, um eine Herausnahme des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen zu vermeiden.

*„E portanto no fundo acabamos trabalhar por um lado a tentar prevenir a retirada com este fortalecimento familiar e por outro lado a tentar ser então este cuidado alternativo de crianças que não tiveram esse cuidado no contexto familiar e perderam esse cuidado parental não é, por assim dizer” (vgl. Interview 2, Z14 – Z17).*

Insgesamt gibt es in Portugal drei Dörfer, welche Kinder und Jugendliche bis 18 Jahren aufnehmen. Dazu gehört die *Aldeia SOS de Bicesse*, *Aldeia SOS de Gulpuilhares* und *Aldeia SOS de Guarda*. Dazu kommen drei weitere Einrichtungen, welche sich im Bereich *Fortalecimento Familiar* spezialisiert haben – *PPF de Oeiras*, *PPF de Rio Maior*, *PPF da Guarda*.

Die SOS-Kinderdörfer werden von der *Segurança Social* finanziell unterstützt. Durch die finanzielle Unterstützung der *Segurança Social* können rund 35% der Kosten gedeckt werden. Die restlichen 65% müssen durch Spendenaktionen eingebracht werden.





Abbildung 16: Map of Portuguese districts with names (vgl. Paclopes, 14. Mai 2013, eigene Darstellung)

## 12.2.1 Aufbau und Ablauf der *Aldeias de Crianças SOS*

In den SOS-Kinderdörfern gibt es mehrere Häuser, die von maximal sechs Kindern und Jugendlichen bewohnt werden können. Diese Kinder und Jugendlichen werden von Betreuerinnen und Betreuern begleitet. War früher von Kinderdorfmutter und Kinderdorfvater die Rede, so hat sich Portugal von diesen Bezeichnungen und Rollen distanziert. Betreuerinnen und Betreuer werden in Portugal *cuidadores* genannt.

*„Isto porque? Nós apercebemos que não fez sentido durante muito tempo usar este tipo de tipologia que nós tínhamos. A verdade é que havendo esta que é também a lei de promoção e proteção que diz que idealmente temos que trabalhar na relação com a família de origem não é. Idealmente a criança pertence ali, é o rotor da família portanto não há qualquer benefício em nos substituímos esta figura”* (vgl. Interview 2, Z145 – Z150).

Das heißt, dass die jungen Erwachsenen nicht mehr von einer einzelnen Person betreut werden, sondern von Teams. Die Teams bestehen aus zwei Personen, welche sich nach drei Tagen Arbeit gegenseitig ablösen. Dadurch kann sichergestellt werden, dass die Interessen und Bedürfnisse der Minderjährigen besser berücksichtigt werden können. Die SOS-Kinderdörfer sind so gestaltet, dass die Kinder und Jugendlichen in einer Gemeinschaft leben, wobei wichtig ist, dass sie ausreichend Kontakte nach außen pflegen. Das bedeutet, dass alles, was außerhalb der SOS-Kinderdorf-Gemeinschaft gemacht werden kann, auch außerhalb gemacht wird. Dazu gehört der reguläre Besuch der Schule im Ort oder der Sportanlagen. Sollten Kinder und Jugendliche eine Psychotherapie benötigen oder andere gesundheitliche Hilfen, so finden auch diese außerhalb der Gemeinschaft statt.

Durchschnittlich verbleiben die Kinder und Jugendlichen im Jahr 2020 sechs Jahre in den SOS-Kinderdörfern. Dies hat sich allerdings im Vergleich zu den letzten Jahren stark verbessert. Vor einigen Jahren war demnach üblich, dass die Minderjährigen bis zu ihrem Erwachsenenalter in den Dörfern untergebracht blieben.

Ältere Jugendliche, welche noch heute bis zu ihrem Erwachsenenalter untergebracht bleiben, werden von den SOS-Kinderdörfern mit gesonderten Programmen auf einen Auszug vorbereitet. Zu den Vorbereitungen gehört beispielsweise, dass die Jugendlichen über die Situation nach ihrem 18. Lebensjahr aufgeklärt werden sollen. Diese Aufklärung findet mittels *workshops* statt und soll den jungen Erwachsenen ein Leben in Autonomie näherbringen. Entscheiden sich die jungen Erwachsenen dafür, dass sie über ihr 18. Lebensjahr hinaus in den SOS-Kinderdörfern verbleiben wollen, so erlaubt dies das portugiesische Kinder- und Jugendhilfegesetz bis zu ihrem 21. Lebensjahr. Die meisten verlassen die Einrichtungen allerdings mit Erreichen der Volljährigkeit. Diese Jugendlichen ziehen in sogenannte „*Casas de transição*“ (vgl. Interview 2, Z461). Dies sind Häuser, in denen Volljährige ohne ständige Betreuerinnen und Betreuer wohnen können und dadurch ein Gefühl dafür erhalten, ein eigenständiges Leben zu leben. Ausnahmen gibt es des Weiteren für junge Erwachsene, die bereits das 21. Lebensjahr erreicht haben und an einer Universität studieren oder eine Ausbildung absolvieren. Sie dürfen bei Wunsch sogar bis zu ihrem 25. Lebensjahr in den SOS-Kinderdörfern verbleiben.

Für all diejenigen, welche die Dörfer verlassen, werden unabhängig vom Alter sogenannte Betreuungspläne – „*Plano de acompanhamento ,Pós Sair*““ (vgl. Interview 2, Z471 – Z472) – vereinbart. Darin erlaubt unter anderem ein Punkt, weiterhin Kontakt zu einer Betreuerin oder einem Betreuer der SOS-Kinderdörfer zu halten.

## 12.2.2 Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter

Um als Betreuerin oder Betreuer in den SOS-Kinderdörfern zu arbeiten, muss mindestens das Abitur bestanden worden sein und im Idealfall besondere Kenntnisse über Kinder und Jugendliche vorliegen.

*„As cuidadoras que nós recrutamos tem que ter no mínimo o décimo segundo ano e se tiverem alguma formação específica aplicada a infância e juventude melhor. Mas eu diria que para as pessoas que estão neste papel de cuidadores o mais importante é o que elas são”* (vgl. Interview 2, Z183 – Z186).

Zusätzlich gibt es einen *educador*, welcher die Betreuerinnen und Betreuer bei ihrer Arbeit unterstützt. Jedes Haus hat demnach drei Elemente, welche für die dort lebenden Kinder und Jugendlichen zuständig sind. Dazu gehören die *equipa de cuidadores* und eine oder einen *técnico de educação social*. Die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der SOS-Kinderdörfer bestehen allerdings nicht nur aus Betreuerinnen und Betreuern. So gibt es beispielsweise Teams, welche zuständig sind für die Logistik, die Verwaltung oder den Transport von Kindern und Jugendlichen. Die Leitung eines SOS-Kinderdorfes hat meistens ein Studium der Humanwissenschaften, Sozialwissenschaften, Psychologie oder Sozialpädagogik abgeschlossen.

Bevor die Betreuerinnen und Betreuer anfangen können, müssen sie eine Reihe von Schulungen und Trainings absolvieren. Die Expertin verdeutlicht diese anhand einer Baum-Metapher (siehe Abbildung 13). So spricht sie von wichtigen Schulungen, welche die Wurzeln darstellen. Zu ihnen gehören beispielsweise der Aufbau und die Organisation von SOS-Kinderdörfern, Verhaltensrichtlinien und Schutzbestimmungen für gefährdete Kinder und Jugendliche.

Zum Baumstamm gehören *workshops*, welche Themen beinhalten, die bei der Arbeit mit Kindern und Jugendlichen notwendig sind. Außerdem bieten die SOS-Kinderdörfer Leitfäden an. Zu diesen gehören Leitfäden für problematisches Sexualverhalten oder Leitfäden für Kriseninterventionen.

Die Früchte des Baumes stellen Ausbildungen dar, die nicht direkt mit den SOS-Kinderdörfern zu tun haben. Diese werden von externen Leuten abgehalten und finden ein bis zweimal im Jahr statt. Dazu gehören Schulungen zu Themen wie Psychopathologie von Kindern und Jugendlichen.

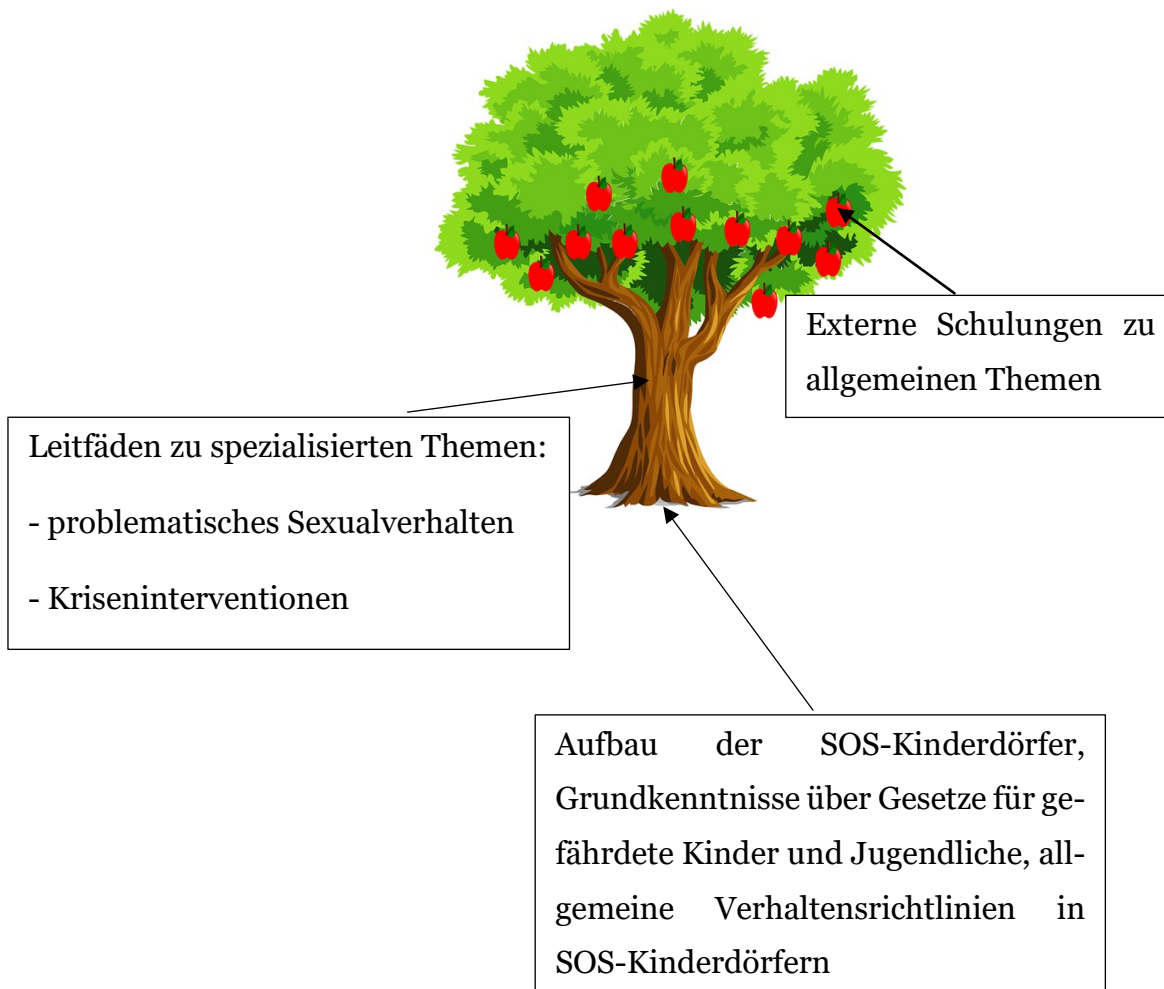


Abbildung 17: Baum-Metapher (vgl. Ronin99, 20.01.2021, eigene Darstellung)

Die Betreuerinnen und Betreuer jedes Dorfes haben wöchentlich eine Supervision mit einer Supervisorin oder einem Supervisor. Bei den Supervisionen besteht für die Betreuerinnen und Betreuer die Möglichkeit, einzelne Fälle zu diskutieren: „[...] *todas as aldeias tem supervisão semanal de um supervisor externo quem vai discutir tipo Case Studies e portanto discussão de situações particulares, cada semana é uma casa que leva um caso*“ (vgl. Interview 2, Z235 – Z237).

Zusätzlich gibt es vierteljährig eine weitere externe Supervision für die Leiterinnen und Leiter in Form einer Beratung mit einem amerikanischen Supervisor, der im Vereinigten Königreich wohnt.

*„E temos também pois trimestralmente supervisão externa, aí é mais consultaria com um consultor, ele é americano e está a viver no reino unido há muito tempo. Ele foi diretor de uma casa de acolhimento muito conhecida no reino unido com quem temos uma muito boa relação e pronto três em três meses é tao externo que nem se quer é português, para dar assim uma leitura não só do caso do funcionamento de organização, porque também é muito importante de haver processos de comunicação, de modelagem, de pronto que alimentam um bom funcionamento de casa não é”* (vgl. Interview 2, Z237 – Z244).

### 12.2.3 Kooperationen

Die SOS-Kinderdörfer in Portugal pflegen Kooperationen mit unterschiedlichen Ländern. Zum einen besteht eine Kooperation mit dem oben genannten externen Supervisor, zum anderen wird jedes SOS-Kinderdorf auf der Welt in spezielle internationale Regionen eingeteilt. Die SOS-Kinderdörfer in Portugal gehören demnach zu der Region *EUNA*: *„E nós fazemos parte do EUNA que é Europa e North-America e pronto estes países da Europa Oeste, vá Portugal, Espanha, França, do meio de Europa até Portugal, vá, e América do Norte, incluindo o Canadá, somos um grupo”* (vgl. Interview 2, Z46 – Z247).

Mit diesen Ländern und deren Verantwortlichen für die SOS-Kinderdörfer finden jährlich Konferenzen statt, bei denen über Erfahrungen gesprochen wird. Vor einer Konferenz können von den Teilnehmerinnen und Teilnehmern zu besprechende Themen festgelegt werden.

Außerdem *„há sempre um elemento da SOS internacional que faz parte da nossa direção”* (vgl. Interview 2, Z254 – Z255). Diese Einheit ist informeller Natur und nicht nur dafür zuständig zu kontrollieren, ob Standards eingehalten werden, sondern auch, Hilfen bei Problemen anzubieten. Dies bedeutet, dass die einzelnen SOS-Kinderdörfer durch die Einheit miteinander in Kontakt treten und über Problemsituationen sprechen können.

*„[...] e aí torna-se então este acompanhamento mais informal ou esta ligação mais informal [...] houve um país que a Valerie acompanha que era, da outra região, que era do EUCB, da região leste, Bulgária que estava a precisar de uma intervenção com jovens mais consistentes e ela conhecia o nosso trabalho com jovens e falou a Bulgária para vir falar connosco e então começamos a trabalhar em conjunto”* (vgl. Interview 2, Z259 – Z265).

Als letzte formelle Kooperation haben sich die SOS-Kinderdörfer in Portugal vor kurzer Zeit mit Frankreich, Spanien, Italien und Griechenland zusammengeschlossen. Durch die ähnlichen Charakteristika und kulturellen Übereinstimmung sahen sie sich

in der Lage vor allem über organisatorische, aber auch über psychische Gesundheitsthemen auszutauschen.

Es lässt sich zusammenfassen, dass die SOS-Kinderdörfer in Portugal trotz nur anteiliger Finanzierung der *Segurança Social* sehr bemüht sind, den Interessen und Bedürfnissen der dort lebenden Kinder und Jugendlichen nachzugehen. Vor allem Schulungen, Weiter- und Fortbildungen haben einen hohen Stellenwert und sollen die Basis darstellen, auf welcher Betreuerinnen und Betreuer für die Kinder und Jugendlichen sorgen können. Durch Kooperationen mit verschiedenen Ländern wird sichergestellt, dass die SOS-Kinderdörfer immer die Möglichkeit erhalten, sich miteinander auszutauschen.



## 13 Kritische Auseinandersetzung der Expertinnen und Experten

Die folgende Arbeit soll nicht nur einen Überblick über das portugiesische Kinder- und Jugendhilfesystem geben, sondern auch kritische Anmerkungen der Expertinnen und Experten zu einzelnen Maßnahmen aufführen. Der größte Kritikpunkt lautet, dass viele Kinder und Jugendliche in stationären Einrichtungen statt in Pflegefamilien untergebracht werden. Deren Anteil ist in keinem anderen europäischen Land so niedrig wie in Portugal. Dem bin ich nachgegangen, womit es im folgenden Kapitel nochmal um die Maßnahme *Acolhimento Familiar*, *Acolhimento Residencial* und *Adoção* gehen wird.

### 13.1 Kritik an der Maßnahme *Acolhimento Familiar*

Maßnahmen der Unterbringung sind in Portugal nicht die am häufigsten angewendeten, allerdings sind es die Maßnahmen, deren Vorgehensweisen und Prozesse am meisten kritisiert werden. Gerade die Maßnahme *Acolhimento Familiar* wird kaum eingesetzt, obwohl das Gesetz n.º 147/99 vorschreibt, dass Kinder bis zu ihrem sechsten Lebensjahr in einer Pflegefamilie untergebracht werden müssen. In der praktischen Umsetzung ist dies fast nie möglich, da die einzigen Einrichtungen, welche diese Leistung erbringen können, sich im Norden des Landes befinden und nur die dort lebenden Kinder und Jugendlichen berücksichtigt werden können. Vor allem die Organisation *Mundos de Vida* würde gerne mehr Kinder und Jugendliche in Pflegefamilien unterbringen, allerdings ist dies nicht möglich, da sie nur für die Distrikte Porto und Braga zuständig sind.

*„Nós não podemos atuar nem recrutar famílias em todo o país. Só temos aqui Braga, que fica no norte. E portanto temos poucas famílias e lá está, se uma família de Olhão ou Alcantarilha quisesse colocar uma criança em família de acolhimento não vinha para o norte porque a legislação também diz que deve ficar perto para que haja ligação e contactos com os pais e com a família biológica porque o objetivo de do acolhimento familiar é sempre o regresso à família de origem” (vgl. Interview 1, Z130 – Z135).*

Durch diese räumliche Beschränkung ist es ihnen nicht erlaubt, Pflegefamilien aus anderen Distrikten ihrer Familiendatenbank hinzuzufügen. Dadurch reduziert sich die Auswahl und Anzahl der Pflegefamilien drastisch. Außerdem geht damit einher, dass Kinder und Jugendliche aus anderen Distrikten automatisch in einer stationären Einrichtung untergebracht werden.

Dass die Maßnahme *Acolhimento Familiar* eine wenig anerkannte Maßnahme in Portugal ist, hat kulturelle und geschichtliche Hintergründe. Zum einen gab es bereits seit 1992 gesetzliche Regelungen zu dieser Maßnahme. Zu dem Zeitpunkt wurde sie allerdings nicht als Schutzmaßnahme, sondern eher als soziale Aktion gesehen. Dies bedeutete, dass Sozialpädagoginnen und Sozialpädagogen die Maßnahme ohne großen Aufwand einsetzen konnten. Es gab keine Ausbildungen, keine Vorbereitungen und keine Selektionen von Pflegeeltern, vielmehr wurde versucht, die Jugendlichen und Erwachsenen bei Angehörigen und Verwandten unterzubringen.

*„[...] eles próprios podiam digamos aplicar o acolhimento familiar porque basicamente não havia formação, não havia preparação, não havia seleção, porque o Acolhimento Familiar era muitas vezes aplicado a familiares com laços parentesco [...]” (vgl. Interview 1, Z32 – Z39).*

Dieses Vorgehen brachte einige Probleme mit sich, da zu jenem Zeitpunkt nur die *Segurança Social* diese Arbeit ausführte. Nach einiger Zeit wurde dieser bewusst, dass Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter viele Dinge gleichzeitig erledigten und es keine spezialisierten Teams für den Bereich *Acolhimento Familiar* gab. Gleichzeitig wurden einige wissenschaftliche Studien veröffentlicht, aus denen ersichtlich wurde, dass vor allem junge Kinder nicht in stationären Einrichtungen untergebracht werden sollten.

Gerade in den 90ern existierten viele Großeinrichtungen, in denen 30 bis 40 Kinder unterschiedlicher Altersstufen untergebracht wurden. Portugal hatte zu jenem Zeitpunkt kaum finanzielle Mittel, wissenschaftliche Studien oder Orientierungen, an denen es sich klammern konnte, und durch die Unzufriedenheit mit der Maßnahme *Acolhimento Familiar* hatte dies zur Folge, dass der Fokus auf die Weiterentwicklung stationärer Einrichtungen lag.

*„[...] em vez de avançar e dizer os estudos indicam que o acolhimento familiar é o meio mais propício para o desenvolvimento da criança e internacionalmente já começam a existir várias modalidades, vários serviços de Acolhimento Familiar. Vamos também nós em Portugal até porque também nessa altura se começou a olhar para as casas de acolhimento com preocupação e houve um investimento do Estado melhorar as suas condições, as suas condições gerais das instituições mas o governo não olhou para o Acolhimento Familiar” (vgl. Interview 1, Z61 – Z67).*

Nicht nur diese eher negativen Erfahrungswerte der *Segurança Social* hatten einen Einfluss auf die Vernachlässigung der Unterbringungen in Pflegefamilien, sondern auch die fehlende sozialpädagogische Kultur in Portugal. Es war schon immer üblich, Kinder und Jugendliche zu institutionalisieren. Das wird vor allem durch die 500-Jahre alte Institution *Santa Casa da Misericórdia* nochmal deutlich: *„nós começamos a acolher as crianças primeiro nos conventos, já é uma instituição. [...] Os lares que foram sendo criados, eram a resposta para estas crianças que eram deixadas logo depois da nascença” (vgl. Interview 5, Z225 – Z228).*

Dazu kommt, dass Portugal nach dem zweiten Weltkrieg weniger gelitten hat als andere europäische Länder, wo viele Kinder und Jugendliche zu Waisen wurden und die Länder erkannten, dass diese ein Zuhause brauchten. Somit wurden Familien mit staatlicher Hilfe früh geschult und unterstützt, damit diese Waisen bei sich aufnehmen konnten.

Durch diese geschichtlichen und kulturellen Einflüsse rückte die Maßnahme immer mehr in den Hintergrund, sodass sie in der Gesellschaft kaum bekannt ist. Nur aufgrund von Kampagnen der Organisation *Mundos de Vida* erreicht die Maßnahme Aufmerksamkeit, diese beschränkt sich allerdings auf die nördlichen Regionen.

Auch die SOS-Kinderdörfer in Portugal haben anerkannt, dass die Unterbringung in einer Pflegefamilie die bessere Option für Minderjährige ist. Daher haben sie mehrere Anträge bei der portugiesischen Regierung eingereicht, um die Maßnahme *Acolhimento Familiar* in ihren Einrichtungen einsetzen zu können: „*estamos a tentar crescer também nessa área porque em Portugal está muito muito atrasado esta estratégia muito óbvia e muito positiva que seria termos mais Foster Care em vez do Residencial Care como é no caso das Aldeias SOS*“ (vgl. Interview 2, Z30 – Z33). Bislang blieben drei Anträge aus drei verschiedenen Jahren erfolglos, da die portugiesische Regierung die Maßnahme *Acolhimento Familiar* nicht als Priorität sieht.

Die Expertinnen und Experten kennen keinen genauen Grund, warum die Maßnahme noch heute so weit in den Hintergrund gerückt wird, da auch wissenschaftliche Studien mehrfach bewiesen haben, dass eine Unterbringung in einer Pflegefamilie für kleinere Kinder die günstigere Variante sei. Eine Expertin spricht von inoffiziellen Theorien, die besagen, dass durch die stationären Einrichtungen Arbeitsplätze vergeben werden können. In ihren Augen sollten viel mehr Kinder und Jugendliche bei Verwandten und Angehörigen untergebracht werden. Dies wäre nicht nur günstiger als eine Unterbringung in einer stationären Einrichtung, sondern auch besser für die jungen Erwachsenen. Sie erzählt außerdem, dass ein Drittel aller untergebrachten Kinder und Jugendlichen in den SOS-Kinderdörfern bei ihren Großeltern oder Tanten und Onkeln leben könnten, sofern diese finanzielle Unterstützung erhalten würden. Gerade durch das 2008 in Kraft getretene Gesetz ist es für Verwandte und Angehörige nicht mehr möglich, Kinder und Jugendliche aus der Familie bei sich aufzunehmen.

Generell lässt sich feststellen, dass die Vernachlässigung der Maßnahme *Acolhimento Familiar* einen vieldiskutierten Punkt in Portugal darstellt. Viele können nicht nachvollziehen, warum eine stationäre Unterbringung bevorzugt wird. Portugal stellt sich immer wieder dagegen, wenn es um eine Unterbringung in einer Pflegefamilie geht. Dies zeigt sich vor allem an den abgelehnten Anträgen der SOS-Kinderdörfer.

## 13.2 Kritik an der Maßnahme *Acolhimento Residencial*

Fragt man die Expertinnen und Experten, welche kritischen Bemerkungen sie zu den Vorgehensweisen der stationären Unterbringung haben, wird oftmals die fehlende Organisation genannt. Damit ist gemeint, dass vor allem die am Prozess beteiligten Menschen eine Unterbringung als Moment der Ruhe oder Moment der Pause sehen. Dies bedeutet für die jungen Menschen allerdings auch, dass sie erstmals in einer Institution verweilen und keine weitere Vorgehensweise geplant ist.

*„E portanto a ida para a instituição muitas vezes é um momento de descanso, em que as técnicas que estão no terreno, ficam descansadas porque a criança está ou pelo menos a segurança diária, a alimentação, a higiene, o sono são garantidos. E esse momento de descanso muitas vezes faz com que, como é que eu digo isso sem ser, com que os processos fiquem mais parados, o ritmo abranda” (vgl. Interview 5, Z266 – Z270).*

Einen weiteren Grund für das Pausieren des Prozesses sieht eine Expertin im Fachkräftemangel und an den wenigen finanziellen Ressourcen, über die Portugal verfügt. Gerade wegen des Fachkräftemangels werden oftmals nur die dringenden Fälle bearbeitet. Sobald die Minderjährigen untergebracht sind, verliert sie den Status der Dringlichkeit. Dadurch passiert es, dass junge Menschen oft Jahre in einer Einrichtung verbleiben.

Dass die Kinder und Jugendlichen Jahre in einer stationären Einrichtung verbringen können, hängt vor allem daran, dass die Maßnahme *Acolhimento Residencial* die einzige Maßnahme im Kinder- und Jugendhilfesystem ist, welche länger als 18 Monate laufen kann. Alle anderen Maßnahmen sind zeitlich begrenzt, sodass nach mindestens sechs Monaten eine erneute Entscheidung getroffen und die Maßnahme überarbeitet werden muss.

In einem weiteren Interview wird darüber gesprochen, dass die dritte Phase eines Prozesses oftmals vernachlässigt wird. Wie bereits in Kapitel 11 beschrieben, verfolgt die *CPCJ* drei Ziele. Dazu gehört, die Gefahrenquelle für die jungen Menschen zu ermitteln.

Danach müssen die Kinder und Jugendlichen von dieser Gefahr distanziert werden und zuletzt sollen durch Maßnahmen und Hilfen die weiteren Vorgehensweisen geplant werden. Der Experte behauptet, dass die zwei ersten Phasen oftmals erfolgreich laufen. Durch die Institutionalisierung des jungen Menschen ist diese oder dieser sicher, allerdings passiert ab diesem Punkt wenig mehr. Dies führt, wie bereits in einem anderen Interview aufgeführt, dazu, dass die Kinder und Jugendlichen erst im Erwachsenenalter die Einrichtung verlassen dürfen. Dies nennt er einen gravierenden Fehler des Systems: *„Porque o sistema coloca as crianças nas instituições e depois digamos não há aqui um trabalho feito para se aperceber que a instituição não pode ser o futuro da criança”* (vgl. Interview 3, Z183 – Z185).

Er wünscht sich, dass die Dauer einer Unterbringung ein Jahr nicht überschreitet. Er geht davon aus, dass die *CPCJ* oder die Familiengerichte, welche die Kinder und Jugendlichen länger als ein Jahr institutionalisiert lassen, über keinen weiteren Plan für diese verfügen. In diesem Vorgehen sieht er das Problem, dass die Grenzen der Verantwortlichen für die Minderjährigen oftmals verschwimmen und diese sich nicht mehr für den Fall zuständig fühlen, sobald sich die Jugendlichen und Erwachsenen in einer Unterbringung befinden. Dabei sind es gerade die *CPCJ* oder die Familiengerichte, die die Kinder und Jugendlichen weiter begleiten sollten und sich über die weiteren Vorgehensweisen Gedanken machen müssen. Auch hier sieht die praktische Umsetzung anders aus: *„Agora o que eu digo é que na prática começa toda a gente a empurrar responsabilidades uns para os outros. E depois as crianças acabam muitas vezes por permanecer lá interno nas instituições”* (vgl. Interview 3, Z205 – Z207). Für den Experten sind die Vorgehensweisen im Bereich *Acolhimento Residencial* nicht nachvollziehbar, denn in seinen Augen gibt es alternative Maßnahmen, welche angewendet werden können, vor allem die Maßnahme *Acolhimento Familiar* und eine Adoption. Trotzdem passiert häufig, dass diese Alternativen nicht angewendet werden und die Kinder und Jugendlichen darauf warten, dass sich ihre Herkunftsfamilie wieder so organisiert hat, dass diese die Kinder aufnehmen können.

*„Se eu tenho a família biológica que não cuida da criança, coloca a criança em perigo, nós retiramos a criança aquela família biológica e colocamos numa instituição. [...] Se esta família não se estrutura, não se organiza, a criança não pode voltar para lá. Agora a criança não pode ficar toda a vida à espera que esta família se estruture. Se a família não tem capacidade de se estruturar, esta criança deve ser encaminhada para adoção” (vgl. Interview 3, Z211 – Z218).*

Nicht nur wird kritisiert, dass die Kinder und Jugendlichen nicht ausreichend begleitet werden, auch die Eltern sollten nach Institutionalisierung ihrer Kinder von einer *CPCJ* oder von einem Familiengericht begleitet werden. Beispielsweise müssen die Eltern eine Psychotherapie besuchen. Eine langfristige Begleitung dieser, um Fortschritte zu verfolgen, ist häufig nicht der Fall. So sagt der Experte, dass er oft das Gefühl habe, dass eine stationäre Unterbringung eher wie eine Schocktherapie genutzt wird: *„Tiramos a criança e agora eles não mudam porque eles sabem se não mudarem a criança não volta para lá“ (vgl. Interview 3, Z367 – Z369).*

Das Problem der fehlenden Begleitung könnte in seinen Augen mittels enger Kooperationen zwischen den *CPCJ* und den Universitäten überwunden werden. Die dort Studierenden aus den Fächern Psychologie, Sozialpädagogik oder Soziologie könnten als Praktikantinnen und Praktikanten in die Prozesse involviert werden. Dadurch würden Ressourcen geschaffen, um die Familien und deren Kinder und Jugendliche langfristig zu begleiten. Eine solche Kooperation würde einige Vorteile mit sich bringen. Zum einen würden die Praktikantinnen und Praktikanten nicht nur die *CPCJ* mit ihrer Arbeit bereichern, auch wäre denkbar, dass die Kinder und Jugendlichen dadurch kürzere Zeit in stationären Einrichtungen verbleiben müssten. Zuletzt würden die Studierenden mittels solcher Praktika erste wertvolle Erfahrungen im Bereich der Kinder- und Jugendhilfe sammeln.

Zusammenfassend lässt sich sagen, dass der größte Kritikpunkt der Expertinnen und Experten eine mangelhafte Organisation der agierenden Instanzen betrifft. Nicht nur fehlen finanzielle Mittel des Staates, welche die Arbeit erleichtern würden, auch der Fachkräftemangel hat einen großen Einfluss darauf, dass Kinder und Jugendliche

oftmals viel Zeit in einer Einrichtung verbringen müssen. Dies könnte mittels Kooperationen mit Universitäten überwunden werden.

### 13.3 Kritik an der Maßnahme *Adoção*

Auch Prozesse, welche mit einer Adoption einhergehen, werden von den Expertinnen und Experten kritisiert. Zu den Kritikpunkten gehört, dass manche Kinder und Jugendliche mit der Maßnahme einer Adoption in einer stationären Einrichtung untergebracht werden müssen und letztendlich nicht adoptiert werden.

*„Na prática o que acontece a estas crianças que tem esta medida é que eventualmente ficam com a medida e não são adotadas, ficam a viver no acolhimento residencial na mesma, porque não existem pais candidatos disponíveis para acolher crianças mais crescidas” (vgl. Interview 4, Z263 – Z266).*

Außerdem gibt es bei der Maßnahme neue gesetzliche Regelungen, die besagen, dass die jungen Menschen keinen Kontakt zu ihrer Herkunftsfamilie haben dürfen. Ausnahmen sind dann erlaubt, wenn sie gut begründet werden können. So können Kinder und Jugendliche mit der Maßnahme beispielsweise weiterhin Kontakt mit ihren Geschwistern haben. Eine Expertin kritisiert hierbei, dass sie die Maßnahme als eine undankbare Maßnahme sieht, da die Jugendlichen und Erwachsenen institutionalisiert werden, keine Kontakte zu ihren Familien pflegen dürfen und häufig mit 18 Jahren die Einrichtung verlassen müssen, ohne feste Bindungen und Beziehungen nach außen zu haben.

Des Weiteren gibt es bei Adoptionen Bedingungen, welche den Prozess deutlich erschweren. So ist es vor allem bei Geschwisterkindern häufig kritisch, da es für solche kaum interessierte Eltern gibt. Aber auch die Hautfarbe der Kinder und Jugendlichen spielt eine große Rolle, körperliche und psychische Krankheiten oder ältere Kinder haben es besonders schwer und werden oftmals gar nicht adoptiert.



In einem weiteren Interview wird deutlich, dass auch Pflegeeltern, welche Kinder und Jugendliche adoptieren wollen, häufig bis zu acht Jahre warten müssen, bis die Prozesse in Gang gesetzt werden.

Dass ein Prozess für eine Adoption so lange dauert, hängt auch mit dem portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystem zusammen. Sobald die Maßnahme beschlossen wurde, können die leiblichen Eltern sich dieser widersetzen. Dies bedeutet, dass der Prozess über Jahre beim Familiengericht verbleibt und die Kinder und Jugendlichen während dieser Zeit institutionalisiert bleiben. Hier sieht die Expertin eine weitere Schwachstelle des portugiesischen Systems, da dieses viele Fehler der Eltern akzeptiert und diesen immer wieder Zeit gibt, sich zu sortieren: *„É uma critica a fazer porque noutros países, [...] eles não esperam. Só dão uma oportunidade a uma família e se a família falhou, não há mais oportunidades. Em Portugal ainda há a tradição de dar oportunidades à família biológica”* (vgl. Interview 5, Z354 – Z356).

Mit diesem Vorgehen verlangsamen sich die Prozesse, was häufig eher einen schlechten Einfluss auf die Kinder und Jugendlichen hat, da sie entweder jahrelang institutionalisiert bleiben oder gar nicht adoptiert werden.

Generell lässt sich festhalten, dass auch die Prozesse für die Adoptionen nicht verlaufen wie gewünscht. Gerade leibliche Eltern haben in diesen Verhandlungen einen großen Einfluss, da sie sich immer wieder widersetzen können und den weiteren Vorgehensweisen nicht zustimmen müssen. Dadurch passiert es häufig, dass junge Menschen bis zu ihrer Volljährigkeit institutionalisiert bleiben, ohne adoptiert werden zu können.

## 14 Positive Bewertungen des Kinder- und Jugendhilfesystems

Auch wenn im vorherigen Kapitel einige Maßnahmen von den Expertinnen und Experten kritisch bewertet wurden, gibt es Punkte, die in Portugal in Hinsicht auf das Kinder- und Jugendhilfesystem sehr gut laufen.

Auf die Frage, was die Expertinnen und Experten im portugiesischen System als positiv bewerten würden, erfolgt häufig eine ähnliche Antwort. So wissen es die Expertinnen und Experten sehr zu schätzen, dass durch das neue Gesetz von 1999 – *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* – die portugiesische Gesellschaft weiß, wohin sie sich wenden muss, wenn ein Kind oder Jugendlicher in Gefahr ist.

*„Existe já enraizado na generalidade das pessoas esta ideia de que existe uma comissão de proteção das crianças” (vgl. Interview 3, Z336 – Z338).*

*“Nós sabemos exatamente para onde é que temos de ir. As pessoas que querem sinalizar sabem quem são as comissões de proteção e sabem o que é que tem para fazer para se fazer uma sinalização [...]” (vgl. Interview 5, Z425 – Z427).*

Des Weiteren hat das Kinder- und Jugendhilfegesetz klare Regeln und Prinzipien, so dass alle Beteiligten des Systems genau wissen was sie tun können. Gerade im Bereich der Adoptionsprozesse hat sich einiges geändert. Mit den alten gesetzlichen Regelungen fehlte es an Supervisionen für diese Prozesse und so kam häufig vor, dass Kinder und Jugendliche aus dem System verschwanden. Dies ist mit der heutigen gesetzlichen Lage unmöglich, da alle Fälle bzw. Meldungen dokumentiert werden und dadurch jeder Schritt bis zum 18. Lebensjahr des jungen Erwachsenen nachvollzogen werden kann.

Eine Expertin findet demnach, dass die Prozesse organisiert laufen, dass nach Regeln gearbeitet wird und sie beschreibt, dass die Abläufe immer organisierter und effizienter laufen: *„[...] e esses procedimentos nos últimos 20 anos vieram cada vez a ter mais improvements, a ter melhorias, a ter uma melhor resposta e uma resposta mais eficaz [...]“ (vgl. Interview 5, Z443 – Z444).*

Der Experte findet außerdem, dass durch das Kinder- und Jugendhilfesystem Gefahrensituationen früh genug erkannt werden können. So benennt er die Schule als wichtigsten Ort, um gefährdete Kinder und Jugendliche zu identifizieren. Da die Schulen zum Bereich *Entidades com matéria de Infância e Juventude* gehören, ist es möglich, dass sie rechtzeitig reagieren können. Dies ermöglicht, dass „*e isto permite muitas intervenções em fases em que a situação de perigo da criança ainda está digamos numa fase inicial que é possível ainda evitar um perigo que se agrave naquela criança*“ (vgl. Interview 3, Z346 – Z349).

In einem weiteren Interview beschreibt eine Expertin, dass das Gesetz – *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* – sehr gut und ausführlich beschrieben ist. Dadurch ist es möglich, kreativ, flexibel und immer im größten Interesse für das Kind, der Jugendlichen oder des Jugendlichen zu handeln. In ihren Augen ist das portugiesische Kinder- und Jugendhilfegesetz eines der besten in Europa, da die enthaltenen Prinzipien dafür sorgen, dass die jungen Erwachsenen geschützt werden können.

Zusammenfassend lässt sich sagen, dass die Expertinnen und Experten über die neuen gesetzlichen Regelungen, welche 1999 beschlossen wurden und 2001 in Kraft getreten sind, sehr glücklich sind und diese wertschätzen. Durch klare Regeln, Prinzipien und Vorgehensweisen gibt es im Handeln eine transparente Linie, die für viele im System nachvollziehbar ist.

## 15 Zukunftswünsche

Ich habe die Expertinnen und Experten außerdem nach ihren Wünschen für die Zukunft in Bezug auf das Kinder- und Jugendhilfesystem gefragt. Eine Expertin wünscht sich, dass das System besser auf die Individualität der Kinder und Jugendlichen eingeht. Damit meint sie, dass Portugal, trotz sehr gutem Gesetz, bessere strategische Mittel benötigt. Gerade im Bereich *Acolhimento Familiar* sollte deutlich mehr verändert und es so angeboten werden, dass jedes Kind in einer Pflegefamilie untergebracht werden kann, unabhängig vom Wohnort. In ihrer Vision kann das portugiesische System auf jedes einzelne Kind eingehen, sodass dieses die bestmögliche Unterstützung erhält, um sich gut zu entwickeln.

*„[...] que uma criança no Estado e este sistema conseguisse perguntar quem é esta criança. Esta, não é outra, é esta. Okay, então esta criança, o que esta criança precisa para curar o seu trauma. E que não fosse assim um bocadinho tao ‘olha é o que há – então não há família de acolhimento, então vai para acolhimento residencial”*  
(vgl. Interview 2, Z405 – Z410).

In Bezug auf die Organisation *Mundos de Vida* wünscht sich eine weitere Expertin, dass die Maßnahme *Acolhimento Familiar* vom Staat stärker anerkannt und wertgeschätzt wird. Außerdem wünscht sie sich, dass Mythen, Vorurteile und Missverständnisse aufgeklärt und beseitigt werden und dass die wichtige Arbeit und Aufgaben für Pflegefamilien deutlicher herausgestellt werden. Sie würde außerdem die bürokratischen Hürden, die mit dieser Maßnahme verbunden sind, überwinden. Gerade Pflegefamilien sind mit der Bürokratie schnell überfordert. So kommt sogar vor, dass die untergebrachten Kinder und Jugendlichen gemeinsam mit ihren leiblichen Eltern und der Pflegefamilie zu einer Behörde müssen, um einen Personalausweis zu beantragen. Dies ist in ihren Augen nicht nachvollziehbar und für die Pflegefamilien oft keine aushaltbare Situation. Sie hegt die Hoffnung, dass die Maßnahme in Portugal viel mehr verbreitet wird und dadurch die Anzahl an Pflegefamilien deutlich erhöht werden kann.

In einem weiteren Interview bezweifelt der Experte, dass sich das portugiesische System stark verändern wird. Er wünscht sich, dass Mittel freigemacht werden, welche nicht nur ermöglichen, dass mit betroffenen Familien gearbeitet wird, sondern die Gemeinschaft mehr in die Prozesse miteinbezogen werden kann. Als Beispiel nennt er ein Kind, welches der Schule fernbleibt. Die Schule handelt so, dass sie den Eltern so lange Bescheid geben wird, bis ein Prozess in einer *CPCJ* eröffnet werden muss. In seinen Augen wäre es besser, wenn die Schule die gesamten Eltern anruft und sie bittet, der Familie zu helfen:

*„Não só se chama aqueles pais, chama-se os pais todos da turma. E diz assim: Aquela criança não vai à escola, os pais não o mandam para ir à escola, vocês não podem ajudar? E quem sabe os outros pais não dizem assim: vamos fazer um plano. Todos os dias um de nós quando trouxer o nosso filho à escola, vai passar a casa daquele pai para trazer o filho dele, por exemplo” (vgl. Interview 3, Z403 – Z406).*

Er möchte eine Kultur, in der sich die Gemeinschaft stärker einbringt. Die gesetzliche Regelung erlaubt, dass Menschen einer Gemeinde in einer *CPCJ* arbeiten. Dies ist in seinen Augen ein wichtiges Signal, dass auch die Gemeinschaft für Dinge verantwortlich sein kann und sie in den *CPCJ* repräsentiert werden kann. Ihm missfällt, dass, sobald Fehler gemacht werden, viele Menschen nur danach fragen, wer sich verantwortlich für sie zeichnet: *„É isto que toda gente quer saber para poder apontar o dedo, não é. Mas ninguém diz assim: „Eu também não fiz nada e podia ter feito.“ E às vezes são pequenos gestos que podemos fazer“ (vgl. Interview 3, Z282 – Z284).*

In Bezug auf die *Aldeias de Criança SOS* wünscht sich die Expertin, dass sich die Qualität innerhalb der Dörfer verbessert. So beschreibt sie, dass sie sich die Situation in 10 Jahren so vorstellt, dass es insgesamt drei SOS-Kinderdörfer gibt und mehr *CAFAP*'s, welche eine große Präventionsarbeit leisten. Sie stellt sich die Dörfer so vor, dass es eine oder zwei Schulen gibt, welche eine alternative Pädagogik in Form von Waldorfpädagogik verfolgen, die für einige Kinder und Jugendliche die bessere Option gegenüber einer staatlichen Schule seien. Außerdem wünscht sie sich, dass die

Unterbringungszeit der Kinder und Jugendlichen deutlich reduziert werden kann, so dass sie nach maximal zwei oder drei Jahren in ihre Herkunftsfamilien zurückkehren können.

Es lässt sich festhalten, dass alle Interviewpartnerinnen- und Partner feste Wünsche für die Zukunft haben. Dabei gehen diese in eine Richtung – dass das System in Portugal so verbessert wird, dass die Bedürfnisse der Kinder und Jugendlichen an erster Stelle stehen.

## 16 Fazit und Ausblick

Das abschließende Fazit soll die formulierte Forschungsfrage aufgreifen und die Erkenntnisse, welche im empirischen Teil gewonnen wurden, aufzeigen. Die Interviews verdeutlichten nochmals, welchen Stellenwert die *Segurança Social* in Portugal innehat. Nicht nur ist sie für die sozialen Hilfen, wie beispielsweise Pensionen oder finanzielle Hilfen in Notlagen, zuständig, sie sichert auch die Verwaltung und Finanzierung des Kinder- und Jugendhilfesystems. Staatliche Einrichtungen, welche sich um gefährdete Kinder und Jugendliche kümmern, unterliegen der *Segurança Social* und sind zuständig dafür, dass Hilfen so eingesetzt werden, dass den Minderjährigen in Gefahrensituationen geholfen wird. Durch die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der *Segurança Social* kann nicht nur sichergestellt werden, dass sie in Prozessen involviert ist, sondern auch im Feld aktiv. Dadurch haben sie einen anderen Blick auf Abläufe und können diese optimieren.

Auch die Instanzen, aus welchen das Kinder- und Jugendhilfesystem aufgebaut ist, waren Teil der Gespräche. Durch geregelte Abläufe kann man davon ausgehen, dass alle möglichen Hilfen ausgeschöpft werden, bevor ein Prozess an ein Familiengericht weitergeleitet wird. Ziel dieses pyramidalen Aufbaus ist, die erste Stufe nie zu überschreiten. Eine Besonderheit ist, dass die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* in ihrer Funktion eingeschränkt sind, sobald die Eltern einer Intervention keine Zustimmung erteilen. Dadurch können die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* keine alleinigen Entscheidungen treffen, sondern sind dazu verpflichtet, den Fall an ein Familiengericht weiterzuleiten.

Ob ein Familiengericht hinzugezogen wird, hängt häufig mit der Wohnlage der Familien zusammen. So sind in Städten lebende Menschen skeptischer gegenüber den *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* als jene in ländlichen Gebieten. Sollten die Eltern eine Zustimmung erteilt haben, bleibt der Fall bei den *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, welche befugt sind, je nach Situation Maßnahmen einzusetzen. Die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter einer *CPCJ* sind multidisziplinär aufgestellt und

werden von einer externen Einrichtung entsandt. Somit verfügt eine *CPCJ* über keine festen Angestellten, vielmehr entscheiden die externen Einrichtungen, wie lange ihre Beschäftigten in einer *CPCJ* arbeiten. Es sind auch die Einrichtungen, welche die Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter bezahlen. Da zwei Typen von Maßnahmen existieren, wird immer eine Maßnahme in der natürlichen Lebenswelt des Kindes, der Jugendlichen oder des Jugendlichen bevorzugt.

Zu den Maßnahmen in der natürlichen Lebenswelt – *no meio natural de vida* – ist die am meisten angewendete Intervention *Apoio junto dos pais*. Dies bedeutet, dass die Familiensituation genau betrachtet und mithilfe von Unterstützungsangeboten vor Ort begleitet wird. Die Maßnahme wird demnach an jede Familie individuell angepasst. Nach sechs Monaten werden die Fortschritte evaluiert und über das weitere Vorgehen entschieden.

Bei den Unterbringungsmaßnahmen besteht die Möglichkeit, die jungen Erwachsenen stationär in einer Einrichtung unterzubringen oder einer Pflegefamilie. Bevor eine solche Intervention eingesetzt wird, müssen alle Maßnahmen aus dem Bereich *no meio natural de vida* ausgeschöpft worden sein. In welche Einrichtung ein Kind, eine Jugendliche oder ein Jugendlicher untergebracht wird, regelt die *Segurança Social*. Sie kennt die verschiedenen Einrichtungen mit ihren Spezialisierungen und Besonderheiten, sodass jedes Kind, jede Jugendliche oder jeder Jugendlicher ihren oder seinen Bedürfnissen entsprechend aufgehoben ist. Eine Unterbringung in einer Pflegefamilie ist nur in den Distrikten Lissabon, Braga und Porto möglich.

Wenn keine Maßnahme in der natürlichen Lebenswelt der Minderjährigen und eine Unterbringung auf langfristige Sicht nicht möglich ist, besteht die Option, die Kinder und Jugendlichen zur Adoption freizugeben. Derzeit wird an einheitlichen Adoptionsprozessen an der Universität Porto geforscht. Am Ende soll ein Handbuch entstehen, welches sich bemüht, Adoptionen schrittweise zu erklären und wie sie vorangetrieben werden.



Des Weiteren werden zwei Einrichtungen vorgestellt, welche sich auf unterschiedliche Maßnahmen spezialisiert haben. Während die Organisation *Mundos de Vida* sich um die Unterbringung in Pflegefamilien bemüht, fokussieren die *Aldeias de Criança SOS* eher die stationäre Unterbringung in ihren Dörfern.

Durch die kritische Auseinandersetzung der Expertinnen und Experten mit dem portugiesischen Kinder- und Jugendhilfesystem wird klar, warum die Maßnahme *Acolhimento Familiar* eine eher unbekannte Maßnahme in der portugiesischen Gesellschaft ist. Vor allem geschichtliche und kulturelle Ereignisse hatten einen enormen Einfluss auf die Auswahl und Handhabung der Pflegefamilien.

Aber auch die stationäre Unterbringung von Kindern und Jugendlichen in Einrichtungen erntet Kritik. Dabei wird vor allem die fehlende Organisation kritisiert, die häufig dazu führt, dass Minderjährige jahrelang in einer Einrichtung verbleiben. Gerade durch fehlende finanzielle Mittel können nicht ausreichend Fachkräfte bezahlt werden, womit die vorhandenen sich nur auf dringende Fälle konzentrieren können. Bei den Adoptionsprozessen wird kritisiert, dass auch hier die Kinder und Jugendlichen oftmals Jahre in einer Einrichtung verbringen, ohne letztlich adoptiert zu werden. Dies führt häufig dazu, dass sie mit Volljährigkeit die Einrichtung ohne jegliche Beziehungen und Bindungen verlassen.

Als positiv wird das vorhandene Bewusstsein über die *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* genannt. Dadurch kann sichergestellt werden, dass die portugiesische Gesellschaft weiß, wohin sie sich in Notlagen wenden kann. Dies ist ein wichtiger Schritt und ermöglicht eine frühe Erkennung von Gefahrensituationen.

Für die Zukunft hegen die Expertinnen und Experten Wünsche. Zum einen wird mehrmals erbeten, dass die Unterbringung in Pflegefamilien gestärkt werden soll. Mehr Einrichtungen sollen auf nationaler Ebene entstehen, welche diese anbieten. Zum anderen besteht der Wunsch, dass die Gesellschaft stärker in Prozesse und Verläufe eingebunden wird.

Zusammenfassend lässt sich festhalten, dass das portugiesische Kinder- und Jugendhilfesystem mit seinen gesetzlichen Regeln ein sehr gut ausgebautes System darstellt, in dem versucht wird, die beste Lösung für gefährdete Kinder und Jugendliche zu finden. Durch Prinzipien und Regeln sind Strukturen nachvollziehbar, wobei sich das System in den letzten Jahren weiter etabliert hat, sodass ein grundlegendes Verständnis über seinen Aufbau in der portugiesischen Gesellschaft vorhanden ist.

## 17 Literaturverzeichnis

**Abreu-Lima, I./Alarcão, M./ de Almeida, A./Brandão, M./Cruz, O./Gaspar, M./dos Santos, M.** (2010): Avaliação de intervenção de educação parental. Relatório 2007 – 2010. Abgerufen am 01.05.2021 von <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Avaliação+de+Intervenções+de+Educação+Parental/3adb734e-d851-40do-bebd-12de4a307e9>

**Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. (ARS Algarve)**(2016): «Em busca do tesouro das famílias» no ACES Barlavento. Abgerufen am 01.05.2021 von <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/noticias/em-busca-do-tesouro-das-familias-no-aces-barlavento/>

**Andrade, S.** (2019): Crianças e Jovens em Perigo. Estudo de casos clínicos. Lissabon: Edições Vieira Da Silva

**Associação para o desenvolvimento do Torrão** (o.J.): CAFAP “Universo da Família”. Centro de apoio familiar e aconselhamento parental. Abgerufen am 02.5.2021 von <https://www.adtorrao.com/cafap-universo-da-familia/>

**Bastos, J.** (2019): Famílias de acolhimento. O que é e como podemos ser? Abgerufen am 01.05.2021 von <https://expresso.pt/sociedade/2019-11-16-Familias-de-acolhimento.-O-que-e-e-como-podemos-ser->

**Bettencourt, Sónia Maria Jesus Câmara** (2017): Parentalidade Positiva. Estudo sobre a perceção da importância da participação em programas de educação parental. Abgerufen am 01.05.2021 von <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1977/-1/MestradoSoniaBettencourt.pdf>

**Blöbaum, B./Nölleke, D./Scheu, A. (2016):** Das Experteninterview in der Kommunikationswissenschaft. In: Averbek-Lietz, S./Meyen, M. (Hrsg): Handbuch nicht standardisierte Methoden in der Kommunikationswissenschaft, Wiesbaden: Springer Fachmedien

**Burger, D. (2011):** Computergestützter organisationaler Wissenstransfer und Wissensgenerierung. Ein Experteninterview basierter Forschungsansatz, Wiesbaden: Springer Fachmedien

**Candeias, M./Henriques, H. (2012):** 1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens. Abgerufen am 31.12.2020 von [https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.2-6/4156/1/Marisa%20Candeias\\_Helder%20Henriques.pdf](https://comun.rcaap.pt/bitstream/10400.2-6/4156/1/Marisa%20Candeias_Helder%20Henriques.pdf)

**Centros de Estudos para a Intervenção Social (2019):** The support system in Portugal for children deprived of parental care: guardians and foster care. Abgerufen am 03.01.2021 von [https://www.cesis.org/admin/modulo\\_projects/upload/files/National%20assessment.pdf](https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/National%20assessment.pdf)

**Chichorro, A./ Marques, C./ Ferreira, S. (2006):** Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos. Abgerufen am 02.05.2021 von [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Conceitos\\_das\\_Respostas\\_Sociais.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Conceitos_das_Respostas_Sociais.pdf)

**Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (o.J.):** CPCJ – o que são. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://www.cnpdpcj.gov.pt/o-que-sao>

**Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2019):** Avaliação da atividade das CPCJ. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10181/16406/Relat%C3%B3rio+Anual+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+atividade+das+CPCJ+do+ano+de+2019/e168c7fb-ddc8-4524-ba20-9511d8a5ae27>

**Cortes, S. (2020):** O trabalho interinstitucional na CPCJ de Elvas. Modalidades de Cooperação e Constrangimentos: Um Estudo de Caso. Abgerufen am 01.05.2021 von <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31798/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o-%20de%20%20Mestrado%20-%20Sandra%20Cortes.pdf>

**Da Conceição Duarte de Almeida Paulino, M. (2012):** Crianças em Perigo e Procedimento de Urgência. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://repositorio.iscte-iul-pt/bitstream/10071/5441/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>

**Deutsches Komitee für UNICEF (2020):** Eine kurze Geschichte der Kinderrechte. Abgerufen am 31.12.2020 von <https://www.unicef.de/informieren/ueber-uns/fuer-kinderrechte/kurze-geschichte-der-kinderrechte#:~:text=der%20Konvention%20obeteiligt.-,Am%2020.,Generalversammlung%20oder%20Vereinten%20Nationen%20angenommen>

**Diário da República Electrónico (2021):** Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo. Lei n.º 147/99. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065775/201805231359/73427694/diploma/indice>

**Expresso (2020):** Mais processos de adoção, mas menos crianças adotadas no ano passado. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://expresso.pt/sociedade/2020-1216-Mais-processos-de-adocao-mas-menos-criancas-adotadas-no-ano-passado>

**Fernandes, M./Palma da Silva, M. (1996):** Centro de Acolhimento para Crianças em Risco. Abgerufen am 02.05.2021 von [http://www.seg-social.pt/documents/10152-/51053/Centro\\_acolhimento\\_criancas\\_risco/560dac38-6948-4d18-9efc-1eef02006da5](http://www.seg-social.pt/documents/10152-/51053/Centro_acolhimento_criancas_risco/560dac38-6948-4d18-9efc-1eef02006da5)

**Ferreira, J. (2020):** Sistema de protecção à infância em Portugal – Uma área de intervenção e estudo do Serviço Social. Ver. Katál. Florianópolis 13(29), S. 229 – 239

**Gomes, Joana Camões (2012):** O percurso da criança/jovem institucionalizado(a) em centro de acolhimento temporário. Abgerufen am 02.05.2021 von <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/804/1/TESE%20FINALLLL.pdf>

**Gonçalves, A.** (2013): Menores em Risco. Um Estudo dos Processos de Intervenção. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://core.ac.uk/download/pdf/153410686.pdf>

**Gonçalves, M.** (2019): Crianças e Rua. “Hoje são menos mas o perigo é muito maior”. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://expresso.pt/sociedade/2019-11-13-Criancas-de-Rua.-Hoje-sao-menos-mas-o-perigo-e-muito-maior>

**Guerra, P.** (2019): Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo. Anotada. 4. Auflage. Coimbra, Edições Almedina.

**Helfferrich, C.** (2014): Leitfaden- und Experteninterviews. In: Baur, N./Blasius, J. (Hrsg): Handbuch Methoden der empirischen Sozialforschung, Wiesbaden: Springer Fachmedien

**Hervet, A.** (2016): A (Nova) Lei Tutelar Educativa: Análise Crítica de Magistrados. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/133-04/1/TESE%20FINAL%20ANDREIA%20HERVET.pdf>

**Humanium** (o.J.): Über die Genfer Erklärung über die Rechte des Kindes, 1924. Abgerufen am 31.12.2020 von <https://www.humanium.org/de/uber-die-genfer-erklarung-uber-die-rechte-des-kindes-1924/#:~:text=Die%20Genfer%20Erklärung%20stellt%20dennoch,die%20Rechte%20oder%20Kinder%20bezieht>

**Hussy, W./Schreier, M./Echterhoff, G.** (2013): Forschungsmethoden in Psychologie und Sozialwissenschaften, 2. Auflage, Berlin & Heidelberg: Springer-Verlag, S. 224 – 230

**Instituto da Segurança Social, I.P.** (2010): Recomendações técnicas para equipamentos sociais. Centros de acolhimento temporário. Abgerufen am 02.05.2021 von [http://www.seg-social.pt/documents/10152/89982/rtes\\_centros\\_acolhimento\\_temporario/5050184e-1ceb-45dd-9815-4b3ad30a5a75](http://www.seg-social.pt/documents/10152/89982/rtes_centros_acolhimento_temporario/5050184e-1ceb-45dd-9815-4b3ad30a5a75)

**Instituto de Segurança Social**, I.P. (2017): Guia Prático. Medidas de promoção e proteção e apoios sociais. Crianças e jovens em situação de perigo. Abgerufen am 02.05.2021 von [https://www.seg-social.pt/documents/10152/14961/apoios\\_sociais\\_crianças\\_jovens\\_situacao\\_perigo](https://www.seg-social.pt/documents/10152/14961/apoios_sociais_crianças_jovens_situacao_perigo)

**Instituto da Segruança Social**, I.P. (2019): CASA 2019. Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Abgerufen am 01.05.2021 von <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3io%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

**Instituto da segurança social**, I.P. (2021): Guia prático. Acolhimento Familiar de crianças e jovens. Abgerufen am 01.05.2021 von <http://www.seg-social.pt/documents-10152/14961/Guia+Pr%C3%A1tico+Acolhimento+Familiar+de+Crian%C3%A7as+e+Jovens.pdf/74406470-773e-40be-bd76-761189c8281e>

**Kuckartz**, U. (2010): Einführung in die computergestützte Analyse qualitativer Daten, 3. Aktualisierte Auflage, Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, S. 12

**Leandro**, A./**Martinho**, E. (o.J.): Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. Guia de orientações para os profissionais da acção social e na abordagem de situações de perigo. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://www.dgs.pt/pagnias-de-sistema/saude-de-a-a-z/saude-escolar/ficheiros-externos/guia-de-orientacoes-para-os-profissionais-da-accao-social-na-abordagem-de-situacoes-de-perigo-pdf.aspx>

**Marques**, Mónica (2018): O direito à participação nas casas de acolhimento residencial. Abgerufen am 02.05.2021 von <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/-863/1/Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

**Martins**, E. (2006): A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. Revista Infância e Juventude 4, S. 93 – 130

**Mendes, Ivo** (2014): Avaliação de Desempenho de Lares de Infância e Juventude. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/11921/-/1/Ivo%20Manuel%20Raposo%20Mendes.pdf>

**Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** (2021): Crianças e jovens em situação de perigo. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>

**Mommsen, E.** (2020): Geschichte Portugals. Antonio de Oliveira Salazar – der autoritäre Diktator. Abgerufen am 03.01.2021 von [https://www.planet-wissen.de/kultur/suedeuropa/geschichte\\_portugals/pwieantoniodeoliveirasalazarderautoritaerediktator100.html](https://www.planet-wissen.de/kultur/suedeuropa/geschichte_portugals/pwieantoniodeoliveirasalazarderautoritaerediktator100.html)

**Movimento de Defesa da Vida** (o.J.): CAFAP. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://www.mdvida.pt/cafap/>

**National Coalition Deutschland – Netzwerk zur Umsetzung der UN-Kinderrechtskonvention e.V.** (o.J.): Kindersoldaten: Jugendliche in Armeen. Abgerufen am 31.12.2020 von <https://www.netzwerk-kinderrechte.de/un-kinderrechtskonvention/1-zusatzprotokoll-bewaffnete-konflikte.html>

**Wassermann, S.** (2015): Das qualitative Experteninterview. In: Niederberger, M./Wassermann, S. (Hrsg.): Methoden der Experten- und Stakeholdereinbindung in der sozialwissenschaftlichen Forschung, Wiesbaden: Springer Fachmedien

**Notícias Magazine** (2016): Crianças em risco: por que ainda há tão poucas famílias de acolhimento? Abgerufen am 01.05.2021 von <https://www.noticiasmagazine.pt/2016/ser-de-alguem/estilos/familia/14088/>

**Pacheco, Paulo** (2010): Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social. Abgerufen am 02.05.2021 von [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1946/2/DM\\_943.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1946/2/DM_943.pdf)



**Pacheco, R.** (2013): Intervenção Precoce na Infância: Uma Abordagem ao Risco Ambiental na Região Autónoma dos Açores. Abgerufen am 03.01.2021 von <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4061/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Raquel%20Pacheco.pdf>

**Pinto, António Clemente** (2011): Guia de Procedimentos do Processo de Promoção e Protecção. 3. Auflage. Coimbra: Almedina, S.A.

**Pires, Susana** (2011): A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%C3%A7%C3%A3o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.pdf>

**Quingostas, A.** (2011): Um programa de educação/treino parental. Parentalidade positiva. “Pais atentos...pais presentes”. Abgerufen am 01.05.2021 von <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3690/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

**Ramião D’Almeida, T.** (2019): Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo. Anotada e comentada. 9. Auflage. Lissabon: Quid Juris?

**Rebelo, Á** (2018): Percurso de Vida dos Jovens Institucionalizados na Infância. Um caso de Estudo. Abgerufen am 31.12.2020 von [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17134/1/Master\\_Alvaro\\_Passos\\_Rebelo.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17134/1/Master_Alvaro_Passos_Rebelo.pdf)

**Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** (o.J.): Acolhimento Familiar. Abgerufen am 01.05.2021 von <https://www.scml.pt/acao-social/adocao-apadrinhamento-civil-e-acolhimento-familiar/acolhimento-familiar/>

**Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** (o.J.): Apartamentos de Autonomização. Um ensaio para a vida. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://www.scml.pt/media/noticias/apartamentos-de-autonomizacao-um-ensaio-para-a-vida>

**Segurança Social** (o.J.): Objetivos e princípios. Abgerufen am 02.05.2021 von <http://www.seg-social.pt/objectivos-e-principios>

**Schreier**, M. (2013): Qualitative Analyseverfahren. In: Hussy, W./Schreier, M./Echterhoff, G. (Hrsg.): Forschungsmethoden in Psychologie und Sozialwissenschaften für Bachelor, 2. Auflage, Berlin & Heidelberg: Springer-Verlag. S. 245 - 275

**Tomé de Carvalho**, I. (2015): Proteção de Crianças e Jovens em Portugal. Abgerufen am 03.01.2021 von [https://run.unl.pt/bitstream/10362/16764/1/Carvalho\\_2015.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/16764/1/Carvalho_2015.pdf)

**Viseu Now** (01.04.2021): A Juiz Esclarece – Medidas de promoção e proteção no meio natural de vida. Abgerufen am 02.05.2021 von <https://viseunow.sapo.pt/a-juiz-esclarece-medidas-de-promocao-e-proteccao-no-meio-natural-de-vida/>

**Viseu Now** (08.04.2021): A Juiz Esclarece – Medida de apoio para autonomia de vida (I). Abgerufen am 02.05.2021 von <https://viseunow.sapo.pt/a-juiz-esclarece-medida-de-apoio-para-autonomia-de-vida-i/>

**Viseu Now** (15.04.2021): A Juiz Esclarece – Medida de apoio para autonomia de vida (II). Abgerufen am 02.05.2021 von <https://viseunow.sapo.pt/a-juiz-esclarece-medida-de-apoio-para-autonomia-de-vida-ii/>

## 18 Abbildungsverzeichnis

Abbildung 11: **Tschubby** (31. Mai 2021): Distrito de Braga. Abgerufen am 10.08.2021 von [https://en.wikipedia.org/wiki/Braga\\_District#/media/File:Distrito\\_de\\_Braga.png](https://en.wikipedia.org/wiki/Braga_District#/media/File:Distrito_de_Braga.png)

Abbildung 12: **Paclopes** (14. Mai 2013): Map of Portuguese districts with names. Abgerufen am 10.08.2021 von [https://de.m.wikipedia.org/wiki/Datei:Portuguese\\_Districts\\_Map\\_With\\_Names.svg](https://de.m.wikipedia.org/wiki/Datei:Portuguese_Districts_Map_With_Names.svg)

Abbildung 13: **Ronin99** (20. Januar 2021). Abgerufen am 10.08.2021 von <https://pixabay.com/de/illustrations/apfelbaum-baum-äpfel-obst-zweig-5925084>

## 19 Anhang

### **Interviewleitfaden Rechtsanwältin**

#### Fragen zur Person

- Primeiro queria saber alguns dados demográficos. O que você faz e em que área você trabalha?

#### Fragen zum Kinder- und Jugendhilfesystem

- O sistema em Portugal pode ser explicado pela pirâmide da subsidiariedade. Pode me explicar os diferentes níveis de intervenção até um processo vir para tribunal?
- E depois junto do tribunal também há o Ministério Público. O que faz o Ministério Público?
- Outra coisa que há é a Segurança Social. Pode me explicar o que ela faz?
- Quem trabalha nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens?
- Quem financia o pessoal das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens?

#### Fragen zu den Maßnahmen des Kinder- und Jugendhilfesystems

- A medida mais aplicada é a medida apoio junto dos pais. O que isto quer dizer?
- Depois também tem as medidas de colocação. E nestas medidas a mais colocada é o acolhimento residencial. Porque acha que a medida do acolhimento residencial é a medida mais aplicada?
- Se uma criança for para acolhimento residencial quem trata do processo ou seja sempre há um projeto de vida para aquela criança?
- Na sua opinião há muitos pais a não dar o consentimento para os processos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens?

#### Fragen für die kritische Auseinandersetzung

- Quais seriam as suas críticas a fazer em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os pontos fortes em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os seus desejos para o futuro?

# Interviewleitfaden Rechtsanwalt und Professor

## Fragen zur Person

- Primeiro queria saber alguns dados demográficos. O que você faz e em que área você trabalha?

## Fragen zum Kinder- und Jugendhilfesystem

- O que acontece quando há uma sinalização de maus tratos? Como é estruturado o processo?
- Pode me explicar o que o Ministério Público faz?
- Pode me explicar o que a Segurança Social faz?
- Tem também nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a Comissão alargada e a Comissão restrita. Pode me explicar as funções?
- Quem trabalhar nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens?
- Quem financia o pessoal das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens?

## Fragen zu den Maßnahmen des Kinder- und Jugendhilfesystems

- Tem as medidas de colocação em que a medida do acolhimento residencial é a medida mais aplicada do que a medida acolhimento familiar. Porque?
- E quando a criança estiver com a medida do acolhimento residencial. Quem define o projeto de vida daquela criança?

## Fragen zu universitären Projekten

- Como é professor na universidade também pode me dizer se há projetos ou investigações que tratam da lei e que queiram melhorar ou fazer manuais?

## Fragen für die kritische Auseinandersetzung

- Quais seriam as suas críticas a fazer em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os pontos fortes em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os seus desejos para o futuro?

# **Interviewleitfaden Psychologin und Promovierende**

## Fragen zur Person

- Primeiro queria saber alguns dados demográficos. O que você faz e em que área você trabalha?

## Fragen zum Kinder- und Jugendhilfesystem

- Tem as medidas de colocação em que a medida do acolhimento residencial é a medida mais aplicada do que a medida acolhimento familiar. Porque?
- As crianças muitas vezes estão em acolhimento durante muito tempo. O que é a sua opinião?

## Fragen zu Adoptionen

- Quando é que é decidido se uma criança vai para adoção ou não?
- Então a adoção também faz parte da lei de proteção e promoção?
- Também tem idades até quando uma criança pode ir para adoção?
- Há duas organizações que tratam do acolhimento familiar e só podem tratar das pessoas daquela região. Como é nos processos da adoção?
- E quem faz parte das equipas que tratam das adoções?

## Fragen zu universitären Projekten

- Do que trata a sua investigação na universidade?
- E este programa é um programa nacional português ou é uma coordenação com outros países ou outras instituições?

## Fragen für die kritische Auseinandersetzung

- Quais seriam as suas críticas a fazer em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os pontos fortes em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os seus desejos para o futuro?

## **Interviewleitfaden *Mundos de Vida***

### Fragen zur Person

- Primeiro queria saber alguns dados demográficos. O que você faz e em que área você trabalha?

### Fragen zur Einrichtung

- Pode me apresentar a sua organização? O que faz e quais são os objetivos?
- Quem financia a sua organização?
- Como é que o acolhimento familiar foi construído na sua organização?
- Como é estruturada a sua organização em termos de profissões? Quem trabalha em Mundos de Vida?

### Fragen zur Unterbringung in Pflegefamilien

- Pode me explicar o processo da criança até estar acolhida com família de acolhimento?
- Quem são as pessoas que querem acolher as crianças?
- Porque acha que há muitas crianças a ir para acolhimento residencial?

### Fragen für die kritische Auseinandersetzung

- Quais seriam as suas críticas a fazer em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os pontos fortes em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os seus desejos para o futuro?

## **Interviewleitfaden *Aldeias de Criança SOS***

### Fragen zur Person

- Primeiro queria saber alguns dados demográficos. O que você faz e em que área você trabalha?

### Fragen über die Einrichtung allgemein

- Pode me apresentar a sua organização? O que faz e quais são os objetivos?
- Quem financia a sua organização?
- Então o acolhimento numa aldeia SOS faz parte da Lei de Proteção?
- E como é estruturada um aldeia?
- Quantas crianças podem viver numa vivenda?
- Tem sempre uma mãe e pai da aldeia?
- Quem trabalha nas Aldeias de Criança SOS?
- Os profissionais tem formações?

### Fragen über die Unterbringungsmaßnahmen

- Quem decide se uma criança vai para uma casa de acolhimento ou para uma aldeia SOS?
- As crianças de todo o país podem ir para as aldeias SOS que ficam mais para o norte?
- Porque acha que há tantas crianças a ir para acolhimento residencial em vez de ir para acolhimento familiar?

### Fragen über Kooperationen

- Tem cooperações com outras aldeias SOS de outros países?

### Fragen für die kritische Auseinandersetzung

- Quais seriam as suas críticas a fazer em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os pontos fortes em relação ao sistema de proteção?
- Quais seriam os seus desejos para o futuro?